

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Guilherme Gravina Pereira**

**AS CONTRADIÇÕES ENTRE A COMUNICAÇÃO DE MASSA E A EDUCAÇÃO NA**  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

**JUIZ DE FORA - MG**

**2016**

GUILHERME GRAVINA PEREIRA

**AS CONTRADIÇÕES ENTRE A COMUNICAÇÃO DE MASSA E A EDUCAÇÃO NA  
SOCIEDADE BRASILEIRA**

Dissertação de mestrado apresentada à área de Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Magrone e coorientação do Prof. Dr. Gilberto Felisberto Vasconcellos.

**JUIZ DE FORA- MG 2016**

**Guilherme Gravina Pereira**

**AS CONTRADIÇÕES ENTRE A COMUNICAÇÃO DE MASSA E A EDUCAÇÃO NA  
SOCIEDADE BRASILEIRA**

Dissertação para exame de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa: Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Desenvolvido sob orientação do Prof. Dr.º Eduardo Magrone e co-orientação do Prof. Gilberto Felisberto Vasconcellos.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eduardo Magrone – Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof.Dr. Gilberto Felisberto Vasconcellos  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Waldenyr Caldas  
Universidade de São Paulo

*Dedico este trabalho aos meus pais, Vera Lúcia Gravina Pereira e Antônio Carlos Pereira. À memória do trabalhismo, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, e ao povo brasileiro.*

## AGRADECIMENTOS

Registro, neste pequeno esboço crítico, minha profunda admiração e respeito pelo preceptor que há oito anos vem acompanhando minha trajetória, acadêmica e existencial, Gilberto Felisberto Vasconcellos.

Ao professor Eduardo Magrone que me orientou com calorosas discussões, respeitando e ajustando de forma delicada e harmônica, os meus pensamentos.

Aos amigos *KIVIDEOBIOPSIKOMASSAFOLK*, em especial, Leandro Domith, Victor Guelber e José Vinícius Pinto Merhi.

Ao companheiro de lutas e fornecedor incansável dos materiais pesquisados no fazimento da dissertação, Bruno Rocha Abadias.

Ao Elton Mello Estevam, amigo e conterrâneo da “terra da manga”, que pacientemente escutou e discutiu a montagem do texto.

Aos professores e funcionários da Faculdade de Educação e à Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos colegas de mestrado que partilharam das minhas indagações epistemológicas.

Ao professor Waldenyr Caldas, sempre gentil e disposto, minha sincera gratidão.

Aos alunos da Escola Estadual Henrique Burnier que, a cada dia, me estimulam a lutar por uma Educação digna, de qualidade e sem privilégios.

## **EPÍGRAFE**

*A propósito de la contradicción entre forma y contenido, es educativo recordar que en la sociedad esclavista del Brasil Imperial o Republicano, los propietarios de negros eran positivistas y gramáticos sutiles.*

*Jorge Abelardo Ramos – Historia de la Nación Latino Americana.*

## RESUMO

Na década de trinta podemos destacar dois movimentos importantes no campo político e educacional brasileiro: revolução de 1930 e manifesto dos pioneiros pela educação de 1932. A disputa foi acirrada para aqueles que defendiam os interesses nacionais em oposição aos dos liberais privatistas. Estes conflitos político-ideológico desdobram-se até os dias atuais, atingindo o seu paroxismo nos anos 80, quando o Governador Leonel Brizola e o seu vice Darcy Ribeiro inauguram os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) no Rio de Janeiro. O objetivo desse trabalho é mostrar que houve, a partir da década de 60, um conflito – político e cultural - em um só tempo em nosso país. Existe aí uma clivagem colônia e república que marcará profundamente as nossas discussões. Nosso trabalho abordará os seguintes períodos históricos: anos 30 - Anísio Teixeira vai para o Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal) e começa a luta nacional pela educação pública; anos 80 - primeiro Governo de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Abordaremos a luta política pela construção dos educandários, as leis e suas consequências para o desenvolvimento histórico do ensino no país e a atuação dos veículos de comunicação de massa nos períodos em questão. Levantamos a problemática, proposta por Darcy Ribeiro, de que a sociedade brasileira pulou o estágio da letra (não alfabetizando todas as crianças) para o estágio da comunicação de massa. Essa questão está no cerne das discussões e controvérsias sobre as concepções educacionais.

**Palavras-chave:** CIEPS; COMUNICAÇÃO DE MASSA; TRABALHISMO.

## **ABSTRACT**

In the thirties we can highlight two important movements in the Brazilian political and educational field: revolution of 1930 and the pioneers' manifesto of education in 1932. The competition was fierce for those who defended the national interests as opposed to the liberals who defended the privatization of education. These political and ideological conflicts unfold to the present day, reaching its climax in the eighties, when the Governor Brizola and his deputy Darcy Ribeiro inaugurate the CIEPs (Integrated Centers for Public Education) in Rio de Janeiro. The aim of this study is to show that there was, from the sixties, a conflict - political and cultural - at one time in our country. In Brazil there is a cleavage between colony and republic that deeply mark our discussions. Our work will address the following historical periods: thirties period - Teixeira goes to Rio de Janeiro (former Federal District) and get the national struggle for public education; eighties period - the first government of Leonel Brizola and Darcy Ribeiro. We will discuss the political struggle for the construction of schools, laws and their consequences for the historical development of education in the country and the role of mass media outlets in the periods in question. We raised the issue, proposed by Darcy Ribeiro, that the Brazilian society jumped the letter stage (not alphabetizing all children) to the mass media stage. This question is at the heart of discussions and controversies about educational concepts.

**KEYWORDS:** INTEGRATED CENTERS FOR PUBLIC EDUCATION; MASS COMMUNICATION; BRAZILIAN LABOUR POLICY.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I - COMUNICAÇÃO E INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO</b> .....	16
1.1 Conceito de cultura.....	16
1.2 Comunicação de massa.....	18
1.3 Tipos de comunicação de massa.....	21
1.3.1 Os jornais.....	21
1.3.2 Aparecimento do rádio .....	22
1.3.3 As revistas .....	23
1.3.4 Surgimento da televisão.....	25
1.4 A indústria cultural .....	26
<b>CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL</b> .....	29
2.1 Breve histórico.....	29
2.2 Anísio Teixeira: Proposta de educação pública contra o paradigma oligárquico vigente..	31
2.3 Quadro Histórico.....	33
2.4 Revolução de 30, Estado Novo e o Exílio.....	36
2.5 Mídia = Sedução e Educação = Instrução.....	38
2.6 A Escola Necessária.....	41
2.7 Ditadura militar e soterramento da educação para todos.....	43
2.8 Educação no Governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro .....	44
2.8.1 Os CIEPs idealizados por Darcy Ribeiro .....	48
2.8.2 A oposição da mídia aos CIEPs.....	54
2.8.3 O fim dos CIEPs .....	62

<b>CAPÍTULO III - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM O UNIVERSO MIDIÁTICO NO BRASIL</b> .....	66
3.1 Concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil: A cibercapitaniahereditária.....	70
3.2 Nacionalismo Trabalhista.....	72
3.3 Conceito de Mais-Valia Ideológica e Cibercapitaniahereditária.....	74
<b>APÊNDICE 1</b> .....	82
<b>APÊNDICE 2</b> .....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91
<b>ANEXOS</b> .....	97

## INTRODUÇÃO

*Compreende-se, portanto que a principal tarefa do educador dotado de consciência crítica seja o incessante combate a todas as formas de alienação que afetam a sua sociedade, particularmente aquelas que imperam no terreno da educação. Para isso é imprescindível que o educador se converta à sua realidade, seja antes de tudo do seu próprio povo, ou melhor, das camadas populares de sua nação.*

*Álvaro Vieira Pinto – Sete Lições Sobre a Educação de Adultos.*

A escola é, em geral, o primeiro grupo social depois da família. Ela é um espaço de aprendizagem e de convivência. Portanto, nesse espaço físico e temporal, as crianças aprendem normas, princípios, padrões presentes nos diferentes meios sociais a que pertencem e, por meio das relações com o outro, têm a possibilidade de construir e incorporarem novos valores. Essa elaboração interna de valores, que determina as atitudes dos indivíduos, é a expressão da moral. Nesse contexto, a educação é um espaço rico em experiências que compreendem ações planejadas, mas não excluem o inesperado, manifestado espontaneamente pelos alunos. Esse cotidiano é organizado por meio de uma rotina que expressa o perfil dos docentes e a proposta pedagógica da escola.

Considerando a etapa da Educação Básica de grande relevância para a formação do indivíduo, uma vez que é neste período que ocorre grande parte do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social do alunado, o trabalho realizado e as políticas públicas na esfera educacional provocam melhora significativa na aprendizagem, projetando resultados melhores em toda a Educação Básica. Nessa dissertação buscamos compreender a relação íntima entre a Educação, o Estado e a política, especialmente no que concerne a permanência das crianças na escola. Não existe a menor possibilidade desses estudantes se fixarem nas instituições de ensino sem que haja uma devida distribuição de renda no país. Carlos Jamil Cury nos diz que considerar o contexto socioeconômico é vê-lo como “susceptível de superação por meio de políticas sociais redistributivas e considerar a

situação da educação escolar enquanto tal são princípios metodológicos indispensáveis para uma análise adequada das políticas educacionais” (CURY, 2002, p.169).

Uma linha importante da educação, iniciada com a Escola Nova no Brasil, representou o movimento de renovação do ensino no país. O precursor nos Estados Unidos desse ideal foi o filósofo e pedagogo John Dewey, interlocutor e amigo de Anísio Teixeira. Dewey não só influenciou Anísio Teixeira, como grande parte da elite intelectual brasileira. Trazia a ideia de que a Educação é uma necessidade social e um bem público, tal qual o ar e a água.

No Brasil, essas ideias foram difundidas pelos “pioneiros da Educação Nova” sendo Anísio Teixeira um dos principais intelectuais desse movimento. Tanto o é que, posteriormente, esses ideais foram materializados na Escola Parque (1950) em Salvador (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), o qual forneceria mais tarde o paradigma para a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), concretizados por Darcy Ribeiro e Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro na década de 1980, a qual será analisada mais adiante.

Nesse trabalho foi utilizada a reflexão teórica que situa a particularidade histórica da sociedade brasileira, ou seja, o conflito político e ideológico entre os privatistas e os defensores da escola pública, laica e gratuita com ênfase especial às afinidades pedagógicas entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

O Livro dos CIEPs (RIBEIRO, 1986) e a Revista Carta: Falas, reflexões e memórias nº 15 (RIBEIRO, 1995b) do Senador Darcy Ribeiro despertaram a curiosidade para a pesquisa da obra de Anísio Teixeira e sua prática educacional no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro.

A leitura do livro *Confissões* de Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1997) revela um relacionamento pessoal e profissional entre os dois educadores. Não apenas as divergências, como também as convergências entre ambos. É preciso ressaltar que as divergências políticas não os separaram, pois o que os uniu foi a educação como o fator determinante do processo civilizatório.

No livro *Educação não é Privilégio* (TEIXEIRA, 1977) encontra-se a essência do projeto pedagógico dos CIEPs de Darcy Ribeiro, entre outros motivos, porque ambos os educadores estavam convencidos de que o subdesenvolvimento é uma realidade que impede a alfabetização da maioria das crianças. Citemos suas palavras (TEIXEIRA, 1977, p.73): “Numa sociedade como a nossa, tradicionalmente marcada de profundo espírito de classe e de

privilégio, somente a escola pública será verdadeiramente democrática (...). O livro possui uma mensagem muito clara: a educação não deve ser privilégio dos ricos.

Para Anísio Teixeira (TEIXEIRA, 1977, p.78), o povo merecia uma boa escola na qual pudesse aprender a ler e a escrever bem a língua, sem que, no entanto, ficasse “circunscrita à alfabetização ou a transmissão mecânica das três técnicas básicas da vida civilizada – ler, escrever e contar”.

Nessa diretriz indicada por Anísio Teixeira, o educador Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1985, p.120) iria conceber os CIEPs, estabelecendo como prioridade a conexão entre a comida e a escola, porque “não existe eficácia pedagógica quando a criança permanece desnutrida”.

Convém, por outro lado, assinalar que foi a partir dos trabalhos pedagógicos de Darcy Ribeiro que nasceu o interesse em cotejar a educação de tempo integral com a comunicação midiática, sobretudo a televisão, a partir da rejeição aos CIEPs no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola (1983-1987), cujo programa educacional foi combatido pela Rede Globo. Podemos observar esse conflito (Rede Globo x CIEPs) nas reportagens publicadas pelo Jornal do Brasil, nas quais Leonel Brizola defendia os CIEPs, atribuindo à Rede Globo um papel deseducador da população brasileira. Citemos suas palavras (BRIZOLA, 1992): “A programação infantil é repleta de imagens de violência, inclusive em desenhos animados, com 58 cenas diárias de violência”.

Projetando tal constatação, exaustivamente estudada nos anos 90 pelo professor de direito penal Nilo Batista, verificou-se que anualmente a Rede Globo propiciava às crianças brasileiras a visão de 21.222 cenas de violência. “Se considerarmos que a média diária geral da programação é de 166 cenas de violência, chegaremos à conclusão de que a programação infantil detém 34,9% da violência diária transmitida pela TV Globo” (BRIZOLA, 1992).

Darcy Ribeiro evidenciou (RIBEIRO, 1995b) que a ação pedagógica do governo de Leonel Brizola não contou com um dispositivo audiovisual para mostrar a importância dos CIEPs diante da ofensiva feita pela TV hegemônica.

Este estudo pesquisa simultaneamente duas questões: A questão geral (a mídia, sobretudo a eletrônica); e a questão particular do desenvolvimento da comunicação de massa no Brasil e as escolas de tempo integral, elaboradas por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. A partir das formulações de Anísio Teixeira (TEIXEIRA, 2005) sobre a concepção de escola, o que se pretende investigar é a expansão da indústria cultural em detrimento dos educandários.

Esse atrito entre comunicação e educação foi o ponto de partida, cuja problemática resultou no seguinte questionamento: como a indústria midiática no Brasil, através dos meios de comunicação de massa, influenciou a proposta de educação escolar pública, os CIEPs, implantados no Rio de Janeiro na década de 1980? Qual a influência destes aparatos na (des)legitimação das escolas de horário integral como política pública educacional para o povo carioca?

Sendo assim, o objetivo foi analisar as contradições entre a comunicação de massa e a educação na sociedade brasileira contemporânea, tendo por parâmetro o fenômeno da aculturação e manobra seletiva de informações a serem veiculadas, bem como a frequência e a ênfase nessas informações que chegam ao grande público. A justificativa do estudo está associada ao interesse em demonstrar a força do universo midiático, especialmente a televisão e os jornais escritos, na formação de opinião no Brasil, onde os donos dos meios de comunicação, representantes dos interesses da classe privilegiada economicamente, conseguem manipular as informações de forma que atenda aos seus interesses e não aos da população como um todo.

Nessa conjuntura, esse estudo busca demonstrar o fato de que a Rede Globo sempre foi antagonista ao projeto dos CIEPs, pois seus proprietários eram contrários a quaisquer das intervenções políticas de Leonel Brizola. Como exemplo disso, pode-se mencionar que em maio de 2006, o jornal O Globo publicou uma série de reportagens condenando os CIEPs: “era caro, portanto inviabilizava a universalização do ensino fundamental (...) não garantia eficiência (...) atribuía à escola funções assistenciais (...) seu objetivo de fato era a visibilidade – projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer – para favorecer a chegada de Leonel Brizola à presidência da república”.

Como constata a pesquisa de Velloso (MAÚRICIO, 2009, p.2), “as reportagens atualizaram os argumentos que, há vinte e um anos atrás, legitimaram a condenação do projeto de escola pública de tempo integral ao abandono”. Convém assinalar que esse atrito particular aqui no Brasil está inserido no caráter universal do conflito entre a mídia e a educação.

Noutras palavras, relacionou-se nesta pesquisa a expansão da comunicação midiática com a privatização do sistema escolar, o que aliás já havia sido anunciado por Darcy Ribeiro(1986) quando defendeu o ensino público dos CIEPs e enfatizou que não poderia existir democracia no Brasil sem a democratização da educação escolar.

## **Estruturação e organização dos capítulos**

Visando maior organização das ideias, a dissertação foi dividida em partes distintas: o primeiro capítulo faz uma análise da comunicação de massa e sua influência na formação de opinião. Para tanto, refletimos sobre cultura e aculturação, comunicação de massa, tipos de comunicação de massa, concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil: a cibercapitania hereditária.

O segundo capítulo aborda como objeto de estudo um breve histórico da educação pública no Brasil, partindo das ideias e ações de Anísio Teixeira para uma educação pública contra o paradigma oligárquico vigente- ditadura militar, soterramento da educação para todos, oposição da Rede Globo aos CIEPs e os motivos que levaram ao fim desse programa de governo.

No terceiro capítulo, focamos os desafios de uma educação crítica e transformadora, entendendo que a educação pública do país está atrelada aos interesses internacionais e financiamentos com base em uma política neoliberal dentro dos Estados, o que permite uma abordagem sobre as políticas públicas de educação frente aos interesses capitalistas da educação privada.

O capítulo quatro trata do enquadramento da pesquisa e do modelo de investigação: tipo de pesquisa; definição da amostra; elaboração dos instrumentos para coleta de dados: coleta de dados e tratamento dos dados obtidos na pesquisa.

Por fim, apresentam-se as considerações finais das análises e reflexões com a realização da pesquisa, sem a pretensão de esgotar o assunto, frente a complexidade da temática e a evolução do pensamento e das novas formas de apropriação do universo midiático com a chegada das redes sociais, possibilitando maior acesso a essas novas tecnologias, inclusive pela população menos privilegiada economicamente.

## CAPÍTULO I

### COMUNICAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO

*A classe existe antes de cada indivíduo, independentemente de sua vontade, e modela os indivíduos conforme as categorias que regem a existência da classe.*

*Melciades Peña – Notas de iniciação marxista*

A comunicação como forma de expressão é uma necessidade intrínseca ao ser humano. Está ancorada em dois sujeitos: o que emite e o que recebe a informação. Este ato não depende da tecnologia, porém, esta tem evoluído para suprir o papel de suporte da comunicação entre os indivíduos, facilitando e potencializando estas relações, terminando por transformá-las radicalmente (DIEDRICH, 2010).

Em sociedade a interação entre as pessoas sempre existiu, conforme defendem Pinto e Serelle (2006). Essa interação iniciou-se pelo modelo de comunicação face a face, no qual dois ou mais indivíduos interagem dentro de um mesmo ambiente físico. Essa relação ganhou mais importância a partir da chegada da comunicação em massa, no século passado. Isso porque, no primeiro modelo explicado, a comunicação era restrita, não conseguia atingir um número grande de pessoas em tempo real; enquanto no segundo é, conforme Wilbur (1970), a técnica de disseminar informações através de algum meio que vá atingir um grande número de pessoas, localizadas em diferentes regiões, que não necessariamente tenham qualquer ligação entre si.

Desde o século XIX, as tecnologias de comunicação têm exercido importante papel na vida do homem, através de artefatos como o telégrafo, o rádio e o telefone, encurtando as distâncias geográficas e as limitações espaços-temporais. Sua interferência sobre a cultura será estudada no próximo tópico.

#### **1.1 Conceito de cultura**

Em diferentes contextos e situações, pode acontecer um relacionamento entre pessoas de variadas culturas. Nesse sentido, reflete Schollhammer (2002), a globalização pode ser

vista como um dos fatores-chave para elevar o volume dos intercâmbios no mundo, aumentando a velocidade da circulação de pessoas, mercadorias, serviços e ideias de diferentes origens culturais. Além disso, faz emergir a aprendizagem intercultural como uma questão inevitável das novas relações econômicas, políticas e sociais. Tais relações não podem ser compreendidas como evoluções naturais da história, pois nelas pesam as disputas de poder. Diante deste quadro, faz-se necessário compreender o que caracteriza cultura e aculturação.

O conceito de cultura não é unívoco, pelo contrário, tem uma grande diversidade de acepções e “usa-se para descrever o que não é nem universal nem idiossincrático” (PERUZZO, 2000, p. 119). O fator fundamental que difere os agrupamentos humanos é de ordem cultural, segundo o antropólogo Franz Boas. Não é a raça ou o ambiente físico que os determina. Noutras palavras, conforme no livro *Cultura* (1986, p.13) escrito pelo rondoniense Waldenyr Caldas, nenhum povo civilizado ou primitivo, sociedade desenvolvida ou atrasada, “jamais agirá de forma idêntica aos demais”.

Edgar Morin define cultura no plural, constatando que a cultura só existe através das culturas. Para o autor podemos definir uma cultura como o “conjunto de hábitos, costumes, práticas, conhecimentos, ensinamentos, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, ritos, que se perpetuam de geração em geração e se reproduzem em cada indivíduo, geram e regeneram a complexidade social, o que significa que todas as culturas têm os mesmos alicerces” (MORIN, 2001, p. 58-59). Na mesma matriz encontra-se o economista egípcio Samir Amin, que irá nos dizer que cultura é o modo ou a organização do valor de uso dos indivíduos.

A dimensão evolutiva da cultura está presente ao longo da história e, para Róman (*apud* ORTIZ, 2003, p. 89), “ela é fruto não só das tensões endógenas, uma constante nas diferentes civilizações, mas também do intercâmbio intercultural”. Vejamos o exemplo da formação (em andamento) cultural brasileira: os europeus, através da expansão ultramarina, vestiram os aborígenes, cercaram as suas terras com arame farpado e introduziram a religião e a gramática num povo que antes não as conheciam. Dessa mistura, genética e cultural, triádica (ameríndia, europeia, africana) é que nasce o povo brasileiro, com peculiaridades e particularidades em seu modo de falar, agir e pensar.

Assim, em conformidade com Waimberg (2005, p. 107), “o problema da universalização constitui um novo marco de referência para o indivíduo que participa de uma

forma de cultura mais globalizada e num mundo social mais amplo”. Isso porque os sujeitos veem alteradas as referências da sua identidade e o entendimento do seu papel na comunidade política como cidadãos. A este propósito Pérez Gomez (*apud* WAINBERG, 2005, p.109), refere que “o contexto cultural potencia tanto como restringe as possibilidades de desenvolvimento do indivíduo humano, e mudou substancialmente e de forma acelerada nas últimas décadas”. À medida que as tecnologias da comunicação vão avançando elas aproximam ainda mais os povos seja de forma manipulada (indústria cultural) ou harmônica (mídias alternativas).

Em conformidade com Ortiz (2003, p. 18), “a cultura cosmopolita não deve implicar a negação de outras culturas, pois desta maneira negar-se-ia aos indivíduos a possibilidade de acolher diversos referentes para a construção da sua identidade”. A cultura cosmopolita ou intercultural é mais uma opção a que todos os indivíduos devem ter direito de escolher para construir e compreender a sua identidade e os significados em torno da realidade, mas não é uma via única para a formação da identidade (RÓMAN, *apud* ORTIZ, 2003). Devemos nos alertar também para a ideologia que está presente na indústria cultural. Ela se caracteriza pela fetichização dos aparatos tecnológicos, tornando as pessoas conformistas e acríticas ao desejo mais profundo do consumo. Tudo o que é ditado por esta indústria, nos diz Adorno, fecha os olhos dos indivíduos e impede a autonomia cultural dos povos. Não podemos deixar de lado essas observações, pois há uma inerente disputa à legitimação de uma definição de cultura em revés das demais.

## **1.2 Comunicação de massa**

No Brasil, a história da comunicação midiática data-se de 1808, com a vinda da família real para o país, fugindo de Napoleão Bonaparte. A partir daí é inaugurada uma nova fase na história brasileira, tanto no campo político quanto no social, pois o país será informado dos acontecimentos internos e dos de além-mar, pelos jornais e revistas. Foram os meios de comunicação de massa que influenciaram na construção do sentimento nacional brasileiro e na sua unidade, principalmente a linguística, sendo o rádio, na década de 30, o aparato mais utilizado.

Os meios de comunicação de massa sempre tiveram uma ligação estreita com a comunidade em que se inserem. Desta forma, o surgimento dos meios de comunicação de

massa, um após o outro, deixou marcas em todas as sociedades, atuando como “extensões das capacidades naturais dos seres humanos” (MCLUHAN, 1996, p.29). Isto é, a televisão mostra aquilo que não podemos ver fisicamente, mas através dela, como uma extensão de nossos olhos. O rádio trouxe as notícias, como uma extensão dos nossos ouvidos. O telefone permitiu levar a voz a uma distância infinitamente maior do que jamais se havia pensado. E assim sucessivamente, cada meio representou uma extensão de uma capacidade natural dos seres humanos.

Segundo as pesquisas de Caldas (2002, p. 39), “a primeira grande revolução na comunicação aconteceu quando o homem desenvolveu a linguagem, na tentativa de comunicar-se com seus semelhantes e obter sucesso na luta pela sobrevivência”. A linguagem permitiu que a humanidade conseguisse transmitir o conhecimento adquirido, aperfeiçoando a forma de apreender o mundo nas primeiras comunidades. Alguns séculos mais tarde, a linguagem teve seus sons codificados em símbolos, e posteriormente em alfabetos. Com a criação desta nova convenção, inicia-se a civilização tal como a conhecemos hoje.

Ainda conforme o referido autor, “a escrita permitiu que o conhecimento ultrapassasse séculos e que a mensagem pudesse existir independente de um emissor, podendo ser recebida por quem soubesse decifrar o código” (CALDAS, 2002, p.40). Permitiu também a organização linear do pensamento, base da inteligência e cultura dos séculos seguintes. Com a escrita, desenvolveu-se a ciência, criando várias raízes de conhecimento científico e desenvolvendo a civilização. O impacto da escrita na vida do homem foi tão forte que, até hoje, os historiadores situam o fim da Pré-história e o início da História, ou seja, o da civilização e do seu desenvolvimento, a partir da data da invenção da escrita.

Já no início da sociedade moderna, no século XV, aponta Castells (2001, p.67), “a tecnologia precursora dos meios de comunicação de massa foi o tipógrafo, aparelho capaz de reproduzir a escrita em grande escala, inventada pelo alemão Johannes Gutenberg”. Somente a partir do século XVIII esta técnica de impressão, inicialmente usada para produção de livros, passou a ser utilizada comercialmente como meio para a impressão massiva de jornais. Neste período, a forma escrita fixa-se e a produção de informação acelera, atingindo escala industrial.

Ainda segundo Castells (2001, p.63), também “foi na Idade Moderna que houve o surgimento da mídia e o jornalismo, concebido pelo ideal iluminista de esclarecer os cidadãos, foi denominado de quarto poder”. A responsabilidade era coibir os abusos do Estado,

garantindo aos cidadãos o controle democrático, existindo uma relação intrínseca entre comunicação e poder, uma vez que a realidade passa a ser construída e definida pela mídia. Podemos perceber claramente essa situação a partir da década de 1930 no Brasil, onde a mídia é quem articula, em diferentes momentos históricos, a sociedade e a política. Principalmente quando em defesa dos seus interesses classistas, tal como relatada (por experiência vivida a mais de meio século no jornalismo brasileiro) pelo brilhante comunicador, Paulo Henrique Amorim (2015), em seu livro *O Quarto Poder: outra história*.

Assim, no contexto atual, como explicitam Briggs e Burke (2004, p.44), em seus estudos sobre o tema “a mídia representa uma das instâncias mais importantes da sociedade. Ela é responsável por favorecer mudanças no comportamento das pessoas, nas relações humanas e na construção do conhecimento”. Podemos dizer que a mídia interfere de forma decisiva em praticamente todos os campos: social, político, econômico e cultural. É também um canal que promove informação, educação, conflitos e necessidades, influenciando na formação cognitiva, afetivo-sexual e social dos indivíduos. Os meios de comunicação não só influenciam nos comportamentos individuais, mas transformam a realidade social. Principalmente depois dos especialistas em *marketing*, que precisam conhecer bem a forma com a qual veicularão (às distintas classes sociais) para a venda as mercadorias fabricadas no regime capitalista de exploração da força de trabalho.

Em termos conceituais, “a mídia compreende um conjunto de instituições, organizações e negócios, voltados para a produção e difusão de informações para públicos diversos”. Abrange veículos impressos (revistas, boletins, jornais, cartazes, folhetos, etc.), audiovisuais (outdoors, televisão em canais abertos e pagos, filmes, vídeo, rádio, etc.) e, atualmente, mídia computadorizada *on line* e mídia interativa via computador, dentre outros. Esse conjunto de meios tem a função de transmitir informação, opinião, entretenimento, publicidade e propaganda, como também ideologias (SCHAUN, 2002).

Para os teóricos da escola de Frankfurt, influenciados pelos conceitos marxistas de ideologia, alienação e história, tendo uma abordagem mais voltada para os aspectos sócio-políticos e econômicos dos processos de comunicação (MARTINO, 2001), a cultura de massa é resultado de uma colonização política e econômica que se faz acompanhar da colonização cultural, onde as manifestações culturais são vistas como produtos fabricados em série exatamente como numa linha de montagem, de forma semelhante a quaisquer outros produtos industriais (HOHLFELDT, 2001). A indústria cultural standardiza, padroniza “os reais

interesses dos homens” através do monopólio da informação que exerce na sociedade (CALDAS, 1986, p.86). A relação democrática consumidor/indústria cultural, que defendem alguns estudiosos do tema, não existe, porque a demanda real das pessoas não é levada em consideração na resolução de oferta de um produto. Não olvidemos, porém, que comunicação é educação: “nada se comunica sem que os dois agentes em comunicação – o que recebe e o que comunica – se mudem ou se transformem de certo modo”. (DEWEY, 1973, p.24).

Visando propiciar um panorama histórico sobre a mídia o próximo tópico aborda os diferentes tipos de mídia e sua importância em cada época.

### **1.3 Tipos de comunicação de massa**

Dentre os meios de comunicação de massa, atendendo ao foco desse estudo, falar-se-á, de forma resumida, apenas dos meios considerados tradicionais, ou seja, anteriores ao surgimento e expansão da internet.

#### **1.3.1 Os jornais**

O jornal impresso, segundo aponta Gontijo (2004, p. 166),”surgiu no século XV, quando Gutenberg aperfeiçoou os tipos móveis criados pelos chineses que foram os primeiros a imprimir livros”. Esse sistema de prensa tipográfica criado por Gutenberg, associado às possibilidades oferecidas pelo alfabeto romano, composto de pouquíssimas letras quando comparado aos inúmeros ideogramas chineses, não somente possibilitou a produção de livros em grande escala, como propiciou o surgimento do jornal. Dava-se, então, o primeiro passo para a democratização da escrita e, conseqüentemente, do saber. Também em relação ao surgimento da imprensa, Sá (2002) ressalta que

(...) o aparecimento e difusão da imprensa também estará diretamente vinculada ao desenvolvimento comercial e industrial das principais cidades da Europa. É com a imprensa que a cultura sai dos claustros e vai para as ruas, permitindo o surgimento do público leitor. Quando uma parte importante desses leitores passa a se interessar pelas publicações políticas e decide se envolver com os assuntos públicos, teremos chegado ao nascimento do público político (SÁ, 2002, p.49).

Ainda em conformidade com o autor, “a associação mundial dos jornais aceita como verdadeira as evidências de que o primeiro jornal do planeta tenha sido o *Relationen*, produzido por Johann Carolus, em 1605” (SÁ, 2002, p.50). No caso brasileiro, o primeiro

jornal foi o *Correio Braziliense*. Seu número inicial foi lançado em 1º de junho de 1808 por Hipólito José da Costa. Sua impressão era feita em Londres, pois a Coroa Portuguesa proibia a existência de impressoras na colônia.

### **1.3.2 Aparecimento do rádio**

De acordo com Barbosa (2007, p.41), “na esteira do desenvolvimento tecnológico surgiu o rádio.” O italiano Guglielmo Marconi realizou, em 1900, as primeiras experiências com o rádio e “foi feita a primeira ligação radiotelegráfica de 300 km, entre Cornwall e a ilha de Wight, na Inglaterra” (2007, p.41). Apesar de Guglielmo Marconi ser considerado o inventor do rádio, o certo é que, em 1896, Marconi patenteou o primeiro aparelho transmissor sem fios.

Antes que o cientista italiano tivesse realizado experiências de sucesso, o padre brasileiro Roberto Landell de Moura já havia transmitido voz por meio do eletromagnetismo. Grecco (2006, p. 76) afirma que “há registros de que as primeiras experiências do padre Landell com transmissões de ondas portando a voz humana teriam ocorrido entre 1893 e 1894. No mínimo um ano antes de Marconi na Itália”.

O fato é que, conforme expõe Ferrareto (2001, p.52), “o rádio havia atingido um nível que permitia a transmissão de boletins informativos sonoros, quando teve início a I Guerra Mundial”. A partir da eclosão deste movimento, as forças armadas dos países em guerra vislumbraram a importância tecnológica do meio radiofônico e passaram a fazer uso da tecnologia para fins militares.

Vale mencionar ainda que o surgimento do rádio marcou uma nova era nas comunicações, porque suas ondas possibilitaram a quebra da barreira do analfabetismo, típica da tecnologia de impressão. Como consequência, cristalizou-se o processo de massificação, cuja popularidade o viabilizou como principal instrumento de acesso à informação para a massa da época. A partir de então, todos que possuíam um aparelho de rádio eram informados, principalmente dos acontecimentos da guerra. A mudança de tecnologia do telefone para o rádio, segundo Adorno, separou evidentemente os papéis. “Liberal, o telefone permitia que os participantes ainda desempenhassem o papel do sujeito”. Já o rádio, “democrático, transforma-os a todos igualmente em ouvintes, para entregá-los

autoritariamente aos programas, iguais uns aos outros, das diferentes estações” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, P.114).

No Brasil, segundo apontam estudos de Costa *et al* (1997,p.143) sobre a temática, “a primeira transmissão radiofônica pública oficial ocorreu em 7 de setembro de 1922, no Rio de Janeiro, quando o presidente Epitácio Pessoa discursou na inauguração da Exposição do Centenário da Independência”. O rádio no Brasil nasceu elitista, destinado às classes altas e sem característica popular. O alto custo do aparato envolvido na transmissão e recepção deste meio impedia o acesso das classes populares ao universo radiofônico. Isso o colocava distante das pretensões de um de seus maiores incentivadores no Brasil, o antropólogo Edgard Roquette Pinto. Tido como um dos pais da radiodifusão brasileira, fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em abril de 1923 e via no rádio um elemento poderoso de difusão cultural e educativa (GOUENHEIM e HEROUVILLE, 2003).

Entretanto, na década de 1930, a permissão para o uso de publicidade mudou o foco educativo da programação então existente. Embora não se permitisse que as inserções interrompessem atrações como concertos e conferências, estas passaram a ser intercaladas por atrativos de apelo popular e acessível à massa. Elementos mais acessíveis à maioria dos ouvintes, como quadros humorísticos e a execução de música popular, foram incorporados à programação. Mas, de acordo com Barbosa Filho (2003, p.39), “o período histórico situado na pós-Revolução de 1930 foi um dos principais catalisadores da migração da atividade radiofônica brasileira da condição de passatempo elitista ao *status* de atividade comercial”.

### 1.3.3 As revistas

O gênero revista teve início ainda no século XV, na Europa, mas especificamente na cidade de Hamburgo, na Alemanha. Na época, o surgimento da revista se tornou um atrativo a mais para os leitores, que estavam acostumados com a leitura de jornais que abordavam vários assuntos ao mesmo tempo e não tinham público específico.

Segundo Scalzo (2006), a primeira revista chamava-se *Erbauliche Monats Unterredungen*, ou Edificantes Discussões Mensais. Era considerada revista porque trazia vários artigos sobre um mesmo assunto. Era teológica e voltada para um público específico. Ainda conforme o autor é importante ressaltar que,

(...) todas essas publicações, mesmo não utilizando o termo “revista” no nome (isso só aconteceria em 1704, na Inglaterra) e parecendo-se demais com os livros deixam

clara a missão do novo tipo de publicação que surgia: destinar-se a públicos específicos e aprofundar os assuntos – mais que os jornais, menos que os livros (SCALZO, 2006, p.124).

Com a forte aceitação do público, o mercado editorial das revistas se expande e passa a ter necessidade de um estudo mercadológico, para que fosse identificado o que o público gostaria de ler. As revistas passaram a ser para os leitores um instrumento informativo, que trazia a eles o que gostariam de ler aprofundadamente com boas reportagens, textos de fácil assimilação de conteúdo e exposição de fatos coerentes, como se já contemplasse a visão do interlocutor (CÔRREA, 2010, p.89).

Conforme Scalzo (2006, p. 127), “as revistas chegaram ao Brasil no começo do século XIX, junto com a corte portuguesa. Em 1808 saiu o *Correio Brasileiro ou Armazém Literário* e em 1912 *As Variedades ou Ensaio de Literatura* aparecem em Salvador”. Como todas as outras de sua época, *As Variedades* também tinha cara e jeito de livro.

Mira (2001, p.118), explicita que, “das mãos de Plancher, em 1837, saiu a pioneira *Museu Universal*, precursora das revistas modernas. Ela tinha a fórmula típica da época”. *O Museu*, como era chamada, “utilizava ilustrações elaboradas por artistas franceses e ingleses, textos mais leves e acessíveis, uma mistura das preocupações culturais e artísticas com elementos de entretenimento”.

Neste contexto, Mira (2001) salienta que uma das revistas mais procuradas para informações, cultura ou entretenimento entre os anos 30 e 50 era *O Cruzeiro*, criada por Assis Chateaubriand. Em 1928, tornou-se uma das revistas de maior vendagem na história do país. A autora ainda acrescenta:

*O Cruzeiro* trazia um pouco de tudo e se dirigia a todos, homens, mulheres, jovens ou não, longe da preocupação hoje obrigatória de descobrir as preferências de cada um, seus gostos, expectativas ou estilo de vida. Era a revista da família brasileira. Tanto é verdade que, em 1950, o Ibope realiza uma pesquisa sobre a família leitora de *O Cruzeiro*, através da qual ficamos sabendo que seu padrão médio era constituído por pouco mais de cinco pessoas: homens, mulheres, crianças menores de dez anos, crianças com mais de dez anos e ‘criados’ (MIRA, 2001, p.14).

Scalzo (2006, p. 124-125) aponta que “em fins dos anos cinquenta e início da década de 1960, surgem várias revistas que atingem em cheio o público feminino. Entre elas *Manequim* e *Claudia*”. Nesse período surgem também as revistas masculinas que, além de publicar fotos de mulheres nuas, preocupavam-se em oferecer um conteúdo editorial de qualidade. No dia 8 de setembro de 1968, chegou às bancas a revista *Veja*, projetada por Vitor Civita: revista de informação semanal ao estilo *Time*, sobrevive até hoje, sendo a porta voz da linha econômica e política da Editora Abril.

### 1.3.4 Surgimento da televisão

Assim como o rádio, conforme aponta Gontijo (2004, p.173) em suas pesquisas, “a televisão também nasceu de um conjunto de descobertas iniciadas em 1817 quando o sueco Berzelius descobriu o selênio, que produzia corrente de elétrons sempre que atingido por um feixe de luz”. Ainda em consonância com o referido autor, em 1923 o britânico John Logie Baird descobriu a técnica da transmissão de imagens animadas e sonorizadas através de ondas hertzianas. Em 1928 nos Estados Unidos e, três anos mais tarde, na França, alguns ensaios dão lugar a progressos técnicos. A primeira emissão televisiva oficial acabou por ser transmitida do transmissor da Torre Eiffel, em 1935.

Essas primeiras experiências de transmissão iniciadas na década de 1930, segundo Lorêdo (2000, p.77), “na Europa e nos Estados Unidos foram interrompidas pela Segunda Guerra Mundial, somente retornando após o conflito. Já na década de 1950 existiam diversos modelos de receptores”. Estava, portanto, concretizado o invento que uniu o som e a imagem em movimento: a televisão.

No contexto brasileiro, afirma o mencionado autor, “a primeira emissora foi a PRF3-TV, futura Rede Tupi de São Paulo, inaugurada em 18 de setembro de 1950. O Brasil foi o quinto país do mundo a possuir emissora de televisão” (LORÊDO, 2000, p.78). Diante das dificuldades técnicas existentes, da pouca definição do que seria uma programação televisiva e da falta de televisores, o começo foi marcado pelo imprevisto. Para isto contribuíram ainda as características de seu fundador, Assis Chateaubriand, líder do grupo *Diários e Emissoras Associadas*. A televisão torna-se assim, em menos de uma década, num meio de comunicação de massas. Começa a ser-lhe também reconhecido um importante papel de intervenção social e política (PERUZZOLO, 2006).

A grande reviravolta que propiciou o crescimento vertiginoso da televisão no país “foi o videoteipe (VT), introduzido no Brasil em 1960, que permitiu um avanço no desenvolvimento dos produtos e igualmente da idéia de programação, a partir de interesses comerciais”, aponta Peruzzolo (2006, p.91). Dessa forma, a partir da década de sessenta, o país passa a contar com uma noção mais acabada de grade de programação, novidade introduzida pela TV Excelsior e aprimorada pela Rede Globo. Assim, um mesmo programa ou faixa de atração passou a ser apresentado em horário análogo, nos vários dias da semana.

Ao mesmo tempo, a programação começou a ser pensada no conjunto, de forma que todos os produtos da estação despertassem a atenção do receptor, com um servindo de espera para o próximo.

Vale salientar que a telenovela diária, gravada em VT, foi o grande gênero desenvolvido pela televisão brasileira, em especial a Globo, representando no Brasil a popularização da própria televisão. O primeiro grande sucesso do gênero foi *O Direito de Nascer*, exibida pelas TVs Tupi (SP) e Rio (RJ) em 1964, com tamanho êxito que teve seu final transmitido direto do Maracanã. Foi o encontro de um produto com amplas possibilidades de consumo no país, o que deu ao Brasil um *know-how* específico na sua realização e catálogo prestigiado para sustentar sua exportação para vários pontos do mundo, que se sustenta até hoje (MATTOS, 2000). A televisão visa “uma síntese do rádio e do cinema, que é retardada enquanto os interessados não se põem de acordo, mas cujas possibilidades ilimitadas prometem aumentar o empobrecimento dos materiais estéticos (...)” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, P.116).

Em conformidade com Lorêdo (2000, p.107), “em meados do século XX, a televisão com suas imagens, sons, textos são, a partir daqui, acessíveis por quase toda a população, uma verdadeira indústria cultural”, que segundo Theodor Adorno e Max Horkheimer,

(...) revela-se justamente como a meta do liberalismo... Não somente suas categorias e conteúdos são provenientes da esfera liberal... as modernas companhias culturais são o lugar econômico onde ainda sobrevive, juntamente com os correspondentes tipos de empresários, uma parte da esfera de circulação já em processo de desagregação. Aí ainda é possível fazer fortuna (...) (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.122).

Essa conjuntura implicou em um crescimento da influência dos meios de comunicação, os quais, detentores de um poder crescente sobre a opinião do público - geralmente sem oportunidades de acesso a outros meios de comunicação, ou acomodados à informação que já vem pronta e não se presta ao discernimento - passaram a determinar todos os âmbitos da vida em sociedade no Brasil. Este é o reduto privilegiado da indústria cultural, conforme veremos no próximo tópico.

#### **1.4 A indústria cultural**

A expressão “Indústria Cultural” foi cunhada pelos sociólogos alemães da Escola de Frankfurt Theodor Adorno e Max Horkheimer. Tal expressão surge no momento histórico em que o rádio, o cinema e os jornais eram instrumentos eficazes usados pelos nazistas para

persuadirem ideologicamente o povo Alemão. Segundo Adorno, Hitler só foi possível por causa do rádio. O aparecimento da indústria cultural no século XX se dará definitivamente depois de consagrado o regime imperialista do capitalismo, ou seja, a fusão das grandes empresas com o objetivo de monopolizar o mercado mundial. “Toda a civilização de massa em sistema de economia concentrada é idêntica (...)”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p.169).

Por indústria cultural entende-se aqui o homem e o modelo capitalista de reprodução e distribuição de sua cultura, ou seja, a cultura de massa como “falsa identidade do universal e do particular. Sob o poder do monopólio, toda cultura de massa é idêntica, e seu esqueleto, sua ossatura conceitual fabricado por aquele, começa a se delinear” (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p.114).

Nessa perspectiva, percebe-se que a cultura de massa configura nos indivíduos uma falta de criticidade e os motiva para a lógica que é a da oferta e a da procura imposta pelo mercado capitalista.

A influência da indústria cultural no dia-a-dia das pessoas há muito já superou a da escola, a da igreja e a da família. Agrava-se ainda mais esta situação quando analisamos, em particular, países como o Brasil. Antes habitavam aqui os povos ágrafos, que não possuíam a escrita. Hoje, depois da colonização, uma nação de analfabetos e semi-alfabetizados informados pelos meios de comunicação. É através desta indústria fabricante de cultura que a hegemonia de uma classe sobre a outra se mantém. A indústria cultural torna-se os braços e os pés das nações ultramarinas. O componente ideológico é a marca principal das mercadorias fabricadas por ela. “Os consumidores são os operários e os empregados, fazendeiros e pequenos burgueses.” (ADORNO; HORKHEIMER. 1978, p. 181).

Adorno e Horkheimer (1985, p.171) acertam em cheio quando afirmam que “a unidade preconcebida da indústria cultural atesta a unidade – em formação – da política”. Podemos compreender a partir desta afirmativa que o monopólio da informação por determinados grupos familiares no Brasil, sobretudo no domínio econômico, só obteve êxito com estreita cooperação do Estado. A presença do Estado é de fundamental importância na legitimação destes exíguos grupos de indivíduos que comandam a comunicação. Este também está encarregado de promover a cidadania através dos sistemas escolares, políticos, sindicais e de saúde. Então há a necessidade de fazermos a seguinte pergunta: por que o Estado brasileiro

investe tanto em propagandas, além das concessões, nos veículos de comunicação midiática, relegando a educação escolar para o segundo plano?

No contexto político-econômico do capitalismo, em todas as sociedades, independente da cultura e dos costumes, existe uma classe dominante e esta é quem dita os padrões de vida, modelo e normas sociais, às quais todas as outras têm que se adaptar. Conformar-se e resignar-se à elite, sociologicamente analisando, é fechar-se de si para o coletivo e criar a falsa sensação de “bem estar” proveniente da aceitação e colocação social. Alguns autores colocam esse hábito como uma forma da alienação: resignar-se é submeter-se ao que é imposto, é uma neutralidade que amordaça o senso crítico e o transforma em senso comum. Nos telejornais, por exemplo, ainda que as notícias sejam sobre problemas sociais e políticos, além de denúncias, elas são majoritariamente distorcidas de um modo que não ameace a zona de conforto da população e, assim, não acione seu senso crítico. Quando não há senso crítico, é propícia a abertura para alienação e, conseqüentemente, não há o discernimento acerca do que é certo e bom para o país.

## CAPÍTULO II

### EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

*A educação faz-nos conscientes de nossa cultura viva e diversificada, e assim é que lhe promove a unidade, revelando-nos as suas particularidades e diferenças e fundindo-as em um processo dinâmico e consciente de harmonia e coesão.*

*Anísio Teixeira – A Educação e a Crise Brasileira.*

#### 2.1 Breve histórico

Para situar historicamente a educação no Brasil, segundo Brandão (2003, p. 56): “parte do período colonial é marcado pela influência dos jesuítas, principais educadores da época”. Nesse período, a educação não era valorizada socialmente e servia de instrumento de dominação e de aculturação dos nativos, sendo que para a elite colonial era oferecido tratamento diferente. Em conformidade com Ferro (2007, p. 214), “dadas as dificuldades do próprio choque da cultura indígena com a europeia, e o desinteresse da Coroa Portuguesa pela escolarização do gentio, aos poucos as escolas passaram a ser privilégio dos brancos.”

Ainda segundo o mesmo autor, “a base da instrução eram os princípios contidos na *Ratio Studiorum*, conjunto de normas criadas para regulamentar o ensino no colégio jesuítico, cujo ideal era a formação humanista e cristã”. Assim, a ação pedagógica caracterizava-se pelas formas dogmáticas do pensamento, contra sua possibilidade crítica, isto é, o ensino era alheio à realidade. Os pressupostos didáticos encontrados no código pedagógico dos jesuítas enfocavam o seu caráter formal e eram marcados pela visão essencialista do homem.

Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, o Brasil ficou treze anos sem desenvolver qualquer tipo de atividade escolar, naquele que foi considerado um período de retrocesso e de atraso no âmbito educacional, resultando em enorme desarticulação no ensino. No que diz respeito ao caráter administrativo, conforme apontam Pimenta e Anastasiou (2005, p. 73), “o sistema era centralizador e impedia qualquer forma contrária de pensamento, criando-se assim uma unidade impositiva”. Quanto ao espaço de aprendizagem em sala de

aula, acrescentam ainda os respectivos autores, “baseava-se no modelo jesuítico, no qual o professor transmitia, o discente recebia e memorizava o conteúdo, tendo a força da avaliação somativa como elemento essencialmente classificatório”.

Deste contexto podemos inferir que o ensino público no Brasil teve, a partir de 1920, uma preocupação em capacitar pessoas para atuarem no mercado de trabalho. Para Cunha (2005, p. 22), “se em tese o capital cultural é um patrimônio acumulado pela humanidade, na prática ele está regido pelo interesse econômico e tem na educação escolar seu principal agente de legitimação.” Segundo Louro (1997),

(...) na medida em que a instituição se tornava um espaço de formação privilegiado, tudo o que se passava no seu interior ganhava importância. Outros modos de educação e de aprendizagem continuaram a existir, é claro, mas as sociedades modernas ocidentais passavam a colocar a escolarização – uma atenção especial. Isso representou não apenas olhar para as crianças e jovens e pensar sobre as formas de discipliná-los, mas também observar – e disciplinar – aqueles que deveriam promover a formação, ou seja, os professores (LOURO, 1997, p.91).

O projeto educacional do Estado Novo ficou marcado pela Reforma de Capanema, cujos decretos regulamentaram o Ensino primário, secundário e profissionalizante. Nessa mesma época, surgiu o SENAC por meio do decreto Lei n 8621, de 1946.

A Educação moderna, apesar dos diversos avanços, ficou marcada pelo método tradicional de ensino. A aprendizagem escolar se assemelha a uma linha de montagem na qual o aluno vai sendo “montado” e formado pelo professor, passando por diversas fases que não agregam conhecimento real à sua existência. Superficialmente, através de trechos decorados, o alunado não é educado para pensar, questionar. Geralmente é limitado a se submeter ao que o educador diz que é certo, pois ele é o dono absoluto da verdade. Esse tipo de pensamento unilateral para as políticas educacionais, defendido em relevo pela ditadura militar, perdura de certa forma até os dias de hoje. A ditadura acabou, mas velhos paradigmas continuam.

Observa-se que neste sistema “militarizado” as dificuldades de aprendizagem do aluno eram por vezes desconsideradas, assim como os aspectos físicos, sociais, culturais e emocionais que poderiam levar a essa dificuldade em aprender. Essa situação só será alterada através da melhor preparação pedagógica de professores e da atualização dos cursos universitários, o que proporciona um ensino mais igualitário e com oportunidades para todos, como é garantido pela Constituição.

Com o processo de abertura política no país, ocorrido em meados dos anos 80, explicita Nunes (2011, p. 23), “foram promovidos estudos, encontros e discussões voltados para a crítica da educação dominante, evidenciando o caráter reprodutor da escola”. Nesse

cenário, observa-se uma preponderância dos aspectos políticos, enquanto as questões didático-pedagógicas foram minimizadas.

Para Debray (1993, p. 259), “a crise contemporânea da escola nasceu, entre outros fatores, da distorção entre a lentidão natural inerente à instrução, que é maturação e eclosão, e a aceleração técnica das difusões ambientes”.

É preciso salientar que tais contradições podem ser detectadas em várias sociedades; trata-se de um fenômeno de abrangência universal, sobretudo depois de 1945, data a partir da qual a televisão surgiu como um dos principais agentes da “socialização na contemporaneidade” (DEBRAY, 1993, p.116).

A análise da prática pedagógica envolve referenciais amplos, como a compreensão da função social da educação escolar e a identificação das concepções de aprendizagem e ensino que lhe dão suporte. Neste ponto relevamos a questão da prioridade na formação de cidadãos críticos ou seu esquecimento na penumbra da conformidade. Para tanto, veremos no próximo tópico os desdobramentos da problemática educacional entre os anos 30, 40 e 50, arregimentado pelo educador Anísio Teixeira em seu percurso destemido contra a oligarquia na política e na cultura brasileira.

## **2.2 Anísio Teixeira: Proposta de educação pública contra o paradigma oligárquico vigente**

Visando explanar sobre a importância de Anísio Teixeira para a educação brasileira e sua influência no pensamento de Darcy Ribeiro na criação dos CIEPs, traçou-se um paralelo entre o seu pensamento e o processo histórico com o qual ele contribuiu diretamente em muitas ocasiões e, em outras, foi excluído. Notamos que a atmosfera presente no Brasil dos anos 20, o movimento anti-oligárquico na política, foi também a palavra de ordem para o filósofo da educação de Caetité.

O Brasil dos anos de 1920, período que ficou conhecido pelo “movimento de entusiasmo pela educação e um otimismo pedagógico”, liderado pelos intelectuais que defendiam a expansão da escola pública, gratuita e laica, encontrou em Anísio Teixeira um homem de muitos fazimentos. Contudo, entender a sua singularidade sem que a coloquemos dentro do contexto histórico é negar as gerações anteriores e sucedâneas (NUNES, 2001).

Anísio Spínola Teixeira foi um homem de seu tempo sem restringir-se, no entanto, às limitações do meio, da época ou do momento histórico (ROCHA, 2002). Não obstante, neste início dos anos 20, esteve mais ligado aos ideais da Igreja (da oligarquia), tentando ampliar “a área de influencia da Igreja dentro do Estado” (NUNES, 2001, p. 6). Isto pode ser explicado pelo fato de ter o educador recebido toda sua formação intelectual dos padres jesuítas (ROCHA, 2002, p. 199).

Somente quando fez suas viagens à Europa em 1925 e aos Estados Unidos em 1927 (por funções do cargo que havia assumido como responsável pela instrução pública do Estado da Bahia) entra em contato com o sistema público de educação, até então desconhecido da sua experiência enquanto estudante. Logo após o seu regresso, desperta para os problemas típicos da educação no Brasil como a corrupção, a ausência do poder público e o despreparo do professorado, começando assim uma hercúlea batalha em busca de uma educação sem privilégios. Mostrou que todo o sistema educacional público até então estava corrompido, em mãos sem competência e com “verbalismo oco e inútil”, e tudo o que se fazia era apenas para reforçar tal sistema na “perpetuação da divisão de classes no Brasil” (TEIXEIRA, 2005, p. 95).

Clarice Nunes (2001) irá nos dizer que foi o seu contato com a civilização moderna que gerou um choque para sua sensibilidade, abalando sua confiança na Igreja que, apoiada pelo latifúndio, ditava os rumos da educação brasileira. Além de cuidar da educação dos filhos da oligarquia latifundiária, a Igreja rezava missa para eles e reforçava sua posição em defesa dos interesses particulares, agravando o abismo de classe existente entre o povo ágrafo, miscigenado e escravizado, e a elite dirigente do país. Desta forma, Anísio Teixeira faz “a travessia do seu primeiro deserto: o deserto da fé, quando abdicou de uma religião que lhe dava segurança, mas que também não dava resposta às suas mais vivas inquietações” (NUNES, 2001, p. 6-7).

Anísio queria acabar com a concepção de educação herdada da primeira república, pois neste período houve muitos debates sobre o processo educacional, mas nada de efetivo se concretizava para o povo, ou seja, falava-se muito e fazia-se pouco. A educação do povo não poderia ficar restrita aos interesses da oligarquia e da Igreja. Ele acreditava que o verdadeiro processo pedagógico se dava na descentralização do poder, sendo que cada estado, cidade ou município deveria ser autônomo na condução do ensino.

Anísio Teixeira lidou mais com a ideia de valor do indivíduo, a liberdade individual, provinda do pragmatismo de John Dewey, do que com a visão dialética marxista de interpretação da realidade econômica e objetiva (ROCHA, 2000, p.45). Acreditava também na transformação do homem pela educação escolar, porém havia nessa concepção um detalhe muito importante: a de que o papel do educador no processo de aprendizagem era fundamental, pois neste modelo de escolarização ensina-se pouco e educa-se bem. Segundo ele, a característica principal do homem, o seu diferencial, é ser autodidata.

### **2.3 Quadro Histórico**

Em paralelo a esta ruptura corajosa de Anísio Teixeira vai se configurando o momento histórico brasileiro. Surgem os movimentos de matriz nacionalista que, em contraposição ao regime político da oligarquia latifundiária e da Igreja conservadora, lutavam por um novo sistema jurídico e político. A década de 20 foi caracterizada, após a primeira guerra imperialista, pelo forte impulso para que os países subdesenvolvidos se industrializassem. O atraso brasileiro era tido como um empecilho que impedia sua entrada entre “os chamados países civilizados” (TEIXEIRA, 2005, p. 203).

Nesta fase de transformação, o café, principal item de exportação nas quatro décadas anteriores do Brasil, sofre uma queda vertiginosa nas exportações, promovendo um descontentamento no Exército. A crise do café, produto mais importante para a perpetuação do poder no país, levou até a nova classe dos industriais e ao Exército uma suposição: a revolução no Brasil. Estava nascendo, neste novo contexto social e político, uma disputa acirrada entre fazendeiros e industriais, e à margem deste conflito se insurgia “um núcleo dos jovens oficiais, sob a inspiração do marechal Hermes da Fonseca, que se subleva na revolta de 05 de julho de 1922” (RAMOS, 2013, p. 417). Esta fica conhecida como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana no Rio de Janeiro e, estes “jovens sonhadores” (RAMOS, 2013, p. 417) nas palavras de Leôncio Basbaum, expressam todo o descontentamento das classes desprivilegiadas do país. Mas, apesar desta insatisfação dentro do exército e da nova classe social que estava a se formar (os industriais), as tropas fiéis ao presidente Epitácio Pessoa ergueram-se em confronto àqueles jovens sonhadores, travando batalha e os derrotando.

Em 1924 (ano em que Anísio entrou na Instrução Pública da Bahia) explode outro movimento militar revolucionário que agora havia escolhido como representante o “general

reformado Isidoro Dias Lopes” (RAMOS, 2013, p. 417). Ali, já se fazia à vista entre os oficiais a figura do comandante Luís Carlos Prestes. Apesar dos homens do general terem conseguido ocupar a cidade de São Paulo, eles foram rapidamente trucidados pelos soldados das tropas legalistas. Com a dispersão dos homens do general Isidoro Dias muitos “se uniram à coluna comandada pelo capitão Prestes em Foz do Iguaçu (...) Promovido ao grau de general (...). Prestes iniciou uma longa marcha de 36 mil quilômetros por todo o Brasil, que se prolongou durante dois anos”. (RAMOS, 2013, p. 417). A Coluna refletia toda a contradição e ambiguidade das classes sociais no Brasil, conforme nos mostrou Basbaum:

O Brasil está quase em quebra e não consegue pagar as obrigações da sua dívida fabulosa (...) as classes pobres estão assediadas pela miséria e pela fome (...) os deputados, senadores, presidentes dos estados e presidente da república são designados ou nomeados (...) por verdadeiros trustes da lucrativa indústria política. (RAMOS, 2013, p. 417).

É importante lembrar que no mesmo ano de 1924, no Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais da elite brasileira reúne-se para fundar a Associação Brasileira de Educação (ABE). A ABE nasce com um claro objetivo: tirar das mãos do congresso a discussão educacional e criar um programa de ação nacional para a educação. Ademais, três anos após a sua criação em 1927, a ABE inaugura na capital do Paraná os debates em defesa da escola pública, com a I Conferência Nacional de Educação. Anísio Teixeira não estava presente, pois estava “a bordo de um navio americano, comissionado para estudos de organização escolar nos Estados Unidos” (OLIVEIRA E SILVA, 2000, p. 12). Ele também não participou da II Conferência, realizada em Belo Horizonte no ano de 1928, sendo que o seu primeiro aparecimento na Associação se dará “na III Conferência Nacional de Educação (...) sob o patrocínio do Governo do Estado de São Paulo, realizada em 1929, com ele integrando a delegação da Bahia” (OLIVEIRA E SILVA, 200, p. 13). A associação, além de promover os debates educacionais pelo país, foi crucial na elaboração (1931, IV Conferência), na cristalização do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e nas políticas públicas do governo de Getúlio Vargas.

A esta altura (1925/27 - Coluna Prestes) Anísio Teixeira, a mando da Diretoria de Instrução Pública na Bahia, faz viagens à Europa e aos Estados Unidos e, conhecendo os novos sistemas públicos de ensino (europeu e norte-americano) aperfeiçoa-os, adequando-os à realidade baiana carente de pessoas probas e com virtuosismo para o manejo do sistema público. Mas é em 1928, quando vai para o *Teachers College* em Nova York que, tornando-se

discípulo do filósofo John Dewey<sup>1</sup>, é lapidado pelos ideais da democracia como a conquista da igualdade de oportunidades. É somente na democracia, dizia Anísio Teixeira, que se farão livres os homens de suas dilacerantes desigualdades. O educador percebeu que a função do Estado na democracia é a educação como supremo dever.

Fato é que o Brasil (ao lado de Cuba) foi um dos últimos países do mundo a acabar com a escravidão. Isso significa que a característica fundamental de sua classe dominante está no alicerce psíquico que forma a sua consciência. Segundo Darcy Ribeiro, este seria formado por um “tipo de senhoridade que se autodignifica, que se acha branca, bonita, civilizada, come bem, é requintada, mas que tem ódio do povo, trata o povo como carvão para queimar”. (ROCHA, 2002, p. 66). Era contra essa posição que Anísio Teixeira se propunha a lutar: contra a oligarquia latifundiária na política, contra o patrimonialismo, contra o mandonismo e contra o clientelismo, apanágio do antigo sistema colonial que representa o atravancamento da renovação pedagógica da época e na atualidade.

Teve como amigo Nestor Duarte, o professor que o ajudou em suas reflexões acerca da história do Brasil, pois sem história, dizia Anísio, é impossível que se faça um trabalho honroso e digno em termos de educação para uma nação. Um povo sem história é um povo sem passado, presente e futuro. Isso não era demagogia para as classes dominadas. Ao contrário, era um movimento que se transformava em feitiço, obras e leis, andaimes que nos sustentam hodiernamente na luta libertária da educação pública no país.

Por aí podemos contemplar outro aspecto importante da personalidade anisiana, no que diz respeito ao privilégio que as famílias endinheiradas obtinham no Brasil: a questão do monopólio da Igreja na educação. Foi uma luta incessante que o consumiu por toda vida, pois a ideia que os bispos tinham era a de que a família tinha que optar por qual escola o seu filho seria educado, dispensando o Estado de sua função democrática e emancipadora, em sintonia com os escritos de Anísio Teixeira. Além de cuidar da educação dos filhos da oligarquia latifundiária, a Igreja rezava missa para eles e reforçava sua posição em defesa dos interesses particulares, agravando o abismo de classe existente entre o povo ágrafo, miscigenado e escravizado, e a elite dirigente do país.

Compete-me ressaltar que quando Anísio Teixeira fala que a educação na República continua sendo oligárquica, como se estivéssemos na “Monarquia ou na Colônia”, é porque

---

<sup>1</sup> John Dewey, filósofo norte-americano, ficou muito conhecido no campo educacional, mas, permitam-me lembrar de sua atuação progressista em defesa de Leon Trotsky na comissão de julgamento dos processos de Moscou em 1937.

ela é ainda feita sob a tessitura social de pensamento oligárquico. Somos indivíduos formados pela coesão social do grupo oligárquico ou da família, em parte conformada com a ideologia dominante, e “estes gânglios de coesão formam nosso arquipélago nacional” (ROCHA, 2002, p. 39). Podemos auferir que hoje os meios de comunicação de massa no Brasil são representantes diretos das oligarquias latifundiárias *for export*, impedindo o desenvolvimento autônomo do país para inculcar a ideologia dominante da multinacional na manutenção da ordem social. Pois como na oligarquia, o *mass media* é composto de negociastas e estes estão fadados aos negócios, ou seja, ao interesse privado.

#### **2.4 Revolução de 30, Estado Novo e o exílio**

Recém chegado dos Estados Unidos em 1929 e trazendo um “programa de luta pela educação no Brasil” (ROCHA, 2002, p. 200), Anísio Teixeira depara-se com a revolução de 30, período que produzira o necessário clima de transformação político-social e econômico na sociedade brasileira. O momento era de credulidade nos novos rumos que norteavam o Brasil e o que se buscava era romper com o “passado agrário-exportador e promover a industrialização do país através da forte intervenção do Estado, planejando e executando políticas industrializantes” (GARCIA, p. 4). A década de 30 teve como o núcleo dos acontecimentos um conjunto de intelectuais de diferentes áreas de atuação e das mais variadas camadas sociais (BOMENY, 2001), podendo destacar o papel do preceptor nas reformas e criações do Distrito Federal, antiga Capital da República (31-35), e no manifesto (1932) em prol de uma educação sem privilégios.

Em 1931 Francisco Campos o convoca para assumir a diretoria do Departamento de Educação da Capital da República e o setor do ensino secundário, e junto ao prefeito Pedro Ernesto edificam as reformas educacionais do distrito federal. O que prevaleceu após a Revolução de 30 continua sendo o mesmo entusiasmo que havia começado nos anos 20, ou seja, o movimento anti-oligarquico na política e na educação. Podemos perceber no pronunciamento da IV Conferência de Educação da ABE (1931) toda preocupação de Getúlio Vargas (chefe do Governo Provisório) com o problema da educação nacional. Nesta época Anísio também assumirá o comando da Associação Brasileira de Educação e, após os veementes debates com Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Roquette

Pinto, Paschoal Leme, Cecília Meireles, Monteiro Lobato entre outros intelectuais, promulgam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

No manifesto é notória a luta contra a Igreja privatizante que assegurava somente aos filhos das classes privilegiadas uma formação de qualidade. Os signatários exigiam do governo a garantia, pautada nos direitos dos desfavorecidos, a uma educação pública, laica e gratuita que vá da pré-escola à universidade, comum a todos os brasileiros. É verificável a influência do manifesto na Constituição de 34, a qual passaria a garantir a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Embalado por esses acontecimentos Anísio Teixeira cria a Universidade do Distrito Federal tendo como propósito “encorajar a pesquisa científica, literária e artística e propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular” (CPDOC – FGV). Neste primeiro momento (governo provisório) Getúlio Vargas esteve ligado aos programas de reformas de Anísio Teixeira e Pedro Ernesto, sendo que em 1936 exonera-os, desmontando o projeto da recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF - 1935).

A partir de 1936 é relegado ao ostracismo, pois “toda a sua vida foi dedicada ao bom combate pela educação, num plano de pensamento inteiramente original, que supera, mesmo, o plano nacional”. (ROCHA, 2002, p.17). Foi acusado de participar do levante armado da Aliança Nacional Libertadora, sendo exonerado do cargo. Ele e Pedro Ernesto eram simpatizantes da ANL embora não tenham participado da organização política. O educador apenas escrevia com frequência artigos para o jornal *A manhã*, veículo oficial da ANL. Apesar disso, é arriscado condenar a política do governo de Getúlio Vargas, o qual representa um ícone para as gerações na luta pelas instituições verdadeiramente públicas, laicas, gratuitas e de qualidade no Brasil. Para Leonel Brizola Getúlio Vargas foi um divisor de águas a partir de 1945. Em 1954, depois do dramático episódio do tiro no peito, Leonel Brizola teve na Carta Testamento uma espécie de oráculo. Seguiu até o fim de sua vida as diretrizes apontadas por Getúlio Vargas em sua visão totalizante da economia política.

Não podemos compreender, entretanto, as revoluções nacionalistas burguesas dos anos 20 e 30 sem o prisma da teoria marxista, capaz de partir do particular para o todo. Nesta perspectiva podemos nos valer da análise feita pelo peruano José Carlos Mariátegui acerca dos movimentos nacionalistas autônomos dos países subdesenvolvidos. Segundo o teórico é impossível que o desenvolvimento seja autônomo nos países coloniais e semicoloniais, pois estes são dominados pelo capital imperialista e pela grande propriedade fundiária. Ele nos diz

que a persistência do latifúndio não é indicio da necessidade de uma revolução burguesa, mas sim um elemento que mostra a impossibilidade da burguesia nacional levar adiante suas tarefas históricas<sup>2</sup>.

## 2.5 - Mídia = Sedução e Educação = Instrução

No final dos anos de 1940, Anísio Teixeira foi convidado a falar no XII Congresso de Estudantes na cidade de Salvador, Bahia, o qual por doze anos agitara o país no embalo das grandes mudanças em desenvolvimento na época. No discurso proferido pelo educador surgia um dos grandes problemas de seu tempo: a questão das democracias no pós Segunda Guerra Mundial, desfecho das experiências fascistas e totalitárias que tomaram conta da Europa. Citemos um trecho do seu discurso:

A forma totalitária foi esmagada no último grande embate violento da guerra e todos esperamos que jamais ressurja, e a forma democrática se dividiu em duas modalidades: a das democracias populares do Oriente e a das democracias socialistas ou pré-socialistas do Ocidente (..) O conflito entre os dois tipos de democracia, em que hoje se divide o mundo, pode e deve ser superado pacificamente (ROCHA, 2002, p. 209-210).

Esta apresentação provocou críticas no jornal baiano *A Tarde*, que o desqualificou, pondo em dúvida o seu papel de educador e associando-o ao comunismo da União Soviética. O noticiário era implacável em suas considerações sobre o discurso do caetiteense, dizendo que suas afirmações eram partidárias e inconsistentes e que não “havia uma suposta democracia atrás da cortina de ferro”. (ROCHA, 2002, p. 219). Isso nos revela uma legítima representação da classe dominante que, através do seu “colecionamento de clichês” (ROCHA, 2002, p. 225) na imprensa, defendeu o privatismo contra o militante da educação pública e laica.

Mostrando sua parcialidade e sua incapacidade em conhecer e transmitir questões referentes ao plano econômico-social dos regimes conflitantes, o jornal sequer levou em conta os processos de transformação – social e econômico – que ambos os lados estavam sofrendo no pós-guerra; e, naquele momento, Anísio Teixeira estava cada vez mais convencido de que eram “as mesmas forças democráticas de reforma e revisão social” que atuavam de um lado e de outro da “chamada *cortina de ferro*” (ROCHA, 2002, p. 224). Para ele, as mudanças às

---

<sup>2</sup> Detalhadamente em *Seis Tesis sobre José Carlos Mariátegui y León Trotsky* escrito por Gabriel Lanese Coordenador de La Cátedra Libre Kar Marx de La Facultad de Humanidades de Jujuy – Argentina- Disponível em: [www.ips.org.ar](http://www.ips.org.ar).

quais estavam submetidas ambas as direções divergentes não eram estáticas “nas posições das ideologias contendoras, mas dinâmicas e fluidas”. (ROCHA, 2002, p. 224).

Não obstante este fato ocorrido no final dos anos 40, Anísio Teixeira foi perseguido uma segunda vez, agora pelos bispos gaúchos (com o auxílio do *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda) tendo como porta-voz Dom Hélder Câmara. Nesse episódio os bispos aclamavam a saída do educador, que se encontrava na direção do Ministério da Educação. Darcy Ribeiro escreveu um artigo intitulado *Dr. Anísio* alertando o quanto é poderoso o arsenal privatista da comunicação de massa na sociedade brasileira: “Os bispos exigiram do Presidente da República, pela voz de Dom Hélder Câmara, o afastamento do Ministério da Educação de Anísio, porque achavam insuportável seu pendor democrático e esquerdista”. (RIBEIRO, 1995a, p. 33-36). Não nos esqueçamos de que em 1958 os bispos também investiram contra Anísio Teixeira, à época diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Através da imprensa, divulgaram a questão do financiamento da educação, a qual teria o suporte do Estado Nacional. No manifesto escrito pelos jesuítas gaúchos verificamos também o repúdio ao educador (SCHERER, 1958):

O povo brasileiro, na verdade, não quer que se transforme, por uma revolução social, a começar da escola, a República brasileira em uma República socialista. Que o queiram, e proclamem esse desejo, servidores elevadamente situados do Ministério da Educação e Cultura, é fato, por isso mesmo, que deverá merecer especial atenção dos Altos Poderes da República.

Essa ofensiva dos bispos, publicada pela imprensa nacional, tinha por objetivo alertar o alto escalão da República e a opinião pública acerca do “absurdo” da educação pública, laica e gratuita, defendida pelo “socialista” (SCHERER, 1958) Anísio Teixeira. Esse pleito do episcopado que detinha o monopólio da educação privada fez-se reproduzir pela via da comunicação de massa como se fosse um pensamento democrático e inflado de senso de justiça para a defesa dos interesses da educação privada. O educador chegou a ser exonerado do cargo. O interessante é que essas ideias atribuídas a Anísio Teixeira nunca foram por ele defendidas, pelo contrário, como podemos observar (TEIXEIRA, 1977, p.80):

Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente poderiam oferecê-la aos que tivessem posse (ou a protegidos) e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais do que para removê-las.

É preciso salientar que Anísio Teixeira não tinha por meta o repúdio à educação privada, mas sim que ela pudesse interagir com a educação pública, esta sim essencial para o bem comum. Foi nesse cenário que Darcy Ribeiro publicou um artigo no *Correio da Manhã* *Sou a favor x Sou contra* em defesa de Anísio Teixeira. Esse artigo teve enorme repercussão

na imprensa, tanto que o “Ministro voltou atrás, porque o Presidente da República era Juscelino Kubitscheck” (RIBEIRO, 1995a, p.33-36) e Anísio Teixeira voltou para a direção do Inep.

A propósito, seria pertinente nos reportarmos aos anos de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961. Por essa época, a Igreja católica detinha o monopólio da educação privada, por conseguinte empenhou-se em manter sua posição privilegiada na educação nacional e garantir o seu espaço na LDB. Na sociedade brasileira das últimas décadas (principalmente a partir de meados dos anos 60) houve um desenvolvimento significativo da comunicação de massa (televisão e rádio). Esse desenvolvimento foi apoiado pela Igreja e pelos defensores das políticas privatizantes, que posteriormente executariam o golpe militar de 1964.

Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro permaneceram no cerne dessa discussão até os dias atuais, conforme noticiado pelos jornais, repercutidas no senado e em produções acadêmicas utilizadas na construção deste artigo. A continuidade dessa militância na área da educação no final da década de 50 terá como apogeu a criação dos CIEPs, permitindo-nos concluir que toda a representação social da mídia no Brasil, no que concerne à educação e ao sistema público, continua sendo conivente com a ideologia da classe social dominante.

Tanto é assim que em uma das disputas mais dilacerantes que enfrentou em sua vida o gaúcho Leonel de Moura Brizola foi contra o mandatário das Organizações Globo. Esta batalha se desenrolou no decorrer da implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro dos anos de 1980 e de 1990. Leonel Brizola e Darcy Ribeiro (amigo e correspondente de Anísio Teixeira) sofreram “difamações e calúnias”, (BRIZOLA, 1994) perpetuadas pelos âncoras jornalísticos da Rede Globo, no decurso dos seus dois mandatos de governo no Rio de Janeiro. Há aí uma clivagem entre o público (representado pela educação escolar pública, gratuita e laica) e o privado (agenciado pelos meios de comunicação de massa e a Igreja).

Quando salientamos o antagonismo entre a comunicação de massa e a educação escolar, queremos deixar claro que Anísio Teixeira não era por princípio contra a utilização dos meios eletrônicos (rádio, cinema) no processo de ensino e aprendizagem. Referindo-se ao rádio e ao cinema, Anísio Teixeira afirmou (TEIXEIRA, 2005, p.207):

A função propriamente emancipadora de que se fez a escola popular, no século XIX, a pioneira, está hoje absorvida pelo rádio e pelo cinema, que prescindem praticamente da capacidade de leitura dos indivíduos. Bem sabemos que a comercialização desses dois meios de comunicação vem determinando que sua ação

seja não propriamente “educativa”, no sentido melhor dessa palavra, mas, muitas vezes, prejudicial. Isto, entretanto, não impede que essa ação seja *socialmente emancipadora*, criando a oportunidade de participação do analfabeto no debate geral e público da Nação como a imprensa o fazia, antes, para os que aprendiam a ler na escola.

O que está explícito nessa formulação é a função deseducadora desempenhada pela mídia comercial, a qual se expandiu nas últimas décadas em detrimento da escola pública e gratuita como a “reguladora da civilização brasileira” (TEIXEIRA, 2005, p.161).

Vale lembrar que as escolas hodiernas recebem o seu alunado com uma carga imensa de imagens e informações que circulam nos veículos de comunicação de massa, no *mass media*. Ademais, a maioria das crianças e jovens em fase escolar não possui capacidade de discernir ou fazer qualquer relação com a verdade transmitida nos aparelhos de comunicação. Neste caso, cabe aos professores questionarem como estes alunos vêm concretizando um determinado conhecimento e como esse conhecimento interfere no papel educativo e emancipador da escola e do educador.

A televisão é quem faz a cabeça do povo brasileiro, inclusive dos professores, que não compreendem essa situação e acabam por fazerem o mesmo papel, em sala de aula, que fazem os ancoras da mídia. A propriedade privada não foi eliminada da televisão, muito menos do espaço cibernético, sendo toda ela feita e defendida pelos anunciantes que só desejam a venda de suas mercadorias. A mídia é quem traz as ideias alienadas para o país e estas são derivadas do prestígio dos centros que as produzem. Por isso é que o professor do país subdesenvolvido julga inconscientemente que não é capaz de produzir o saber autóctone, crendo que tal é privilégio das nações ricas. Esse fenômeno (ROCHA, 2002, p. 56) é compreendido como mimetismo e transplantação cultural, pois só lhe cabe a imitação do que já foi feito por estas nações ditas *civilizadas*.

## **2.6- A escola necessária**

Anísio Teixeira carregava a ideia de missão (de ação), pois todo o seu pensamento estava permeado dos ideais pragmáticos advindos da escola deweyniana. O pragmatismo é a consubstanciação íntima entre teoria e prática na qual todo o pensamento se transforma no fazer-se da própria existência. Deve ser por isso que o educador, como o filósofo iluminista Voltaire em *Cândido ou o otimismo*, não aceitava a ideia de estar no melhor dos mundos possíveis, ainda que tivesse sido filho de médico e chefe político do município de Caeté.

A escola seria unificadora da nacionalidade e, de forma orgânica e ativa, capaz de transmitir a cultura letrada em sua forma mais ampla. Os educandários eram concebidos como miniaturas da sociedade, capazes de reunir e organizar as diferentes experiências dos indivíduos e possuindo capacidades transformadoras no ato de educar sem que, não obstante, isso implicasse na estagnação e na perpetuação da vida social presente.

Para o historiador Marlos Bessa, o processo de modernização que permeou o sistema educacional brasileiro dos anos 20 aos 60 não se passou exclusivamente no interior da escola, mas na reciprocidade entre escola e cultura popular, citemos suas palavras (ROCHA, 2014, p. 41): “A integração da escola ao meio social dá-se não como ‘réplica’ no seu interior do que lá se passa, mas como integração ao amplo processo de transformação da cultura popular”. A questão básica do processo de reforma educacional foi perpassada no núcleo da cultura popular, respeitando a regionalidade em seus diferentes aspectos, sem deixar de lado a cultura escrita, pois Anísio Teixeira também criou bibliotecas populares.

No livro *Educação não é privilégio* é clara a mensagem: a educação não deve ser privilégio dos ricos e “numa sociedade como a nossa, tradicionalmente marcada de profundo espírito de classe e de privilégio, somente a escola pública será verdadeiramente democrática (...)” (TEIXEIRA, 1977, p.73). Quando ele enfatiza as três operações básicas do processo educacional – ler, escrever e contar (Teixeira, 1977, p.78) - busca realçar que somos indivíduos da civilização letrada, e o que precisamos são professores imiscuídos no conhecimento, e não nas cartilhas pedagógicas.

Anísio Teixeira queria acabar com a concepção de educação herdada da primeira república, pois neste período houve muitos debates sobre o processo educacional, mas nada de efetivo se concretizara para o povo, ou seja, falava-se muito e fazia-se pouco. Mesmo que o educador não valorizasse o que se tinha feito na “história da educação” (ROCHA, 2014, p. 39) desta época (1ª República), conforme muito bem destacado no artigo do professor Marlos Bessa, foi destemida e frutífera sua existência como educador, batalhando por um sistema educacional igualitário. A educação do povo não poderia ficar restrita aos interesses da oligarquia e da Igreja. Ele acreditava que o verdadeiro processo pedagógico se dava na descentralização do poder, sendo que cada estado, cidade e município teriam autonomia na criação do ensino.

Foi nessa diretriz indicada por Anísio Teixeira que Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1985, p.120) iria conceber os Cieps estabelecendo como prioridade a conexão entre a comida e a

escola, porque “não existe eficácia pedagógica quando a criança permanece desnutrida”. Darcy Ribeiro (RIBEIRO; 1995b) sublinhou não só a necessidade da educação para ganhar a vida, como o fato de que criança de rua e abandonada é criança sem escola. Citemos o Senador (RIBEIRO, 1995b, p.12): “O que chamamos de menor abandonado e delinqüente é tão-somente uma criança desescolarizada, ou que só conta com uma escola de turnos”. Acrescente-se que a criança abandonada está sujeita ao crime, à prostituição e ao uso de drogas. O antropólogo (RIBEIRO, 1986, p.39) destacou que nos CIEPs os professores deveriam se dedicar integralmente ao ato de educar, pois “a arte de educar, só se aprende ensinando”. Isso significa que a educação democrática requer um professor que possa ajudar os alunos “a desenvolverem seu raciocínio para que aprendam a se colocar problemas e se sintam capazes de resolvê-los” (RIBEIRO, 1986, p.39).

## **2.7 - Ditadura militar e soterramento da educação para todos**

O regime ditatorial de abril de 1964 no Brasil corresponde ao retrocesso das mais variadas instâncias, das políticas de reformas nacionalistas aos direitos básicos da existência, passando pelo próprio direito à vida. Tudo o que havia sido construído por Anísio Teixeira os militares aniquilaram, escantearam, colocaram à margem, pois representava um “perigo para a nação”.

A Universidade de Brasília (1961) elaborada por ele e Darcy Ribeiro, arquitetada por Oscar Niemayer e construída para guarnecer as pesquisas brasileiras com os melhores professores do mais diversos países, foi fechada. Exoneraram e exilaram todas as pessoas que estavam participando da construção democrática no país: o próprio educador teve de pedir guarida aos Estados Unidos. O sonho educacional e pedagógico do Brasil, entusiasmado por uma transformação em sua base social, política e econômica, foi destruído.

Foram caladas as vozes dos ilustres personagens da história, dedicados e comprometidos com o destino educacional do povo brasileiro. Deixaram a maioria da população à míngua no corrosivo sistema de expropriação da força de trabalho e na invasão imperialista norte-americana.

Foi frustrante para Anísio ser enxotado da reitoria da UNB pelos militares, que apenas entendiam da ordem cívica e moral como forma de educar o povo. Prenderam os professores e os estudantes, expulsaram-nos do país, quando não os mataram, fazendo eclodir um regime de

medo e perversidade. Fizeram operações de caça aos comunistas e a todos aqueles que eram contrários ao regime.

Em uma destas ações militares o alvo foi Anísio Teixeira. Ele foi visitar seu amigo Aurélio Buarque de Holanda para pedir-lhe o voto para sua entrada na Academia Brasileira de Letras. Um dia após sua ida a este encontro, misteriosamente seu corpo foi encontrado (1971) caído no fosso do elevador do prédio onde morava Aurélio. A família afirma que ele foi assassinado pelo regime. Seria ultrajante a sua entrada na academia de letras, pois os militares o tinham por subversivo, comunista e implantador da desordem.

É tamanha a indignação que em 2012 se instaurou, na Comissão Nacional da Verdade e na Comissão de Memória e Verdade da UnB, um inquérito para apurar a verdadeira causa de sua morte, contrariando o laudo oficial que afirma ter sido acidental o óbito de Anísio Teixeira aos 71 anos, cerrando-se as mãos que tanto haviam lutado pela igualdade social em nosso Brasil a partir da educação para todos.

## **2.8 - Educação no Governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro**

Como visto anteriormente nas décadas de 50, 60 e 70 o cenário brasileiro era de transformações políticas, econômicas e sociais. O anseio por mudanças era compartilhado por toda sociedade brasileira. Em 1982, Leonel Brizola assumiu eleito pelo povo, o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Darcy Ribeiro, antropólogo e educador, seu Vice-Governador e Secretário de Estado de Cultura, Ciência e Tecnologia, propôs ao Governo que, em lugar de multiplicar conformadamente aquela escola conservadora que, nas suas palavras, fingia que ensinava as crianças que fingiam que aprendiam, era vital que se promovesse uma revolução na educação desse País, dando a este a escola verdadeira e honesta que seu povo merecia (MAURICIO, 1995).

Os CIEPs (brizolões é a expressão carinhosa, através da qual o povo carioca os chamava) são os Centros Integrados de Educação Pública. Escolas de horário integral, construídas nas décadas de 80 e de 90 durante o mandato de Leonel Brizola e de Darcy Ribeiro no governo do Rio de Janeiro. Darcy Ribeiro e Leonel Brizola acreditavam no poder transformador da educação e foram parceiros neste projeto inovador. Modelo de escola pública de qualidade que atenderia a mil crianças e jovens em cada unidade, os CIEPs foram construídos em 1983- 1987 e 1991-1994, num ambiente repleto de transformações políticas,

econômicas, sociais e demográficas. Foi uma década marcada por diferentes mobilizações e greves, sublevadas após anos de governança autocrática dos militares. Assim como ocorreu em diversos países da América Latina, o Brasil foi palco de um golpe, civil e militar, que perdurou por vinte e um anos.

Nos anos 80, uma porção da sociedade procurava reestruturar o quadro institucional do país, reivindicando a redemocratização. A economia estava em colapso e a dívida deixada pelo governo dos militares agravava o desemprego e a miséria do povo. Provavelmente, isso pode ser explicado pelo fato de nossa gestão política, a partir de 1964, ter assumido, como ponta de lança, orientação imperialista. O resultado foi o liberalismo do FMI (Fundo Monetário Internacional), as multinacionais e a mercantilização da educação. Esse novo regime de acumulação do capital está fundado “no aumento da concentração econômica, na financeirização da economia, na formação de cadeias produtivas em escala mundial, na abertura das economias periféricas, na crescente privatização da esfera pública, na fusão de corporações transnacionais, na formação de oligopólios privados, na intensificação das trocas desiguais, na mudança da estrutura de produção de bens e de serviços, entre outros traços” (BATISTA, 2002, P.34).

O que percebemos, com o decorrer do processo histórico, é que esse mesmo cenário dos anos 80 já estava sendo arranjado desde os anos 30, “quando o crescimento demográfico da população, aliado ao intenso êxodo rural e às migrações internas das zonas mais pobres do Brasil para as mais desenvolvidas” (STOCK, 2004, p.21) decorrentes do processo de industrialização, geravam um enorme contingente de miseráveis nas capitais. Darcy Ribeiro descreve que essa explosão demográfica foi decorrente da inabsorção estrutural dos trabalhadores no campo. Deste modo, já na década de 80 agrava-se o êxodo populacional e o inchaço das cidades, os quais aumentariam de forma assustadora a delinquência, os assaltos e a emergência das “classes perigosas”, inelimináveis na periferia do capitalismo. Nessa avalanche de pessoas expulsas de suas terras, sem empregos e moradias, guiados pelas rédeas dos militares e das grandes empresas multinacionais, o que fazer para atender a essa crescente demanda nas cidades?

Em 1982 foram reestabelecidas as eleições para os governos dos estados, depois de 17 anos sem voto direto. Uma nova legislação partidária foi criada, em 1979, para substituir o vigoroso sistema bipartidário (MDB/ARENA) e fez com que surgissem numerosas legendas. Citemos as mais expressivas à época: o PMDB - Partido do Movimento Democrático

Brasileiro - (derivação do MDB); o refundado PTB – Partido Trabalhista Brasileiro – agora apresentado para a neta do irmão mais velho de Getúlio Vargas, Ivete Vargas; o PDS – Partido Democrático Social – sucessor da ARENA; o PP – Partido Popular, sob as ordens de Tancredo Neves, o PDT – Partido Democrático Trabalhista – de Leonel de Moura Brizola e o PT – Partido dos Trabalhadores – com o representante sindical do ABC paulista Luiz Inácio da Silva.

Darcy Ribeiro, na elaboração da sua antropologia dialética, tal como Leonel Brizola depois de 1945, pontuavam sempre a mesma indagação: quem são as pessoas amigas e as inimigas do povo brasileiro? É cabal a pergunta, pois o PTB de Getúlio Vargas foi combatido pela democracia imperialista pós-guerra como um partido semi-fascista, sendo Vargas deposto em 1945. O PTB possuía em sua base política uma heterogenia que ia dá burguesia e pequena burguesia liberais até “líderes sindicais e alguns intelectuais como o próprio Darcy Ribeiro” (VASCONCELLOS, 2015, p.120). No rastro desta tradição é que Leonel Brizola formou o PDT cumprindo a função principal de um partido político: fornecer subsídios para a politização e organização dos seus militantes e da população. Isso tudo porque Leonel Brizola não caiu na mística entre democracia e nazi-fascismo que dividia o mundo à época. Sabia perfeitamente que o principal inimigo do povo brasileiro era o imperialismo multinacional que derrubou Getúlio Vargas e freou o nacionalismo definitivamente por toda a América Latina através do apoio financeiro aos golpes de Estado.

De acordo com o estudo da professora Suzete Stock (2004, p.22) os primeiros governos de oposição aos militares “foram eleitos em dez Estados da União (MG, SP, PR, PA, AM, AC, MTS, GO, ES – PMDB e RJ-PDT)” e promoveram a inovação e uma nova execução das políticas educacionais. Vale aqui ressaltar que alguns destes partidos, como o PMDB, pelo menos no Rio de Janeiro, estavam atrelados aos militares, ao passo que Chagas Freitas estava preparando o seu legatário para o governo carioca, Miro Teixeira. Mesmo que em determinado momento da história Chagas Freitas tenha se transferido para o PP de Tancredo Neves, tal não significou realmente uma mudança no PMDB, pois em 1981 os dois partidos unem-se definitivamente. A classe dirigente precisava ter a certeza de uma transição “lenta, segura e gradual”, a regulamentação do processo político-partidário teria de ser “orientada pela capacidade das forças políticas aliadas ao governo de criar condições de vencer as disputas eleitorais sem correr riscos de derrotas”. (FERREIRA, 2008, p.45).

Chagas Freitas (1970 a 1975, governador da Guanabara e de 1979 a 1983, governador do Rio de Janeiro) segundo, o perspicaz jornalista, Paulo Henrique Amorim, sempre foi “eleito de forma indireta em aliança com os militares; e com o apoio d’O Globo e do Jornal do Brasil” (AMORIM, 2015, p.332). O coronel Chagas Freitas, cedeu aos Marinheiros para a construção do Projac (mega estúdio das organizações), “uma área reservada pelo governo do Rio de Janeiro para a construção de casas populares” (AMORIM, 2015, p.333). Era esse o ambiente político que Leonel Brizola teve de enfrentar nas eleições do Rio nos anos 80: militares, grande mídia e antigos coronéis, uma classe social perversa e espertalhona, nos dizeres de Darcy Ribeiro.

O propósito que uniu militares e civis liberais no pacote ditatorial de 1964 foi o de aniquilar com as políticas trabalhistas implementadas por Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Este último, o “caudilho recém-regresso do exílio”, seria o estertor desta tradição (VASCONCELLOS). Leonel Brizola, como descreveu o sociólogo Gilberto Vasconcellos em *A Jangada do Sul – Getúlio, Jango e Brizola*, era a expressão máxima do trabalhismo no período da abertura, pois trazia a tradição herdada desde 1945 quando aos 23 anos de idade, estudante de engenharia, aderiu ao *queremismo*<sup>3</sup> em Porto Alegre. O professor traz à reflexão o infortúnio de o principal homem público do país há 50 anos não ter conseguido chegar à Presidência da República. Afirma categoricamente que o líder trabalhista terminou por ser abatido no Rio de Janeiro pelo imperialismo videofinanceiro regido pela “aculturação vídeo-evangélica” e pela “decadência dos partidos políticos”. Sua tese é que, a partir de 1965, a organização das massas foi feita pela televisão, que seria uma espécie de demiurgo da cultura e da política brasileira. (VASCONCELLOS, 2009, p.21).

O PDT de Leonel Brizola elegeu a Educação como a principal bandeira de suas lutas para concorrer às eleições de 1982. Esta pauta não era novidade no percurso de Brizola, pois “na campanha ao Governo gaúcho em 58, ele elegeu a educação a prioridade das prioridades” (Assembleia Legislativa do RS, 2004, p.122). As políticas públicas visavam transformar

---

<sup>3</sup> O *Queremismo* foi o movimento político iniciado em 1945 para defender a permanência de Getúlio Vargas e da política trabalhista no Brasil. Embalado pelo jargão “Nós queremos Getúlio”, o movimento quemista ficou conhecido pela reivindicação do adiamento das eleições e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A respeito do assunto vejamos: “O quemismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o quemismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembleia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta. O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores, o PTB.” (FERREIRA, 2009, P.83).

radicalmente as estruturas vigentes das escolas, corrigindo as deficiências e as contradições herdadas de uma sociedade de estamentos. Esta sociedade tem como característica principal o privilégio, excluindo de forma antidemocrática os direitos políticos e sociais do povo. Vejamos o que disse Leonel Brizola, em uma de suas entrevistas concedidas à imprensa estrangeira, acerca da situação carioca:

As elites fizeram os guetos. Aí está uma questão importante para os amigos repórteres internacionais. Isto que podíamos considerar uma espécie de cultura praticada pelas classes dirigentes de nosso país, levou as favelas, as comunidades pobres, a serem consideradas guetos, origem de todos os males. O fato justifica todas as tropelias, todas as demonstrações de força do aparelho policial nas favelas.

O Partido Democrático Trabalhista defendia as reformas políticas que assegurassem a todas as crianças do Rio de Janeiro o ensino gratuito e de tempo integral. A educação pública sempre esteve elitizada, e as escolas não estavam preparadas para receber as crianças pobres, os deserdados do campo e os andrajos dos centros urbanos. Leonel Brizola percebeu que esta situação calamitosa, na qual estavam imersas as crianças desassistidas, não se resolveria sem a implantação de escolas de tempo integral:

É uma situação terrível e não tenhamos esperanças de que o problema um dia diminua. Ele não vai diminuir, só vai crescer. Vai aumentar porque é cada vez maior o número de crianças vindas da periferia. A única saída é criarmos colégios tipo CIEPs que atraiam, que absorvam, que eduquem essas crianças. Fazer o que os povos dignos fazem: proteger as crianças, colocando-as em escolas dignas, não permitindo que elas andem pelas ruas.

Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1995b) sublinhou não só a necessidade da educação para ganhar a vida, como o fato de que criança de rua e abandonada é criança sem escola. Citemos o Senador (RIBEIRO, 1995b, p.12): “O que chamamos de menor abandonado e delinquente é tão-somente uma criança desescolarizada, ou que só conta com uma escola de turnos”. Acrescente-se que a criança abandonada está sujeita ao crime, à prostituição e ao uso de drogas.

### **2.8.1 Os CIEPS idealizados por Darcy Ribeiro**

Quem orquestrou a sinfonia pedetista na construção dos educandários foi o eminente antropólogo Darcy Ribeiro. Ele vivenciou em 1950 o projeto educacional executado com grande sucesso por seu amigo na Bahia (Escolas-Parque), Anísio Teixeira<sup>4</sup>. Embora falecido

---

<sup>4</sup> Em depoimento Darcy Ribeiro fala do seu apreço por Cândido Rondon e Anísio Teixeira: Anísio exerceu uma influência muito grande sobre mim. Tanto que costumo dizer que tenho dois alter-egos. Um, meu santo-herói, Rondon, com quem convivi e trabalhei durante tanto tempo, aprendendo a ser gente. Outro, meu

em 1971, o educador teve muita influência na concepção dos CIEPs, em particular no Programa Especial de Educação (PEE). O PEE (Programa Especial de Educação) retomou o estudo que “na década de 1920 foi a bandeira de luta dos reformadores da educação no Brasil conhecidos como os Pioneiros da Educação Nova, cujo líder foi Anísio Teixeira (1900-1971)” (BOMENY, 2008, p.2).

Darcy Ribeiro foi apresentado a Anísio Teixeira por intermédio de um amigo comum, o antropólogo americano Charles Wagley. No início o caetitense achava que Darcy Ribeiro era desprezível como intelectual, pois não passava de um guri (sob as ordens do marechal Rondon, o “Anchieta-de-farda”) metido com as gentes lá do mato. Para o etnólogo, Anísio Teixeira era o oposto, “um homem urbano, letrado, alienado” (RIBEIRO, 1998, p.121). No entanto após conferência realizada no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, na qual, a convite de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro discorreria sobre as populações indígenas brasileiras, os dois não se largaram mais. O baiano comeu, palavra por palavra, dita pelo antropólogo. Segundo Darcy Ribeiro, ele começou a falar baixinho no meio da exposição: “são uns gregos, são uns gregos”. Anísio Teixeira conhecia, pelos estudos clássicos que recebera na Bahia, a filosofia grega em profundidade e só entendeu os aspectos culturais da vida indígena brasileira os cotejando com os da Grécia Antiga.

A partir desta parceria com o reformador educacional dos anos 30 ele saiu em defesa da escola pública (década de 50) e da construção da Universidade de Brasília em 1961. Anísio Teixeira, que estava no comando do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), nomeia diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais em 1957. O órgão foi incorporado ao INEP e contribuiu nas pesquisas de reconstrução educacional do país. O mineiro também foi Ministro da Educação (1961) do governo Jânio Quadros e, posteriormente, chefe da Casa Civil de João Goulart. Exilado com o golpe de 64 atuou como professor em diversos países da América Latina. Esse contacto com a “Pátria Grande” (expressão cunhada por José Artigas) o fez latino-americano e forneceu subsídios na feitura de sua teoria antropológica das Civilizações. (VASCONCELLOS, 2015).

Julgamos que a desenvoltura de Darcy Ribeiro na política carioca dos anos 80 foi devida a sua experiência desde a mocidade com os índios (1946-1954), com os quais vivera por dez anos. Vociferou, como os profetas barrocos de Aleijadinho, que o grande problema

---

santo-sábio, Anísio. Por que santos os dois? Sei lá...Missionários, cruzados, sim, sei quem eram. Cada qual de sua causa, que foram ambas causas minhas. Foram e são: a proteção aos índios e a educação do povo.

dos indígenas estava ligado a sua assimilação cada vez mais violenta e desigual no processo civilizatório. Para ele a atualidade política, econômica e cultural do país não poderia ser interpretada sem o estudo da gestação e constituição dos povos americanos.

Isso é o que Darcy Ribeiro procurou fazer anos a fio, com atuação proeminente na etnografia, educação, política e literatura. Comparava-se a uma cobra. Não pelo fato de a cobra ser um animal peçonhento, possuidor de veneno, mas pela particularidade que elas têm em mudar de pele. Essa característica adaptativa o inseriu e, muitas vezes, fez com que ele acumulasse funções e cargos importantes em seu percurso. Podemos citar como exemplo o primeiro governo de Leonel Brizola, durante o qual acumulou os cargos de vice-governador, coordenador do Programa Especial de Educação (PEE), secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia e chanceler da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Depois de regressar do exílio, Darcy Ribeiro pôs-se incessantemente a perguntar o porquê de o Brasil ainda não ter dado certo como a civilização fraterna dos trópicos. Nossa genética miscigenada com as três matrizes étnicas nos faz peculiares no globo e transfigurou etnicamente o Continente europeu, no estilo darciniano. Ele sublinhou diversas vezes que o abismo entre as classes, que nos assola até os dias de hoje, é intransponível sem que haja a superação do atraso educacional. A defasagem na educação pública brasileira é herança da colonização portuguesa, moedora de mão de obra africana e indígena.

No *Livro dos CIEPs* (1986) Darcy Ribeiro traça um panorama da educação no Brasil, comparando-a com a dos países latino-americanos. Dois fatos irão guiar a sua análise crítica: a frondosa rede escolar pública e o seu descaso. No estudo percebemos que o fracasso educacional se explica, não pela falta das escolas, pois “estas aí estão, numerosíssimas”. Muitos fatores são apontados como agravantes deste fracasso na educação, mas o principal deles sem dúvida alguma reside “na atitude das classes dominantes brasileiras para com o nosso povo”. (RIBEIRO, 1986, p.13) A criança nascida nas classes abastadas recebe várias recompensas e prêmios em casa por obter boas notas na escola, portanto não pode estar em pé de igualdade (emulação) com as crianças oriundas dos meios mais atrasados. A chave do atraso estaria na péssima gestão da rede escolar pública, com seu “caráter cruelmente elitista” (RIBEIRO, 1986, p.13).

A resposta, encontrada no *Livro dos CIEPs* (1986, p 41-42), para a construção de escolas que se diferenciavam das demais é a seguinte:

Logo no início de sua gestão, o Governador Leonel Brizola pensou em multiplicar pequenas escolas por todo o Estado, como já fizera quando administrou o Rio

grande do Sul, objetivando atender à demanda por maior número de matrículas nas regiões de alta densidade demográfica. Entretanto, logo se verificou que a ampliação do número de escolas, por si só, não resolveria a questão da jornada escolar muito reduzida, adotada pela maioria das escolas, como não resolveria os problemas da ineficácia pedagógica que estavam gerando altos índices de repetência e de evasão escolar.

Surgiu então uma ideia, que chegou a ser considerada uma das metas do Programa Especial de Educação, de instalar Centros Culturais Comunitários em regiões previamente selecionadas, para receber as crianças durante 5 horas adicionais, antes ou depois das aulas, para dar-lhes uma refeição, estudo dirigido, recreação e atividades culturais. Chegou a ser cogitada, também, a conveniência de construir no Estado do Rio diversas escolas-Parque semelhantes às que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro implantaram em Brasília e que promoveram uma integração entre os estudos curriculares, atividades recreativas e artísticas. Mas a prática recomendou a superação dessas composições iniciais, porque os Centros Culturais Comunitários ou as Escolas-Parque acabariam privilegiando as crianças já privilegiadas nas áreas de maior poder aquisitivo.

O governador Leonel Brizola contribuiu decisivamente para solucionar o problema, fazendo notar que, em países como Uruguai ou Japão, o sistema de educação de base oferece às crianças um regime escolar de horário integral. Brizola tomou então a histórica decisão de criar uma escola de dia completo denominada de CIEP – Centro Integrado de Educação Pública, que o povo passaria a chamar carinhosamente de “Brizolão”.

Em *Nossa escola é uma calamidade* (1984), Darcy Ribeiro também nos alerta: “as causas profundas” estão no descaso que as classes dominantes têm com os pobres, deixando-os na precariedade material e os abandonando à sua própria sorte. Esta máquina de produzir analfabetos adultos e crianças fadadas à criminalidade existe porque “sua escola efetiva é o lixo e o crime” (RIBEIRO, 1984, P.08). Só no Rio de Janeiro “havia pelo menos 50 mil analfabetos em 1986, a maioria deles com três ou quatro anos de escolaridade” (BEZERRA, 2009, p.54). Daí a necessidade dos dois corajosos políticos trabalhistas criarem um programa especial para a educação carioca que não ficasse apenas circunscrito às disciplinas curriculares como leitura, aprendizagem e soma, mas que questionasse a desigualdade social e os efeitos produzidos por ela, ou seja, transformasse o alunado em verdadeiros cidadãos participativos e críticos.

Com a inauguração dos CIEPs, tem início uma nova fase na história da educação brasileira, especialmente no que diz respeito às propostas pedagógicas. Nos comícios de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro várias faixas com palavras de ordem foram erguidas. Uma delas se destacava: *direitos iguais para todos, privilégios só para as crianças*. Os CIEPs tinham por princípio o respeito aos direitos das crianças. Esse era o lema verdadeiramente democrático e emancipador do programa de governo brizolista, que compreendeu muito bem a relação desigual das classes no país. Outro elemento fundamental na proposta das escolas de tempo integral era “o respeito ao universo cultural dos alunos”, através do qual se elaborou

um programa educacional integrado “capaz de realmente mobilizar para a aprendizagem o potencial dos alunos”.

Como dever essencial de uma educação para todos, os CIEPs colocavam diante de si a missão de introduzir as crianças no domínio do código letrado, sem que para isso excluísse “a vivência e a bagagem” que cada uma delas trazia de casa. Para a equipe do Programa Especial de Educação a escola deveria servir de “ponte entre os conhecimentos práticos já adquiridos pelo aluno e o conhecimento formal exigido pela sociedade letrada”. Notamos uma busca de consciência crítica nas diretrizes do PEE, o qual procurou convocar todos os funcionários a participar da ação educativa e renovadora dos CIEPs. A questão educacional deveria ultrapassar as fronteiras da escola e ganhar as ruas, conscientizando a todos quanto ao papel fundamental da educação sem privilégios.

O Programa Especial de Educação abrangia desde o útero da mãe à higiene das crianças. A educação de tempo integral, dizia Darcy Ribeiro (1986, p. 165), é um prolongamento da proteção materna:

Quando uma mãe está doente o útero materno protege a criança da enfermidade que afeta a mãe. A nossa sociedade está doente, quando a droga invade as nossas escolas, quando a desigualdade se impõe de forma contundente, a Escola de Tempo Integral se apresenta como resposta idealizada para proteger nossas crianças.

Além da valorização do ensino público e em tempo integral, o “PEE tinha como meta garantir à população seu direito democrático: um ensino gratuito e moderno, reestruturado do ponto de vista pedagógico e tecnologicamente aparelhado” (BOMENY, P.56).

A pesquisadora Helena Bomeny considera que o PEE foi para além dos CIEPs, pois verteu os limites das escolas nas suas diretrizes fundamentais. Nenhum outro projeto educacional até aquele momento havia se preocupado com a roupa e o calçado, o transporte e o material didático, a melhoria da qualidade e quantidade das refeições, assistência médica e odontológica das crianças. Além das metas de:

conservação das escolas (reformas dos prédios escolares e renovação do mobiliário); metas pedagógicas (eliminação do terceiro turno diurno nas escolas, aumento da carga horária diária para cinco horas, revisão de todo o material didático, reforço adicional de horas de aula para a melhoria do rendimento escolar, separação dos alunos do primeiro segmento do ensino fundamental dos alunos do segundo segmento – da primeira a quarta e da quinta a oitava séries, respectivamente); novos projetos educacionais (Casas da Criança com atendimento pré-escolar; criação dos Centros Culturais Comunitários, Educação Juvenil com atendimento noturno para jovens de 14 a 20 anos); treinamento de professores e melhoria das condições de trabalho (cursos para reciclagem de professores, novos cursos de formação de professores, revitalização dos Institutos de Educação, reestruturação da carreira docente, do estatuto do professor e dos regulamentos das escolas) (BOMENY, 2008, p.62).

Leonel Brizola também regeu esta orquestra visto que, depois de 1945, foi eleito deputado, prefeito e governador do Rio Grande do Sul. Construiu em quatro anos de governo (1959 a 1962) um total de 6.302 escolas (brizoletas), abrindo para a população sul-riograndense “688.209 novas matrículas e a contratação de 42.153 novos professores”. (CALDIERI, 2011, p.191). Além da construção da rede escolar pública, Leonel Brizola teve a valentia de encampar duas gigantes corporações internacionais, a Bond & Share e a ITT. A tomada de posse destas empresas multinacionais ocasionou um atrito nas relações entre “Brasil/EUA, que acabou explodindo no Governo de Jango Goulart” (CALDIERI, 2011, p.191). Ao ser interpelado sobre o caso, John Kennedy reagiu: “O Governador Leonel Brizola não é dos mais amigos do nosso País” (CALDIERI, 2011, p.191). Vale aqui pontuar que a ITT financiou o golpe de Estado no Chile, do presidente socialista Salvador Allende, em 1973. A corajosa atitude de Leonel Brizola também incomodou a classe dirigente brasileira: “o Presidente Juscelino ligou, pessoalmente, para Brizola, dizendo que o Senador Assis Chateaubriand havia protestado contra a sua atitude louca” (CALDIERI, 2011, p.191). O Senador paraibano era dono dos *Diários Associados*, o qual nutria publicamente desdenho pelo político trabalhista. Esta condição se acirrou ainda mais quando Brizola, então deputado do Estado da Guanabara, denunciou a união da sua empresa jornalística com o Banco do Brasil, “envolvendo de um lado sucessivas concessões de crédito e, de outro, total inadimplência.” (FERREIRA, 2008, p. 109).

Foram as mãos delicadas de Oscar Niemeyer quem salpicaram na cuia trabalhista o tempero arquitetônico e inovador dos CIEPs. O arquiteto carioca já havia participado, a convite de Darcy Ribeiro (suou a camisa para convencer Juscelino Kubitschek) e Anísio Teixeira, da construção da Universidade de Brasília. Utilizou técnica e racionalidade similar para construir os brizolões. Harmonizou as belas curvas das montanhas fluminenses com a armação pré-moldada das escolas de tempo integral, preservando visualmente as paisagens naturais do estado da Guanabara. Dispunha-se do concreto pré-moldado, mais ágil e de baixo custo, que o permitiu construir escolas em quatro meses e criar um projeto-padrão “30% mais barato que uma obra que utilize a técnica convencional de fazer a concretagem no próprio local de construção” (RIBEIRO, 1986, p.44).

Cada CIEP agrega três edificações distintas, sendo um prédio principal (três andares), biblioteca e quadra polivalente que se complementam. No térreo do prédio principal localiza-se a cozinha e o refeitório e, no lado oposto do pavimento, um centro médico. Nos dois

andares superiores estão localizados “as salas de aulas, um auditório, as salas especiais (Estudo Dirigido e outras atividades) e as instalações administrativas. No terraço, uma área reservada para atividades de lazer e dois reservatórios de água”. A biblioteca, além de cumprir função de armazenamento dos materiais didáticos, deixando-os à disposição dos professores/alunos e da comunidade, abrigava “alojamentos para doze crianças (meninos ou meninas), que poderão morar na escola em caso de necessidade, sob os cuidados de um casal (que dispõe na casa de quarto próprio, sala comum, sanitário exclusivo e cozinha)”. Para as atividades físicas o salão polivalente é dotado de ginásio de desporto coberto, guarda-volumes, vestiário e arquibancada. No caso de os terrenos não comportarem as três construções que integram o Projeto-Padrão “foi elaborada uma alternativa, denominada CIEP compacto, que é composto apenas pelo Prédio Principal, ficando no terraço a quadra coberta, os vestiários, a Biblioteca e as caixas-d'água”.

### **2.8.2 A oposição da mídia aos CIEPS**

A mídia está condenada a fazer apologia dos investimentos diretos estrangeiros como o caminho para a superação do atraso do subdesenvolvimento, tendo como panaceia a importação tecnológica e a transferência de tecnologia. Darcy Ribeiro classificou essa discrepância evolucionária entre países ricos e países pobres de aceleração evolutiva e atualização histórica. A aceleração evolutiva é quando os países desenvolvidos ampliam suas forças produtivas e tecnológicas de forma orgânica, seguindo o curso da história. Atualização histórica é sempre que os países subdesenvolvidos, sob o jugo das nações que saíram na frente na corrida acumulativa de capital, aguardam para serem atualizados, econômica, social e tecnologicamente, pelas pátrias desenvolvidas. Leon Trotsky, antes de Darcy Ribeiro, denominou essa defasagem histórica de desenvolvimento desigual e combinado. Para nós o exemplo que se insere de forma mais contundente nessas categorias é o salto, em curto espaço de tempo, do índio para o mestiço brasileiro, do arco e flecha para a pólvora. O desenvolvimento técnico (modo de produção + forças produtivas) da comunicação de massa no Brasil é desproporcional ao desenvolvimento tecnológico do resto do país. Enquanto a nação se atualiza historicamente, a comunicação privada percorre o alto nível de desenvolvimento tecnológico a grandes passadas. Nesse ponto, surge, novamente, a disputa entre os interesses do setor privado e os do setor público. A mídia que deveria ser

regulamentada pelo Estado (em favor da maioria das pessoas) se tornou refém de um pequeno número de famílias. Não é de se estranhar que a maior parte dos veículos de comunicação midiática, com os seus “esplendorosos” aparatos eletrônicos, estão nas mãos da família Marinho, combatente feroz de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Roberto Marinho era declaradamente contrário a tudo o que viesse de Leonel Brizola. A propósito, eis a sua declaração (1982), citada por Altamiro Borges (2009, p.78): “Em um determinado momento, me convenci que o Srº Leonel Brizola era um mau governador... Passei a considerar o Srº Brizola daninho e perigoso e lutei contra ele. Realmente usei todas as possibilidades para derrotá-lo”. E usou mesmo. O capital financeiro internacional acoplado à televisão, batizado pelo professor Gilberto Vasconcellos de “capitalismovideofinanceiro”, fez a cabeça do povo carioca contra os CIEPs. Eram diárias as manchetes de jornal e revista das organizações Globo difamando e caluniando o governador por migalhas. Se em um dia tempestuoso caísse um raio em uma árvore e causasse engarrafamento na cidade do Rio de Janeiro, era culpa do Brizola.

Convém recordarmos também do episódio (Proconsult) promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral e pela Rede Globo, aliás, caso muito similar ao exibido em seus melodramas telenovelisticos. A Proconsult foi a firma contratada para computar os votos da eleição de 82 no Rio de Janeiro. Possuía entre seus peritos “pessoas ligadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e a outros órgãos da chamada comunidade de informações” do regime militar (MINEIRO, 2000). A empresa chefiada por Arcádio Vieira ficou responsável pelo veredicto final das eleições. Através do engodo de que, no Rio de Janeiro, as eleições seriam apuradas agilmente pelo “cérebro eletrônico”, a Proconsult deu início a um dos mais polêmicos desfechos de eleições no país. A maracutaia foi armada para que se fraudassem os votos recebidos de Brizola e, com isso, Moreira Franco, candidato dos militares, ficasse com a vitória. Criaram a artimanha que ficou conhecida por “diferencial delta” para que com isso fosse subtraída “uma determinada porcentagem de votos dados a Brizola transformando-os em votos nulos, ou promoveriam a transferência de sufrágios em branco para a conta do então candidato governista, Moreira Franco” (EGYPTO, 2004). Leonel Brizola teve de convocar a imprensa internacional para abrir os olhos do povo brasileiro. Foi ele também que adentrou “os estúdios da TV Globo, no Rio — sob os aplausos dos funcionários da área técnica da emissora —, para questionar a apuração baseada nos números falsos da Proconsult” (AMORIM, 2015, p.276).

Em 2006 o jornal O Globo dedica vários dias da semana e o domingo sagrado do noticioso (é no domingo que o jornal atinge o nível máximo de tiragens) para condenar, de maneira superficial e com “a disponibilidade de três jornalistas e um fotógrafo”, o projeto dos CIEPs (MAURÍCIO, 2009, p.2). Qualificaram-no com um curto e dilacerante adjetivo: fracasso. Um ano depois a reportagem foi condecorada com o premio Embratel de imprensa pelo grande serviço de informação prestado ao povo do Rio de Janeiro e por sua qualidade técnica. As reportagens evitaram focar a questão crucial: por que o programa político educacional elaborado para os CIEPs, além das próprias escolas de tempo integral, foram destruídas e abandonadas durante os governos de Moreira Franco e Marcelo Alencar no Rio de Janeiro? Será que respondendo à mencionada pergunta, os cães de guarda da Globo não dariam outro título às reportagens?

A falta de continuidade nas políticas públicas educacionais é o maior agravante que temos em nosso país. Tudo o que se tentou de inovador na construção de escolas, projetos pedagógicos que pensam a nossa realidade, foi interrompido. Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Pedro Ernesto, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro viram suas reformas educacionais serem decapitadas, no Rio de Janeiro, por uma classe dirigente espertalhona, que só pensa no imediatismo da grana e na drenagem de riqueza para fora.

O problema da educação é que quase todos os partidos políticos repetem a ladainha do Banco Mundial, segundo a qual a educação é uma alavanca para atingir o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Essa consigna é abstrata, porque na verdade não é a educação a dinâmica que leva uma sociedade subdesenvolvida atingir um padrão desenvolvido. Isso não quer dizer que o avanço da Educação, alargando a esfera pública das políticas educacionais, não deva ser perseguido como objetivo. No Brasil há hoje um problema muito sério: não existe nenhum partido político que situe a Educação como foi situada nos parâmetros de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, mesmo porque o excedente econômico não é aplicado na Educação. O excedente econômico é usado para fins inadequados, espúrios, ligados à lucratividade da classe dominante.

As reportagens trouxeram, de forma detratora, o programa de educação em tempo integral, que completava vinte e um anos. Só reforçavam o que, desde a sua projeção, foi a sua condenação: projeto megalomaniaco do professor Darcy Ribeiro e de Leonel Brizola. É um projeto caro e luxuoso para ser feito em favelas e em beira de estradas. O pobre não precisa de luxo, pois mora em barracos. Sua escola tem de ser pensada como o seu barraco,

daí a quantidade de escolas do “lixo” e da “criminalidade”, espalhadas por todo país, como pontuou Darcy Ribeiro. Mesmo oferecendo-lhes uma escola primorosa, de acordo com as reportagens, eles estão fadados ao fracasso: “veja o exemplo dos cieps: dos 21 alunos da primeira turma, só um passou para a faculdade” (MAURÍCIO, 2009, P.15). Mostrar que a culpa do fracasso sempre é do pobre é uma ideia que faz a cabeça da classe dominante no país. Essa empresa só não faz reportagens sobre os escândalos que as circundam, como por exemplo, o caso GLOBOPAR, empresa fundida com a Globo e processada por sonegação fiscal, o monopólio de transmissões como o samba carioca e o futebol, além de diversos contratos firmados ilicitamente para a retransmissão de espetáculos estrangeiros e as suas falcatruas aduaneiras (Criança Esperança) para sonegar impostos.

O Brizola só está fazendo os CIEPs para poder colocá-los em sua plataforma política e, assim, chegar à Presidência da República, diziam matérias veiculadas na comunicação de massa, intelectuais, professores e políticos adversários do velho caudilho. Um consciente leitor do jornal, que tenha estudado um pouco de história do Brasil, perceberá que Leonel Brizola construiu escolas desde muito moço em sua trajetória política, a exemplo das Brizoletas no Rio Grande do Sul. O noticioso criou representações inverídicas sobre a escola pública de horário integral e, segundo o estudo da professora Lúcia Veloso (MAURÍCIO, 2009, p.2), os repórteres “invertem a responsabilidade pelo seu suposto fracasso, atribuindo-o ora aos alunos, apresentados como testemunho do desastre deste projeto de escola, da qual deixaram de se beneficiar e cuja implantação eventualmente poderia ter lhes reservado outro destino; ora atribuindo-o à própria escola, que deixou de oferecer horário integral por falta de condições objetivas para sua manutenção, isentando as autoridades de responsabilidade pela decisão política de inviabilizar o projeto e abandonar o patrimônio público”. As reportagens, feitas dois anos depois da morte do caudilho, quiseram ostensivamente mostrar que “o ciepe é caro, o projeto arquitetônico é mal resolvido, foram desperdiçados recursos e, o pior de tudo, esta escola não garante bom desempenho” (MAURÍCIO, 2009, P.15).

O problema é que o arsenal de defesa de Leonel Brizola contra a imprensa remonta a história do trabalhismo. A corrente trabalhista nunca dispôs da mídia a seu favor. Getúlio Vargas nunca teve jornal e rádio, assim como João Goulart nunca os possuiu também. Jango possuía condições de comprar um jornal, era um homem rico, então porque ele não o comprou? O trabalhismo sempre esteve desprovido dos meios de comunicação de massa. Abramos um parêntese para a reflexão: se Jango tivesse adquirido um jornal, antes de 64, esse

não seria encapado ou apropriado pelas forças golpistas? A experiência histórica foi comprovada por Samuel Wainer, dono do jornal *A última hora*, o único hebdomadário que apoiou Getúlio Vargas e, depois, João Goulart. O *A última hora*, que já havia passado por inquérito e sido acusado de ser favorecido pelo Banco do Brasil (na verdade era prática comum de todos os donos de jornal pedir empréstimo ao banco), foi combatido por Carlos Lacerda e outros donos da grande mídia até ser fechado.

Leonel Brizola chamava os meios de comunicação no Brasil de vilões. Pagava espaço nos jornais, especialmente o Jornal do Brasil e o jornal O Globo, para defender a sua integridade política e o seu governo. O líder trabalhista alcunhou os seus artigos, escritos para dar os informes à população e combater os seus adversários, de *Tijolaços*. Estes continham críticas acirradas aos seus adversários políticos e aos próprios donos dos jornais que os publicavam. No artigo intitulado *Carta a um fariseu* Brizola desvenda o caráter corporativista e canalha de Lula, mostrando sua aproximação fraterna com Roberto Marinho. O confronto com a mídia não deve ser explicado pela óptica personalista: Brizola ficou ressentido porque não chegou à presidência da República. Tomou-se de ira quando tiraram o seu cunhado, João Goulart, da cadeira palacial. Pelo contrário, Brizola percebeu desde cedo a participação da grande mídia nos golpes contra o trabalhismo nacionalista. Primeiro Getúlio Vargas em 1945, depois Jango e ele próprio em 1964.

A única mídia de Leonel Brizola era o *Tijolaço*, cujo espaço era comprado da Globo, do Jornal do Brasil e de uma rádio local. Essa situação que se configurou com Brizola no Rio de Janeiro, pode ser comparada à história de Davi e Golias: de um lado Roberto Marinho e um pesado arsenal audiovisual a seu favor e de outro Leonel Brizola com um bodoque na mão. Como já é sabido de todos, nessa disputa entre o nacionalismo trabalhista e o império comunicacional Globo a mídia saiu vencedora. Diante dessa sedução midiológica, os pais e mães de família que tinham os seus filhos matriculados nos CIEPs acabaram por não votarem em Darcy Ribeiro e depois em Leonel Brizola em 1989. Ficaram seduzidos pelos programas de auditório da tevê Globo, na ocasião os da Xuxa, conforme estudado no livro *Xuxa e o cabaré das crianças* de Gilberto Vasconcellos. Os pais de família ao invés de se guiarem pela instrução trabalhista dos CIEPs preferiram nortear-se pela sedução midiática.

A organização Globo se deu bem com o golpe de 64, enquanto Leonel Brizola e Darcy Ribeiro comiam o pão que o diabo amassou no exílio. Brizola escreveu em um *Tijolaço* que nessa “Máquina Demoníaca”, “Império do Mal”, seus dirigentes fumaram o “cachimbo da

ditadura” por mais de 20 anos. Todos esses artigos tinham por tarefa alertar o povo brasileiro sobre o monopólio e a manipulação exercidos por essa empresa que, associada ao Governo Federal, leva à frente um processo de “perdas internacionais” (expressão criada por Leonel Brizola para mostrar a drenagem de riqueza do país), voltado “para a entrega da indústria nacional ao capital estrangeiro, pela “leiloagem” do patrimônio público e pelo desemprego” (FREIRE E AZEVEDO, 2011, p.22).

A rede Globo era antagônica ao projeto dos CIEPs porque era contrária ao governo de Leonel Brizola ou era antagônica ao governo do Brizola porque era contrária ao projeto dos CIEPs? Esses dois aspectos são indissolúveis, em princípio, por que o grupo privatista burguês, capitaneado pela Rede Globo, remonta à oposição à escola pública no Rio de Janeiro desde a época de Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro entre outros. Sempre houve, por parte das elites de passado escravocrata, uma oposição à universalização do ensino público no Brasil, porque o excedente econômico não deveria ser utilizado nas políticas educacionais e sim em outras atividades lucrativas para a burguesia. Esse repúdio ao ensino público consubstanciou-se no fato de que o construtor das escolas dos CIEPs era justamente um líder pertencente à corrente política refratária ao grupo Globo, que foi protagonista do golpe de 64 para tirar Leonel Brizola do caminho da Presidência da República. Sendo assim, podemos fazer as seguintes ilações: o mandatário da Globo, Roberto Marinho, foi contra o projeto educacional dos CIEPs porque temia a tomada do poder pelo líder gaúcho. Foi contra porque Leonel Brizola protagonizou as políticas educacionais no Estado fluminense, voltando ao cenário político nacional com apelação popular. As políticas educacionais despertaram o ódio da classe dominante que sempre teve comprometimento com o setor privado. O ideal para essa classe é que sempre o povo brasileiro permaneça trabalhando e não decodifique, com postura crítica, a civilização da letra, pois assim seria uma pedra em seu caminho.

Dá-se então com a criação dos CIEPs aquilo que muitas vezes é repetido na história: os grandes próceres de libertação das classes dominadas foram perseguidos. Não foi diferente com Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Os seus fazimentos sempre foram alvo do ódio, das mentiras e das difamações por parte das classes dominantes. Destarte, a burguesia e os oportunistas, principalmente com o suporte da comunicação midiática, tentam convertê-los, como disse o líder bolchevique, “em ídolos inofensivos, canonizá-los, por assim dizer, cercar o seu nome de uma auréola de glória, para o consolo das classes oprimidas e para o seu

ludíbrio, enquanto se castra a substância do seu ensinamento revolucionário, embotando-lhe o gume, aviltando-o”. (LENIN, 2008, p.27).

O exemplo do antagonismo entre Brizola e Roberto Marinho encerra uma questão que não pode ser reduzida aos adeptos de um e de outro. O que está em pauta é se há a possibilidade da realização, na sociedade brasileira contemporânea, de um projeto educacional de qualidade que abranja todas as crianças. Em outros termos: a sociedade subdesenvolvida capitalista está ou não impossibilitada de implantar uma educação de caráter universal, no sentido de que o padrão civilizatório, depois da revolução francesa, implica na alfabetização de todos os membros da sociedade para o exercício da cidadania.

Intelectuais também se opuseram aos CIEPs, a exemplo de Maria Cristina Leal, Ana Christina Mignot, Vítor Paro, Luis Antonio Cunha, entre outros. A professora Zaia Brandão, que despertou o interesse em Darcy Ribeiro com suas pesquisas sobre escola em tempo integral, encontrou-se algumas vezes com ele a fim de sugerir “melhorias” no projeto dos CIEPs. Depois de algumas reuniões a pesquisadora tornou-se uma das “mais convictas críticas da rede paralela de ensino”, não conseguindo ir para além do quarto ou quinto encontro. As razões pelas quais se fez “crítica convicta” do programa de educação pedetista, classificando-o de as “loucuras do professor Darcy Ribeiro”, foram acreditar que tais pensamentos de impacto não resolveriam verdadeiramente as lacunas que há décadas “pesquisadores e profissionais da Educação tentam compreender e resolver”. Sua análise e a de variados autores transluzem Darcy e Brizola oportunistas e que se utilizaram dos CIEPs para fins eleitoreiros. A pesquisadora tomou por “ingênuo” Darcy Ribeiro e não percebeu que o seu projeto educacional nunca foi por ele tido como remédio para todas as enfermidades que padecem nossa sociedade. Também não há possibilidade de transformação social, ao contrário de que muitos pensam, sem que se almeje o poder. As reformas políticas não são concessões entre homens e espírito santo, mas sim relações de produção e reprodução da vida humana. Essa mistura de fatalismo e resignação para explicar o porquê de não ter dado certo o start que tivemos na educação popular nos anos 80 só faz reforçar a imagem que temos da “superioridade dos brancos, a inferioridade dos índios e negros” (RIBEIRO, 1997, p.60). O que a professora também não percebeu e que Darcy já havia percebido é que o cientificismo acadêmico vira as costas para qualquer tipo de problemática social em nome da neutralidade científica; despolitiza e dopa para fazer de nós “futuras eminências intelectuais acadêmicas”. (RIBEIRO, 1997, p.36).

Os intelectuais de esquerda, ligados à UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), também resistiram à época e após a implantação dos CIEPs, sustentando que uma escola pública e de horário integral, com iniciativa de um governo trabalhista, seria uma “intervenção perigosa do Estado na esfera das escolhas individuais” (STOCK, 2004, p.37). As escolas de horário integral representariam uma “visão salvacionista” de escola com “profundo viés populista”. Essa oposição foi tão visível que o “Instituto Carlos Chagas, convidado pela Secretária de Estado Extraordinária de Programas Especiais para realizar a avaliação externa em 1993, recusou-se a fazê-lo” (STOCK, 2004, p.38). Para agravar ainda mais essa oposição, o mesmo Instituto, em 1998, reuniu diversos estudiosos de Educação como “Vitor Paro, Vanilda Paiva entre outros, e patrocinou uma pesquisa dos resultados dos CIEPs, quando verdadeiramente o programa por inteiro já fora desfeito (...)” (STOCK, 2004, p.38) pelas administrações de Moreira Franco e depois de Marcelo Alencar.

Para Laurinda Barbosa, ex-diretora da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), os professores da rede municipal e estadual (escolas convencionais) tiveram medo do Programa Especial de Educação, pois acreditavam que aumentando o tempo de ensino seriam compilados a trabalharem mais sem receberem mais nada por isso. Eram estimulados pela visão corporativista, que domina os sindicatos até os dias atuais, de que os seus direitos e conquistas seriam ameaçados. Citemos suas palavras:

Os professores tiveram medo de serem compelidos a trabalhar mais sem uma remuneração compatível e/ou desprestigiada a tarefa docente que vinham realizando nas escolas convencionais. Viram ameaçados seus direitos no que eram estimulados pela visão corporativista que dominava os movimentos sindicais (STOCK, 2004, P.31).

O professor Gilberto Vasconcellos (2015, p.213) pontua que “Darcy Ribeiro (antes da fundação do PT) atacou o sindicalismo “tradeunista” do mero ganho econômico”, pois esse inviabiliza qualquer transformação revolucionária da sociedade brasileira. O governo Brizola (foi o único político presente na greve geral da categoria) contornou essa situação conflituosa com conversa direta com os professores: ao invés de tratar a reivindicação do magistério com o movimento sindical, ele preferiu tratar da questão diretamente com os professores, a fim de retirar a enorme força corporativista deste movimento. O que o sindicato dos professores não percebeu é que, embora o governo houvesse priorizado a construção dos CIEPs, não deixou de recuperar a rede municipal e estadual de ensino. Segundo Darcy Ribeiro (1989, p.20), foram “recuperadas 2.294 escolas da rede estadual (...). Quanto à rede municipal, foram realizadas obras de porte em 447 escolas” (STOCK, 2004, P.32). O posicionamento dos

intelectuais frente à construção dos CIEPs e após a sua implantação foi esclarecida por Laurinda Barbosa em entrevista:

Para os intelectuais de esquerda uma escola pública de horário integral como iniciativa de governo poderia representar uma intervenção perigosa do Estado na esfera das escolhas individuais. Funcionaria como uma Instituição Total. O CIEP representava uma visão salvacionista de escola com profundo viés populista (STOCK, 2004, P.37,38).

### **2.8.3 O fim do CIEPS**

No Brasil, o que nos é ofertado sempre como política pública para a nação é o personalismo excludente dos líderes partidários, ou seja, cada governante quer imprimir a sua marca no governo. Há vários riscos nesse tipo de política porque a sociedade (principalmente os menos favorecidos economicamente) fica refém do próximo redentor que irá nos salvar de toda a maldade existente no mundo. Essa mistura da fantasia religiosa com o mundo mítico dos heróis paira sobre nós, o mundo dos Homens, e se enraíza na psique de grande parte do nosso povo, tal qual se a sociedade fosse constituída de anjos e demônios que ficaram encarregados de elaborarem, executarem e transformarem a realidade dos viventes. Esquecemo-nos de que a economia, a política e a cultura são feitas por homens e mulheres de carne e osso. Esses paladinos do parlamento estão sempre em busca de vantagens econômicas. Usam diversas artimanhas, especialmente as administrativas (distribuem o farelo do milho com suas caridades sociais), para ludibriarem as pessoas que os elegeram ou não como o seu representante. Atualmente se agrava ainda mais essa situação, pois a perda dos referenciais ideológicos pelos partidos políticos de esquerda ajudou a produzir a descrença coletiva do povo nos partidos, mudando assim a verdadeira rota de transformação da realidade, que é a organização e a política partidária em prol dos trabalhadores. Lembro-me de uma fala do filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, do cineasta baiano Glauber Rocha, em que o personagem falava em bom e alto tom: “o pássaro da eternidade não existe”; “meu pai me traiu”; “só o real é eterno”; “a terra é do Homem, não é de Deus nem do Diabo”. Essas falas ilustram bem o que pensavam Leonel Brizola e Darcy Ribeiro quando, tomados de iracúndia pelo descaso dos políticos com as nossas crianças, começaram a construir os CIEPs na tentativa de reparar o atraso secular da nossa educação. Pensaram na realidade econômica das pessoas que se aglomeram nos centros urbanos buscando dignidade e igualdade financeira.

Não prometeu o reino dos céus, mas sim uma escola que fosse capaz de prolongar o útero materno, com capacidades, inimagináveis até aquele momento, de formar indivíduos verdadeiramente críticos de sua condição real.

O que se vê hoje são os CIEPs em ruínas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico de tempo integral, iniciado com o Programa Especial de Educação, quanto à estrutura física do patrimônio, construída por Oscar Niemayer. As escassas escolas que funcionam atualmente em tempo integral não partilham da mesma assistência pedagógica, médica e odontológica proposta por Darcy Ribeiro nos primórdios da sua criação. Muitas outras viraram estabelecimentos não educativos como unidades básicas de saúde, bombeiros, abrigo militar, dentre outros. Os que ficaram sem uso, no abandono, são frequentados por usuários de drogas, que por ali mesmo poderiam ter sido educados e alimentados, tornado-se cidadãos participativos, preservados seus direitos econômicos e sociais. É muito doloroso ver uma escola onde deveria haver crianças correndo, cheias de vida, transformar-se em ambiente escuro, carcomido pelo tempo e pela gestão de sacanas que nos representam. Transformaram-se em verdadeiros antros que só servem de abrigos para os não privilegiados, reféns das drogas e do sistema de expropriação capitalista.

Isso tudo se deveu ao fiasco que foi a segunda eleição para governador do Rio, que elegeu mais um governante entreguista e personalista. Naquela época não havia reeleição, então Darcy Ribeiro se candidatou para ser o sucessor no governo carioca, pretendendo dar seguimento à política de implantação das escolas de tempo integral inauguradas por Leonel Brizola. O que aconteceu foi que os pais das crianças matriculadas nos CIEPs, seduzidos pelo “capitalismovideofinanceiro” promovido pela Rede Globo, não elegeram Darcy Ribeiro. Ele perdeu as eleições para o candidato do PDS Moreira Franco, o “gato angorá”, como o chamava Brizola. O primeiro ato de posse do governador foi destruir o Programa Especial de Educação e dismantelar os CIEPs. Transformou os CIEPs em escolas de turno, tão combatidas por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro por se tratarem de escolas da farsa. Essa camada representada por Moreira Franco, que deixou os CIEPs no abandono, não percebeu o estrago cometido ao povo carioca, a quantidade de crianças que “saíram e quem sabe quantas delas estão por aí, perdidas na bandidagem”.

O que me intriga nesta pesquisa sempre foi a profundidade e a clareza dos diagnósticos feitos por Anísio Teixeira sobre o nosso sistema escolar público. Em sua concepção histórica, os países subdesenvolvidos, em especial o Brasil, educaram os indivíduos no século XIX sob

o signo da mística educacional. A escola era tida como um bem em si mesmo, mesmo que ineficiente comparada ao modelo de ensino que os povos desenvolvidos inseriram em seu curso evolutivo. Para os ideólogos destas escolas “algo será sempre aprendido e o que for aprendido constituirá um bem” (TEIXEIRA, 2005, p.206). Percebemos que tal concepção permanece até hoje de modo dominante entre nós. É impossível no século XXI existir político, partido, imprensa ou cidadão que não defenda com unhas e dentes a escola e o seu ensino meramente ilustrativo. Esta escola só terá serventia para os ricos, pois assim não serão incomodados por cidadãos que estudaram em uma escola emancipadora, com medo deles se insurgirem contra o seu domínio. Os filhos dos pobres permanecem nas piores condições de saneamento, alimentação e saúde, tal como observamos diariamente. Basta visitarmos escolas públicas para tomar vista do quão estão sucateadas, ou como disse Darcy Ribeiro, do lixo e da criminalidade que as cercam.

A classe social dominante sempre desprezou as classes populares no país e Leonel Brizola percebeu fortemente esse domínio desumano no Rio de Janeiro. Citemos, embora sejam extensas, as palavras do caudilho sobre a situação das periferias e do menor excluído:

É isso que vemos. Porque na periferia onde vivem, não há escola, não há nada. Outro dia, uma pessoa me construiu o seguinte quadro, que na verdade da ideia aproximada do que está acontecendo: vamos admitir que estejamos vivendo numa grande cidade que, ao lado, tem uma área úmida, com bastante água parada. E ali se criam muitos mosquitos. A cidade está aqui, os mosquitos estão lá. De repente começa a ventar de lá para cá. Um vento cada vez mais forte, que progressivamente vai inundando a cidade de mosquitos.

As pessoas então começam a se defender dos mosquitos com uma reação primária, até irracional. Usando aquelas bombinhas de flits. Lembram, aquelas manuais? Tchii, tchii, tchii... Só que não conseguem vencer os mosquitos. E aí resolvem apelar para os sprays, mais modernos, mas só podem usá-los dentro de casa. Como combater aquela quantidade de mosquitos lá fora com spray? Aí a única saída é as pessoas passarem a viver confinadas, dentro de suas casas, para se defenderem dos mosquitos.

Isto dá uma ideia da periferia das grandes cidades brasileiras onde nascem tantas crianças. E essas crianças precisam ter um destino digno. Se nasceram, foram produto do amor. Por que não dar a elas um destino digno? Como é que um país como o nosso pode gastar 38 milhões de dólares para o Sr. Roberto Marinho construir um estúdio fantástico de televisão e, ao mesmo tempo, deixar as crianças permanecerem no pântano?

É por isso que elas estão vindo em nossa direção, em número cada vez maior. E sabem quem, na vida real, faz o papel de vento? A televisão. O vento é a televisão. Estamos praticando um haraquiri social, um suicídio coletivo. (05-05-92)

Outro exemplo claro de política personalista é a descontinuidade dos projetos políticos já iniciados por outros líderes. Não damos continuidade às grandes reformas políticas que tivemos como exemplo, tal como a fez Leonel Brizola e Darcy dando continuidade e aperfeiçoando o projeto do pioneiro Anísio Teixeira (Escola Parque) na Bahia. Tudo pela

crueledade classista, advinda com as caravelas, que nos permeia a alma. Com Marcello Alencar empossado para o governo em 1994 foi pior ainda o desmonte e a descaracterização do empreendimento trabalhista: decorrido um mês de sua posse, “demitiu professores, desmontou consultórios e até aterrou quatro piscinas. Tudo porque as escolas ganharam o nome popular de Brizolão. Sacrificaram as crianças só pra que o Brizola nunca mais voltasse”. Esse foi o depoimento dado por Tatiana Memória, ex-presidente da Fundação Darcy Ribeiro, para o sítio do PDT na internet. Podemos perceber que a raiva injustificável sobre os CIEPs agora possui uma boa justificativa: não podemos deixar que este “louco” do Brizola assumo o poder. Ele irá desapropriar todas as nossas gordas contas bancarias e arruinar os nossos grandes impérios. A reforma agrária virá e o caos será implantado, derrubemo-no.

A garantia do exercício da cidadania e a promoção da igualdade de oportunidades se dão pelo nível de instrução da população e a manutenção desta, pela educação, direito garantido a todos pela constituição. Todavia, decerto sabemos que, na sociedade brasileira, a realidade é um tanto perplexa e paradoxal. O sistema governamental não reserva o acesso à educação para todos os membros da sua sociedade.

### CAPÍTULO III

## OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM O UNIVERSO MUDIÁTICO

*Quanto ao capitalismo videofinanceiro, é preciso esclarecer que não é a televisão quem cria o inferno do pauperismo na cidade e na roça, mas a socialização psíquica das classes perigosas é feita pelo monopólio televisivo.*

*Gilberto Felisberto Vasconcellos – Darcy Ribeiro a Razão Iracunda.*

A abordagem sobre a mídia, escolhida como o norte da nossa dissertação, não está separada da questão educacional. Não se trata de duas realidades justapostas; ao contrário, depois do golpe de 64, isto é, depois da instalação das fabricas multinacionais no Brasil, das quais os meios de comunicação de massa são uma espécie de extensão, é absolutamente impossível falar de qualquer projeto educacional sem levar em consideração a hegemonia cultural exercida por estes meios. Nesse trabalho escolhemos os CIEPs não por uma questão de preferência política por seus idealizadores, mas porque não houve na historia brasileira nenhum outro momento de acirrado confronto entre a mídia e a escola pública de tempo integral, nem mesmo com Anísio Teixeira e o ataque da UDN à escola pública. Noutras palavras, o destino da educação passa necessariamente pela estrutura da comunicação de massa como agente do capital monopolista.

A educação escolar frente aos meios de comunicação de massa que em nossos dias são onipresentes, ou seja, estão em todos os cantos do país, tem uma tarefa árdua para ser discutida e realizada. Em estudos, Oswaldo Biz (2012, p.23) encara como desafio para a educação pública a urgência de criticidade e de denuncia a respeito dos monopólios existentes na mídia brasileira. Esse domínio imperial do mercado precisa ser rompido se “quisermos pensar em democracia e cidadania”. Segundo o referido estudioso (BIZ, 2012, p.23), o que temos de exigir do Estado é “o cumprimento da Constituição Brasileira de 1988 que, em seu artigo 220, parágrafo 5º, prescreve: Os meios de comunicação social não podem direta ou indiretamente ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Essa observação suscita pensamentos para o seguinte paradoxo: nossa liberdade de informação está ameaçada por dois gigantes, de

um lado o poder do Estado e as concessões e, de outro, o crescimento das organizações de comunicação no setor privado. Enquanto esse impasse entre concessões públicas e comunicação de massa privada não for solucionado, a escola e os professores precisam de formação, principalmente política, para enfrentar a íngreme montanha que têm a escalar.

As escolas dos CIEPs, desde antes de sua implantação em 1985, contaram com a capacitação do magistério: “os professores que vão atuar no CIEPs participam de encontros pedagógicos que garantem o desenvolvimento de um processo de aperfeiçoamento profissional e de reflexão sobre sua prática enquanto educadores” (RIBEIRO, 1986, p.83). É o caso da CPT – Consultoria Pedagógica de Treinamento - que atuava junto aos professores da rede, depois chamados para trabalharem nos Centros Integrados de Educação Pública. Percebe-se aí uma extrema preocupação dos idealizadores das escolas de tempo integral com os profissionais da educação que irão compor os CIEPs. Estes surgiam como uma esperança de renovação radical do ensino nacional. Leonel Brizola que não era paranoico, mas cabreiro com a oligarquia midiática, entre os anos de 1992 e 1993, contratou vários profissionais de diferentes áreas do conhecimento para realizarem pesquisa de índices de violência na programação da Rede Globo. O resultado das pesquisas, como já era esperado, mostrou o número elevado de cenas de violência exibida diariamente pela emissora. Da programação infantil, com os desenhos animados, ao noticiário telejornalístico “informante” do público adulto, a Globo incorporava ao imaginário do país centenas de cenas de agressões, violências e homicídios.

O mais agravante nisso tudo é saber que o único político que encarou essa realidade com punhos fortes foi Leonel Brizola. Sabia que esse ataque imagético contra a nação tinha por finalidade prostrar o povo, retirando assim as causas centrais do seu subdesenvolvimento.

A colonização portuguesa do território americano, extrativista, não nos libertou, até hoje, das amarras econômicas da exploração colonial. Além das nossas indústrias, nossa cultura permanece colonizada. Importamos padrões de consumo ao invés de olharmos para a nossa herança cultural indígena, nossa fauna e flora, que poderiam muito bem servir à nossa medicina. A pesquisa brasileira é deixada de lado e nossas riquezas são patenteadas por laboratórios estrangeiros. Exportamos o melhor da nossa agricultura e consumimos transgênicos e alimentos envenenados com doses altas de agrotóxicos. Enquanto isso, uma grande parte da massa assiste, atônita, o caos instaurado.

Em nosso cenário social, político e econômico contemporâneo, a apatia da grande maioria da população, em relação às taxas de lucros remessadas para fora, é de causar espanto. Claro que manter o povo nessa ignorância tem um objetivo: preservar o *status quo* da pequena parcela de privilegiados, herdeiros da oligarquia, que vivem da exploração material de grande parte da nossa sociedade. Conservar as pessoas alheias à realidade objetiva é mais cômodo para a classe dominante, pois dessa forma exercer sua manipulação fica mais fácil. Os dramas clichês e superficiais das telenovelas não levam a população à reflexão, mas ao desejo incomensurável de obter felicidade através do consumo. O ensino escolar não é valorizado e as pessoas não têm contato com ele, o cinema é importado, os museus são espaços elitistas e a mídia, sucursal dos interesses estrangeiros. A teledramaturgia funciona como psicóloga da mulher, tal como o futebol é o ansiolítico do homem brasileiro. O brasileiro e a brasileira nas novelas são sempre brancos, abastados e sofrem dos dramas delirantes da classe média alta. Não há classe operária na telenovela. A telenovela, em si, não passa de uma programação refém dos comerciais e das publicidades. O jornalismo sofre de cegueira seletiva e se relaciona com a política nacional de forma oportunista. Os jornalistas não tornam claros os seus posicionamentos, a não ser quando a sua empresa é ameaçada em sua hegemonia classista. É o cenário propício para se propagar a ignorância, a segregação social e a alienação. As faltas de investimento e de acesso à educação impedem que o senso crítico seja desenvolvido no alunado do ensino básico e, quando analisamos a situação da educação superior, notamos que esta está, cada vez mais, se aprofundando em uma crise. Dentro das universidades a apatia continua. Qual é a intervenção que as universidades públicas fazem na política? A quem elas incomodam? Não há diálogo entre estudantes e trabalhadores, muito menos entre eles e a comunidade na qual se inserem.

Não é de se estranhar que, nos dias atuais, grupos com características fascistas ganham força no país e se reúnem às claras. Racismo, homofobia, xenofobia e misoginia recebem status de “opinião pública”. Uma onda de conservadorismo ganha espaço e movimentos anticorrupção ganham força nas ruas. Todos esses movimentos são apoiados pelos grandes veículos de comunicação midiática. Há um vertiginoso crescimento do judiciário policialesco em detrimento dos partidos políticos. O que prevalece é o discurso dos delegados de polícia sobre a linguagem política. Esse discurso militaresco vem da boca da mesma polícia que bate nos professores (em todos os Estados) e estudantes secundaristas, como no ocorrido nas ruas de São Paulo, um dos estados mais conservadores do país, em 2015. Se agredir estudantes

gerou uma grande revolta popular na Ucrânia em 2014, no Brasil isso parece não comover a população. Movimentos sociais são marginalizados, investigados e recebem tratamento de terroristas pela mídia. Se manifestantes brancos apanham da polícia à luz do dia na Av. Paulista, você pode imaginar o que acontece com a população negra e pobre dos morros. Ter um vidro de vinagre na mochila para se defender do gás lacrimogêneo se tornou um crime.

Não vivemos uma situação de crise nem um momento isolado do resto do mundo. A resistência acontece em vários países, pessoas resistem seja manifestando nas ruas ou no vazamento de informações sigilosas dos governos através da deepweb, a grande fatia irrastrável da internet. A falta de interesse do brasileiro médio é o grande problema, porque os aparatos tecnológicos não faltam. A internet pode ser uma forte e rápida ferramenta para a aquisição e distribuição de informações de forma independente e simultânea, mas esse potencial precisa ser explorado e analisado criticamente. Assim como o nosso interesse, nossa indignação pode ser muito seletiva. O maior crime ambiental de nossa história, o assassinato do Rio Doce, não rendeu muito tempo de luto. É nesse marasmo e baixa auto-estima que vivem os brasileiros, não todos, mas uma parcela deles que poderia fazer a diferença caso tomasse o poder.

A educação deve seguir, segundo Darcy Ribeiro, os avanços tecnológicos, mas diante da realidade brasileira é discutível se a alfabetização pelo método pedagógico dos CIEPs deve ser abandonada em função dos aparatos eletrônicos. Os Centros Integrados de Educação pública eram providos de aparelhos tecnológicos, evidentemente porque Leonel Brizola e Darcy Ribeiro queriam que as crianças entrassem nesse universo digital. Entretanto, isso não quer dizer que se cogitava descartar a ação pedagógica tradicional do professor dando aula com o quadro e o giz, em sua função gnosiológica. A questão é: a educação escolar e a sociedade na qual esta se insere. Não podemos mimetizar a didática ou os métodos pedagógicos dos países desenvolvidos, mas sim adequá-los à nossa realidade, tal como o fizeram todos os teóricos da educação brasileira desde Anísio Teixeira, passando por Álvaro Vieira Pinto, até Darcy Ribeiro. É preciso fazer uma correspondência entre o mais alto processo didático e a sociedade onde vivemos. Não adianta ensinar gramática pomposa (ruibarbosiana) a uma criança que sai da periferia ou da favela, é o que Darcy Ribeiro falava. Não se pode discorrer de maneira abstrata sobre o caminho que deve ser seguido para enfrentar essa avalanche tecnológica que nos assola. A importação da tecnologia não vai resolver o problema pedagógico, assim como o computador não vai resolver o problema da

fome. Nenhuma sociedade subdesenvolvida vai deixar de ser subdesenvolvida com o auxílio da computação. Esse raciocínio sociológico, digamos assim, deve ser aplicado na esfera educacional.

A cultura humanística deve ser buscada como prioridade na Educação, pois significa instaurar nela um valor de uso e não um valor de troca, típico das relações econômicas capitalistas. A educação pública deve cumprir a demanda da necessidade social, não a lógica do lucro dos donos de escola. Precisa atentar-se para a ofensiva classista que sofreu a nossa educação por anos a fio. Toda vez que há uma ofensiva da educação privada o país se dá mal do ponto de vista educacional. Não é de se questionar que a esquerda brasileira foi identificada com a ampliação da esfera pública educacional, desde o começo dos anos 30. Nesse sentido o CIEP não faz senão seguir a seguinte diretriz: colocar a esfera pública acima da esfera privada.

O valor de uso na Educação entende-se a partir das seguintes perguntas fundamentais: o que as crianças necessitam aprender na sociedade brasileira contemporânea? O que os professores querem é o que as crianças necessitam? Os professores é que devem estabelecer as diretrizes do que as crianças precisam aprender, precisam discutir a relação entre contexto social e educação escolar, forma e conteúdo educacional. O problema é que o educador sempre foi estereotipado como funcionário, um simples servidor e não como “portador de uma consciência”. Daí nasce a necessidade de despertar no professorado o “sentimento de dignidade e autonomia, sendo esta concebida não como desligamento do solo social e sim como poder de escolha pessoal, crítica, livre das forças sociais a que se identifica” (PINTO, 1982, p.32). Os professores necessitam, antes de tudo, despertar a consciência crítica de seu papel enquanto educadores, para não caírem na cilada da mistificação tecnológica.

### **3.1 Concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil: A cibercapitaniahereditária**

O que devemos nos perguntar antes de tudo é quais são os interesses que movem a história para só depois dar explicações acerca da sociedade brasileira contemporânea. Retomamos neste capítulo a categoria de capitánias hereditárias, estudada pelos historiadores João Pandiá Calógeras (2009) e Nelson Werneck Sodré (1976), com o objetivo de lançar luz na estrutura atual da comunicação midiática dominante e relacioná-la com o regime das

classes sociais. Partimos do seguinte pressuposto: as relações econômicas da colônia com a metrópole (sistema de capitanias) são no processo histórico as bases de sustentação material (latifúndio) e o edifício ideológico da sociedade brasileira.

O nosso objetivo é mostrar que a comunicação midiática, ponta de lança do capitalismo industrial brasileiro, reproduz no estágio imperialista do capitalismo a antiga configuração das capitanias hereditárias, as quais deram origem ao latifúndio (sesmarias). Essa analogia histórica, cotejando o século XVI com o século XXI, está ancorada na enorme extensão de terra (latifúndio), concentração de capital e poder nas empresas de comunicação de massa. Em outras palavras, dir-se-ia que o monopólio da terra (a estrutura fundiária) se trasladou para o ciberespaço<sup>5</sup> da comunicação midiática.

Do latifúndio da terra ao latifúndio midiático, eis o que pretendemos estudar. Antes havia somente o monopólio da terra, hoje há também o monopólio da comunicação e, em ambos os processos sociais, encontramos a forte presença da oligarquia. Basta lembrar que somente nove famílias detêm a propriedade dos veículos de comunicação de massa no Brasil<sup>6</sup>. Vários autores, dentre eles Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior, sublinharam que o latifúndio é a instituição básica da civilização brasileira. Tanto o é que até hoje permanece intocável e inalterado. Nenhum governo conseguiu fazer uma verdadeira reforma agrária; quando foi esboçada por João Goulart, por exemplo, este foi derrubado e, posteriormente, instaurou-se a ditadura de 64.

Talvez não seja descabido afirmar que a oligarquia da *cibercapitania* (associada com as empresas multinacionais) determina o poder do Estado e faz a simbiose da cultura<sup>7</sup> com a

---

<sup>5</sup>A palavra cibernética vem do grego *Kyberne* (governar), *Kybernáo*. Ela designa: o conjunto das teorias relativas ao tratamento da informação, ou transformação programada de uma comunicação solicitada, ou informação em execução. De maneira que controle e comunicação estiveram envolvidos, desde a origem, em interesses comuns. (DEBRAY, 1993, P. 103).

<sup>6</sup>As famílias que formam os grupos e os conglomerados da comunicação midiática no Brasil são analisadas exaustivamente por dois grandes projetos de estudo da mídia. São eles: *Os donos da Mídia e Observatório da imprensa*, disponíveis para a consulta pública em: [www.donosdamidia.com.br](http://www.donosdamidia.com.br) e [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br). Os projetos revelam que as 54 redes de rádio e televisão são controladas por estes grupos e conglomerados, atingindo mais de 25% dos 9.447 veículos de comunicação. Estas organizações “encabeçam um sistema marcado por cinco condicionantes: tripla concentração econômica (diagonal, vertical e horizontal), controle das redes de distribuição, penetração regional, presença histórica e relações políticas. Ao mesmo tempo, suas empresas atuam simultaneamente em quatro dimensões: econômica, política, histórica e simbólica. Quando reunidas, as duas características configuram um modelo a que se propõe chamar de Sistema Central de Mídia”. (GORGEN, 2009, p. 04)

<sup>7</sup>Na tentativa de eliminarmos as ambiguidades em nosso trabalho, temos de deixar claro que há uma separação conceitual entre cultura e indústria cultural. Utilizaremos no decorrer do artigo a definição de cultura proposta pelo marxista senegalês Samir Amin (a citação encontra-se no livro *Contracultura y Humanismo* de Ludovico Silva (2009)) que é a seguinte: Para nosotros, la cultura es el modo de organización de la utilización de

educação. Talvez essa seja a causa que levou a família Marinho a recusar veementemente toda reforma política dos dois governos de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro. Como em qualquer outra latitude, podemos sustentar que a ideologia dominante da sociedade brasileira é a da classe dominante (burguesia local e imperialismo) que propriamente comanda a comunicação midiática. A comunicação de massa é a porta voz preferencial da ideologia dominante da classe social dominante brasileira. O nosso tema deve ser delimitado pelo seguinte prisma: refletir como se deu a gestação desse processo classista e midiático na esfera da educação escolar, através do conflito entre a escola pública (Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola) e a *cibercapitaliahereditária* representada por exíguo número de famílias, revelando um sistema político indubitavelmente plutocrático.

O que pretendemos mostrar é que o latifúndio midiático justifica o latifúndio da terra, sendo que, atualmente, o “latifúndio midiático” justifica toda e qualquer forma de hiperconcentração de poder econômico e político. Os grandes proprietários da comunicação de massa são também grandes proprietários de terra. Historicamente, o latifúndio (classe senhorial, donos de engenho, donos de usina) existiu conectado à exportação dos produtos agrícolas, portanto o latifúndio esteve em conformidade com a burguesia comercial exportadora e com os interesses colonialistas e imperialistas das metrópoles. Esta estrutura triádica (grande propriedade de terra, monocultura e trabalho escravo) impôs ao desenvolvimento econômico, político e social brasileiro o traço da dependência no decurso de sua existência (JÚNIOR, 1953). Em nossos dias a estrutura midiática justifica e é o agente da produção dos bens simbólicos, agropecuários e manufaturados para a exportação. É por isso que toda a chamada cultura produzida pela mídia é uma expressão colonial, assim como a educação escolar é feita para atender aos interesses externos.

### **3.2- Nacionalismo trabalhista**

É sabido que a corrente política que mais diretamente sofreu com o golpe de 64, o nacionalismo trabalhista de Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro,

---

los valores de uso (SILVA, 2009, P. 4). Por isso usá-la-emos para contrapor com a chamada “cultura” produzida pela mídia, pois esta última se trata de mensajes comerciales y pseudoculturales que engendram no psiquismo humano eso que Marx llamaba "fetichismo" y que yo prefiero llamar "producción de plusvalía ideológica", que consiste en todo el excedente de energía psíquica que se pone al servicio del capital, transformada en verdadero "capital ideológico" del sistema, puesto al servicio del capital material (SILVA, 2009, P.26).

esteve desde 1930 desprovido de veículos de comunicação midiática. A única exceção ocorreu com o jornal *A última hora* de Samuel Wainer, que apoiou Getúlio Vargas em seu segundo governo e teve um desfecho lamentável, combatido pelo jornalista Carlos Lacerda. Getúlio Vargas recebeu, na divulgação do seu programa político, apoio dos caminhões equipados com alto-falantes, sendo esta a única forma com a qual pôde contrapor os violentos ataques da mídia impressa e falada da época (1951).

A situação também não foi nada fácil para João Goulart, pois a imprensa, tendo como principal justificativa o fantasma do comunismo, pedia a sua cabeça como intervenção militar. Os jornais *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, entreguistas e porta-vozes do capital estrangeiro, se opuseram à posse legítima de Goulart, chegando o jornal paulista a aventar uma indevida intervenção das Forças Armadas. Nelson Werneck Sodré (1962, P.22), na descrição sobre o atrito entre o liberalismo e o trabalhismo, grafa que

O aparelho de prevenção e de repressão a qualquer idéia que não coincide com os interesses da classe dominante cresceu e se especializou, passando, inclusive, a ser controlado pelo imperialismo. Até se transformar, nos dias que correm, nessa organizada e rendosa indústria do anticomunismo.

Neste cenário conflituoso é que nasce no Rio Grande do Sul, sob a resistente organização política do governador Leonel Brizola, a Rede da Legalidade. A Rede da Legalidade com o arrimo da Rádio Guaíba funcionou no Palácio do Piratini, sede do governo gaúcho, informando a população sobre os planos da direita para impedir a posse de João Goulart. Nossa hipótese é a de que, a partir deste acontecimento histórico, Leonel Brizola irá despertar a ira dos militares e dos empresários da comunicação midiática (subsidiados pelo capital estrangeiro), sendo Roberto Marinho o seu principal oponente durante toda a sua trajetória política. O desfecho dessa história é do conhecimento de todos: o golpe militar-civil de 1964.

Montou-se em 1964 um sistema repressivo do medo, em que a tortura, a perseguição, o desaparecimento e a morte foram metas cumpridas pelas oligarquias locais, incentivadas pelo grande capital internacional. Os diferentes segmentos da burguesia nacional se uniram ao capital externo na política da superexploração dos trabalhadores, na desnacionalização da economia e no aprofundamento da desigualdade social. Assim, as “forças políticas ligadas ao imperialismo, aos latifundiários e à alta burguesia realizaram investimento gigantesco” contra a corrente política do nacionalismo trabalhista. (SODRÉ, 1962, P.26).

Esse sistema conservou o latifúndio monocultor e beneficiou as grandes empresas multinacionais na exploração de terras novas, reafirmando as tradições coloniais de nossa

burguesia. Sobre essa junção (burguesia nacional + metrópole colonialista) Werneck Sodré notifica que a discriminação contra nosso povo está “ligada ao colonialismo mais retrógrado e revela a presença de classes dominantes incompatibilizadas com as mais rudimentares formas de democracia”. O projeto de desenvolvimentismo modernizante e tecnológico da ditadura de 64 ainda hoje está subordinado ao imperialismo, “ao capital financeiro internacional, à formação de uma burguesia monopolista associada e à grande propriedade da terra” (VASCONCELLOS, 1997, p.22).

Antes mesmo de 1964 já estava delineada nos meios de comunicação de massa a contradição político-social entre o trabalhismo nacionalista e o liberalismo pró-norte-americano. Essa contradição é reveladora de como os meios de comunicação são um reflexo do que ocorre na economia e na política do país. Com o golpe de 64 ficou evidente o caráter exasperante dessa contradição, pois quase a totalidade da mídia impressa e o pouco da TV que havia deram o seu apoio aos golpistas. Para o pensador Régis Debray (1993, P. 250) “não basta colonizar militar e politicamente para que as idéias se imponham: ainda é preciso exportar os meios de comunicação de massa adaptados”.

O que é preciso não perder de vista é que os liberais da democracia divulgaram por esses órgãos de comunicação sua filosofia liberal, não impedindo a instalação do regime autoritário de atrocidades dos militares. Outra observação a ser feita é que, mesmo depois de 64, quando o regime torna-se mais antidemocrático (AI5 – Ato Institucional), esses meios de comunicação, embora estrangidos pela censura, permanecem coniventes com o golpe. Também sabemos que depois de 64 houve um avanço efetivo dos meios de comunicação. O país passou a ser coberto em toda a sua extensão pela antena, fato que terá implicações político-culturais e educacionais. Convém lembrar o quanto Leonel Brizola e Darcy Ribeiro vociferaram contra o domínio televisivo e o déficit educacional das crianças iletradas, afirmando que o povo brasileiro entrou em cheio na comunicação eletrônica quando ainda não havia passado pela letra.

### **3.3- Conceito de mais-valia ideológica e cibercapitaniahereditária**

A palavra ideologia aparece muitas vezes deturpada, apartada de seu verdadeiro significado no cotidiano. É confundida com a visão de mundo de cada indivíduo, com o modo de vida, com o que pensa aquele ou este indivíduo sobre política, economia e sociedade. Para

Karl Marx (2001), a ideologia tem um significado unívoco: ocultar (com a exploração da força de trabalho e a extração da mais-valia) a produção de mercadorias do sistema capitalista. A alienação da força de trabalho cria o fetiche da mercadoria e esconde a verdade sobre o valor de uso das coisas (SILVA, 1978). No capitalismo o que importa é a produção de mercadorias para as trocas, necessárias apenas para gerarem os lucros das empresas e não destinada a favorecerem as necessidades dos homens. As relações humanas neste sistema econômico aparecem mistificadas. A vida fantasiosa aparece na ocultação do motor da história (luta de classes), produzindo o esquecimento típico da coisificação da vida social. Essa é a função da ideologia na sociedade. Para não incorremos no uso equivocado do conceito de ideologia, utilizaremos o estudo da mais-valia ideológica, feito pelo venezuelano Ludovico Silva (1977), esclarecedor e complementar à análise de Karl Marx.

É profícuo o livro do poeta e filósofo marxista Luis José Silva Michelena. Os seus alunos de filosofia deram-lhe o nome de Ludovico Silva. Primeiro pela escolha do tema (mais-valia ideológica), que contém os paradigmas para a compreensão da sociedade capitalista contemporânea. Em seguida, a clareza com que expressa seu pensamento, a abordagem histórica que situa o leitor na emaranhada e complexa teoria marxista.

O ponto de partida da obra é a ideologia e sua semântica no decorrer da história. Ludovico Silva faz uma distinção entre ideologia e ciência, que será o ponto chave para o estudo da teoria da ideologia. Num primeiro momento esclarece o uso corriqueiro e trivial, “polissemia semântica”, que a palavra ideologia sofreu (SILVA, 1977, P.10). Investiga a história filológica do termo, passando por Francis Bacon que descreveu sobre os *idola* ou ídolos, ou seja, os deturpadores do caminho para se chegar à verdade. Segundo o filósofo citado, a crítica do pensamento medieval feita por Bacon é semelhante à que Marx fez em *A ideologia alemã* (SILVA, 1977).

Quem criou o vocábulo ideologia no período da Revolução Francesa foi Destutt de Tracy (1802), fazendo referência a uma ciência das ideias. Tracy acreditava que as ideias eram como “objetos observáveis na cabeça” e dá um significado depreciativo para o termo. Ludovico Silva (1977) esclarece que Tracy seria mais feliz na criação do conceito (ideologia), se ao invés de fazer a ciência das ideias, fizesse a ciência dos ídolos (idolatria). Napoleão Bonaparte entendeu perfeitamente o vocábulo. De ideólogos chamava os membros do *Institut National*, dentre os quais estava Destutt de Tracy (SILVA, 1977). Bonaparte possuía plena consciência de que a ideologia é algo real e concreto.

Karl Marx, em seu livro *A ideologia alemã* (2001), afirma que é próprio dos ideólogos (filósofos e historiadores alemães) explicarem a história pelas ideias, e não as ideias pela história. Nesta babel de vocábulos impróprios é que nasce a palavra ideologia, “tormentosamente como um sementeiro de equívocos”, no estilo de Ludovico (SILVA, 1977, p. 08). O entendimento deste vocábulo para o venezuelano será a partir do sentido unívoco que Marx e Engels deram ao conceito: sistema de crenças e valores que falseia a realidade, a falsa consciência que encobre e deturpa os antagonismos de classe.

Hoje o que se propaga erroneamente é que cada indivíduo possui uma ideologia de vida: emite suas próprias opiniões e confunde estas opiniões com uma ideologia individual. A opinião pública está baseada na ideologia, “brota dela como uma secreção espontânea” com “respostas mecânicas” que constituem o acervo ideológico individual (SILVA, 1977, p.32). A ideologia atua sobre as condições materiais de existência, de forma a confundir o caminho da teoria que clareia a realidade. Ainda segundo o marxista venezuelano (SILVA, 1977 P. 36), o elemento fundamental da ideologia é o mascaramento que se produz “às costas da consciência do operário”, alienando o seu trabalho com a produção de mais-valia psíquica. Não só a do operário, mas de todas as classes depois do surgimento da televisão em 1945. A respeito disso, vejamos o que escreveu o midiólogo Régis Debray: “(...) a TV leva – tanto ao camponês, como ao burguês – a mesma visão do mundo exterior, o mesmo acesso às personalidades da alta sociedade”. (DEBRAY, 1993, P.232). Para isso, ela conta com ajuda da indústria na destruição permanente da cultura, produzindo a amnésia cultural, pois

A indústria é um acelerador de obsolescência e a cultura uma salvaguarda de permanência. (...) A indústria destrói o que a cultura deve estocar. A primeira só pode viver fabricando o que é perecível e a outra arrancando o tempo que resta ao tempo que passa. (DEBRAY, 1993, P.228).

Ludovico está preocupado com o “tempo livre” na sociedade periférica e subdesenvolvida (trabalhador, lumpesinato, crianças, donas de casa e idosos) e a sua expropriação pela classe dominante local e pelos países centrais do capitalismo. Esse tempo é preenchido pelas imagens das mercadorias. Para existir hoje nos países subdesenvolvidos a exploração da mais-valia material, é necessário que haja uma mais-valia imaterial, que prolonga a jornada de trabalho dos operários nos anúncios consumistas. O filósofo estava preocupado com a massa marginalizada, possuidora de “tempo livre”, não por privilégios de classe na divisão social do trabalho, mas por não conseguir emprego, saturando os centros urbanos e aumentando a violência. Neste ponto podemos associar a preocupação intelectual

do insigne escritor com as diretrizes políticas de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, este que, inclusive, conheceu e foi amigo de Ludovico Silva em Caracas.

Neste contexto, o projeto educacional dos CIEPS (Centros Integrados de Educação Pública) no Rio de Janeiro sempre esteve de olho nas crianças filhas de pais desempregados ou subempregados, menores abandonados e, principalmente, mães solteiras. Darcy Ribeiro escreveu várias vezes que em nosso país, submetido pelo colonialismo, tem que se dar atenção redobrada às chamadas classes perigosas<sup>8</sup>. Quanto maior o número de indivíduos desocupados ou subocupados que se avolumam nas cidades, maiores são os índices de criminalidade, cresce ao extremo as forças repressoras, ou seja, pobre matando pobre. Por isso é que os CIEPs de Brizola e Darcy foram construídos. Ocuparam o território carioca com educação, saúde e alimentação, diferente das milícias hodiernas, preocupadas apenas com a extorsão e o fuzilamento do povo.

Para existir a reprodução material do sistema capitalista (produção de mercadorias), é preciso que haja uma ideologia que justifique tal sistema e mascare a relação entre exploradores e explorados. Os colonizadores precisam convencer a todos que este sistema perverso de exploração da força de trabalho “es no sólo el mejor sino el inevitable, el necesario, el fatal” (SILVA, 1978, p.11). Por isso são criados os aparatos do Estado (igreja, escola, rádio, tevê, jornal) que justificam e encobrem ideologicamente a realidade social objetiva. O sistema de instrução e educação nos países subdesenvolvidos é de caráter exógeno, feito para criar “una imagen del mundo que no se saliese de los marcos de la "cultura occidental" y que, por tanto, justificase todo lo que en nombre de esa cultura se hiciese” (SILVA, 1978, P.12). Os países subdesenvolvidos reproduzem em nome desta cultura e civilização imperiais, tendo por porta-vozes os nossos padres, educadores e âncoras midiáticos, a “depredación del Nuevo Mundo y la constitución en él de un mecanismo de producción material controlado y usufructuado por las clases dominantes de los países colonizadores” (SILVA, 1978, P. 12).

Os meios eletrônicos de comunicação, segundo Ludovico Silva, transportam bens imateriais: ideias, imagens e mensagens, diferente do navio, do trem, do avião e do caminhão, que são transportadores de riquezas materiais (Silva, 1978). A TV comunica valores de troca

---

<sup>8</sup> Esse “resíduo da superpopulação relativa”, constituído pelos que, nas palavras de Marx, “habitam o inferno do pauperismo” e que, na Inglaterra dos meados do século XIX, integrava as chamadas classes perigosas, reúne os desempregados ou subempregados caídos na mais completa miséria, os ex-trabalhadores tornados fisicamente incapazes, os menores abandonados, os mendigos e os que, levados ao máximo do desespero, se entregam à prática de toda a sorte de delitos anti-sociais. (GUIMARÃES, 1989, P.260).

e opera com manipulação no inconsciente, a começar pela formação dos estereótipos na criança que assiste horas a fio da programação de TV antes mesmo de frequentarem a escola. A TV num país de estrutura social subdesenvolvida e dependente é uma agência sucursal de interesses estrangeiros. A isso, acrescente-se que “o audiovisual democrático de nossos dias não mundializa os auditórios nacionais; ele os americaniza (o que não é exatamente a mesma coisa)”. Noutras palavras, “mundializa o modelo americano de democracia”. (DEBRAY, 1993, P.234). Basta recorrer à história para percebemos que nossa identidade foi construída pelos catequizadores europeus que viam os trópicos como bruto e indevassável, o homem que aqui existia (incivilizado) era hostil e mesquinho, enfim um “bárbaro sem entranhas e sentimentos puros” (CALÓGERAS, 2009, P.46). Hoje é só ligar um aparelho de TV, abrir uma revista, um jornal ou acessar a internet para perceber que não mudou em nada a natureza estereotipada da civilização brasileira. Os interesses da *videosesmaria*<sup>9</sup> fazem defesa do latifúndio e dos interesses privados.

Subserviência total aos interesses econômicos dos países centrais é a palavra de ordem dos empresários da comunicação midiática no Brasil. São destinados a reproduzir mentiras para os indivíduos, mostrando o quanto é vantajoso o “domínio económico de centros o metrópolis desarrollados, cultos y dueños de la técnica, sobre periferias menos desarrolladas, menos cultas y carentes de técnicas” (SILVA, 1978, p. 9). O telespectador é um explorado, mas possui a ideologia do explorador. Trata-se de um dominado produto fabricado pelo esquema dominante. A televisão não é senão um telefetichismo que, como dizia Karl Marx (2001), personifica a coisa e coisifica a pessoa. A TV está se tornando uma espécie de mercadoria equivalente geral, semelhante ao dinheiro, equivalente geral nas trocas capitalistas. O pensador latino-americano nos diz: “A televisão não é um fetiche não somente por ser ela mesma uma mercadoria; é um superfetiche, posto que ela nos fala todo o dia, e não nos fala de qualquer coisa, mas sim de mercadorias” (SILVA).

A mais-valia ideológica da TV se acopla à alienação religiosa, não excluindo o fato de religiosos serem donos dos veículos de transmissão. Assim como a “encarnação foi, em seu

---

<sup>9</sup>*Videosesmaria* é um hibridismo linguístico para designar a comunicação de massa nos moldes da antiga estrutura fundiária (sesmarias), pela qual se deu os fundamentos da colonização no Brasil. Os grupos regionais retransmissores, em sua maioria, são afiliados da Globo na transmissão de sua programação. Esses grupos assemelham-se aos potentados rurais (fazendeiros) do monopólio da terra. A respeito disso, vejamos o que escreveu (GORGEN, 2009, P. 116): os grupos regionais líderes de mercado, muitas vezes controlados por políticos com mandato, operam redes nacionais de rádio e/ou televisão e possuem influência sobre uma variada gama de serviços e produtos que vai da TV ao jornal, do rádio à TV por assinatura.

fundo, uma decisão política codificada em linguagem teológica”, a comunicação de massa é o reduto do interesse privatista, codificado na linguagem do audiovisual (DEBRAY, 1993, P.120). Régis Debray está interessado na mediação feita pela Igreja de como o verbo se transforma em carne. Como as palavras, “a eficácia simbólica”, opera sobre as bases materiais da sociedade. (DEBRAY, 1993, P.120). Para ele (DEBRAY, 1993, P.172)

A confiança na onipotência das palavras representa, talvez, uma versão autorizada da mentalidade mágica, dinheiro miúdo da onipotência perdida dos feiticeiros, uma garantia consoladora outorgada pela humanidade civilizada, com um piscar de olhos trocista, a seus sacrossantos pastores que, sozinhos, no alto, sobre a montanha, decifram os astros por sua conta e risco.

Os apresentadores de TV falam muito depressa, a exemplo dos economistas quando querem nos enganar. Ludovico Silva (1978) afirma que não há imagem propriamente dita na televisão, que ela não é igual ao teatro ou ao cinema. Por possuir barulho incessante, por acender as luzes durante o dia e não cessar as cortinas durante a noite, a televisão motivou o oximoro de Theodor Adorno: um sono com insônia, tema central de outro livro do venezuelano *El sueño insomne: ideas sobre televisión, subdesarrollo y ideologia* (SILVA, 1978).

A mais-valia ideológica convence os telespectadores de que o capital estrangeiro é a mola propulsora do desenvolvimento nacional, sem a qual não seria possível o desenvolvimento autônomo do país. O capital multinacional vai se tornando proprietário do sistema de comunicação. O capitalismo videofinanceiro, em o *Príncipe da moeda* (1997), é o domínio absoluto do capital estrangeiro na economia local do qual depende a indústria ideológica das comunicações. A televisão está condenada a fazer a apologia dos investimentos diretos estrangeiros como o caminho para a superação do atraso do subdesenvolvimento, tendo como panaceia a importação tecnológica e a transferência de tecnologia. Não é de se estranhar que a maior parte dos veículos de comunicação midiática está nas mãos da família Marinho, combatente feroz de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. O império midiático e a monopolização das telecomunicações pela Rede Globo se desenvolveram extraordinariamente depois do golpe militar de 64, com o apoio do marechal Castelo Branco na outorga de concessão do canal em 1965. Os estudos detectaram que (GORGEN, 2009, p. 71):

Roberto Marinho não foi só o maior beneficiado mas também o principal impulsionador da política de afiliação da rede<sup>1</sup>, que até hoje funciona praticamente nos mesmos moldes:

(1) a Globo fornece a programação de graça, mas exige a manutenção do padrão de qualidade da Central Globo de Produções;

(2) através da Central Globo de Comercialização, a Globo vende os anúncios de suas afiliadas no mercado nacional, ficando com 50% desse faturamento para si. À afiliada cabe com exclusividade a comercialização do seu mercado regional. A famosa novela das 6 desencadeia as duas principais funções do badalado gênero: 1) unificar, afinal, a programação da rede, à custa da expectativa que mantém na sua alta audiência; 2) abrir a possibilidade de comercializar, em toda a rede, não só os 60 minutos disponíveis por lei nas próximas 5 horas – como também explorar, através do expediente do merchandising, mais os 140 minutos que duram as quatro novelas. É desse horário nobre que sai, então, o grosso do faturamento global, 85% de sua renda bruta, de seu PNB.

Este império das comunicações com concentração de renda e propriedade no ciberespaço, similar à estrutura agrária latifundiária, criada com as sesmarias nas capitâneas hereditárias, possibilita o controle político por lideranças locais apoiadas pelos grandes empresários da mídia e favoráveis ao regime de desigualdade existente no país. Estudiosos da área da comunicação social denominaram este novo tipo de política de coronelismo eletrônico<sup>10</sup>, por se tratar de uma moeda básica de troca tal como outrora era o chamado voto de cabresto exercido pelo coronel latifundiário. Segundo os pesquisadores, desde os anos 90 até os dias de hoje,

O que se configurou de maneira acentuada foi o movimento ascendente de concentração da mídia nacional e a conseqüente redução drástica de grupos (em sua maioria, empresas familiares) no controle dos principais veículos de comunicação do país. Algo em torno de nove grupos familiares controlavam a grande mídia no decorrer da última década: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Editora Abril), Frias (Folha de S. Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Organizações Globo), Mesquita (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Saad (Rede Bandeirantes). (JR., 2012).

Por conta dessa concentração de renda e da propriedade dos veículos de comunicação midiática nas mãos de determinadas famílias, nos propomos a chamar essa nova configuração do ciberespaço de *ciber capitania hereditária*. Trata-se de um neologismo que retoma o século XVI (capitâneas hereditárias) para explicar o domínio da informação por um reduzido número de indivíduos. Tal como o sistema de capitâneas em 1534, a estrutura vigente da comunicação midiática no Brasil possui privilégios e regalias como os de outrora. Os donatários, principais investidores, precisavam repartir suas grandes extensões de terra entre aqueles que possuíssem condições materiais para as administrarem e desenvolverem, para tanto contavam com o apoio de sócios, os sesmeiros. Na empresa da comunicação midiática as famílias que formam os grandes grupos financeiros necessitam também dos seus sócios, e assim

---

<sup>10</sup>Os estudos que tratam da questão do coronelismo digital podem ser encontrados no site “Donos da Mídia” em: <http://www.donosdamidia.com.br/>.

constituem-se os conglomerados<sup>11</sup>. Os comparsas (grupos regionais - retransmissoras) são formados na maioria das vezes por políticos com mandato. O que percebemos nos estudos sobre o desenvolvimento da comunicação eletrônica é que o latifúndio da terra também o é hoje no campo comunicacional: a sesmaria se converte em *videosesmaria* e as retransmissoras fazem parte dos latifúndios digitais privilegiados.

---

<sup>11</sup> A maior parte das redes pertence aos principais conglomerados nacionais privados ou as igrejas católicas, evangélicas e neopentecostais. De uma forma geral, os maiores *players* controlam simultaneamente uma rede de TV, uma de rádio AM e outra de rádio FM. Este é o caso, por exemplo, das Organizações Globo (RJ) e do Grupo Bandeirantes (SP). Ou de grupos religiosos como o Sistema Adventista de Comunicação (SP). Ao dominar a produção, a distribuição e a diversificação de seus conteúdos para os mais variados tipos de mídia, os conglomerados influenciam comercialmente mesmo aqueles mercados oligopolizados, onde atuam com o apoio de um sócio regional. (GORGEN, 2009, P. 86).

## APÊNDICE 1

A partir das formulações de Anísio Teixeira (TEIXEIRA, 2005) sobre a concepção de escola, investigamos a expansão da indústria cultural<sup>12</sup> em detrimento dos educandários. Citemos o conceito de Theodor Adorno e Max Horkheimer (1994, p.131):

A indústria cultural não cessa de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes prometer... A indústria cultural não sublima, mas reprime. Expondo repetidamente o objeto do desejo, o busto no suéter e o torso nu do herói esportivo, ela apenas excita o prazer preliminar não sublimado que o hábito da renúncia há muito mutilou e reduziu ao masoquismo.

Fato é que o processo de alfabetização ficou relegado ao segundo plano, ou seja, segundo Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1986), a sociedade brasileira pulou a etapa da letra para o estágio da comunicação de massa. Eis um de seus discursos no Senado Federal em 1992: “A verdade é que nossas instituições educacionais não funcionam, ou funcionam em um estado de calamidade (...). Seu alunado se reduz a desenhar o próprio nome (...). São incapazes de receber ou dar qualquer informação escrita”. (RIBEIRO, 2003, p.154). A consequência disso é a permanência da condição ágrafa da população, que não é eliminada com a expansão televisiva. Esse problema já estava delineado, embora a televisão (1965) ainda não houvesse surgido, com o debate durante o final da década de 1950 entre os partidários da escola pública (laica e gratuita), liderada por Anísio Teixeira, que chefiava o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e Darcy Ribeiro, que coordenava à época o centro de pesquisas socioantropológicas no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) (RIBEIRO, 2003, p.149), além dos privatistas da educação brasileira Dom Hélder Câmara e Carlos Lacerda. Essa disputa não foi somente de natureza pedagógica, mas também política e ideológica. Carlos Lacerda “era dono do jornal golpista *Tribuna da Imprensa* de 1950” (BORGES, 2009, p.71) e Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo, foi, a partir de 1982, contra Leonel Brizola e os CIEPs. Nesta pesquisa trouxemos à discussão os motivos da expansão dos meios de comunicação de massa e os obstáculos e dificuldades na esfera pública educacional, daí a necessidade de abordarmos a relação do Estado brasileiro na década de 80 com as políticas educacionais dos CIEPs.

---

<sup>12</sup> Por indústria cultural entende-se aqui o homem e o modelo capitalista de reprodução e distribuição de sua cultura, ou seja, a cultura de massa como: “Falsa identidade do universal e do particular. Sob o poder do monopólio, toda cultura de massa é idêntica, e seu esqueleto, sua ossatura conceitual fabricado por aquele, começa a se delinear” (Adorno; Horkheimer, 1994, p.114). Configurando assim nos indivíduos uma a criticidade para a lógica que é a da oferta e a da procura imposta pelo mercado capitalista.

Cumpra não esquecer, no entanto, que comunicação é educação. Conforme nos ensina Anísio Teixeira: “nada se comunica sem que os dois agentes em comunicação – o que recebe e o que comunica – se mudem ou transformem de certo modo”. (DEWEY, 1973, p.24). A comunicação está intrinsecamente ligada à educação, tendo papel relevante na acumulação de conhecimento, sem perder de vista que, na sociedade contemporânea, a comunicação de massa atua de forma acrítica e é manipulada em função dos interesses das empresas privadas de comunicação, conforme se percebe em Adorno e Horkheimer (1994), Régis Debray (1993) e Ludovico Silva (1977 e 1978).

É preciso situar sem preconceito a existência da comunicação de massa, como advertiu Régis Debray (DEBRAY, 1993, p.79-80):

A TV, como futuro, será o que fizermos dela. Esse prodigioso instrumento submetido aos malvados exploradores (ou às malevolências de espíritos subversivos – pouco importa isso funciona nos dois sentidos) não é a verdadeira televisão porque não está ainda, ou já não está em boas mãos.

Por outro lado, não se deve incorrer no fetichismo tecnológico, no qual o aparelho eletrônico dispensaria a função humanista e produtora de conhecimento do professor.

Com base em Anísio Teixeira constatamos que houve, nas últimas décadas, uma proliferação do ensino particular, o qual “passou a gozar do privilégio do ensino público, explorando por concessão do Estado, em franca e vitoriosa competição contra o ensino público”. (TEIXEIRA, 2005, p.102). Noutras palavras, relacionamos nesta pesquisa a expansão da comunicação midiática com a privatização do sistema escolar, o que alias já havia sido anunciado por Darcy Ribeiro quando defendeu o ensino público dos CIEPS. Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1986) enfatizou que não poderia existir democracia no Brasil sem a democratização da educação escolar.

Nossa pesquisa valeu-se também da reflexão midiológica<sup>13</sup> de Régis Debray (1993) para investigar o desenvolvimento desigual entre a comunicação de massa e a educação, relevando o fato de que o estudioso francês considera a televisão uma “contra-escola” (DEBRAY, 1993, p.87). Ele nos revela que depois da invenção da escrita surge “três mídiasfera em sentido lato: a logosfera, a grafosfera e a videosfera” (DEBRAY, 1993, p. 253). Essa questão (comunicação de massa e educação) é contextualizada a partir do surgimento da

---

<sup>13</sup> Em *midialogia*, *mídeo* designa, em primeira abordagem, o conjunto, técnica e socialmente determinado, dos meios simbólicos de transmissão e circulação. Conjunto que precede e supera a esfera dos meios de comunicação de massa contemporâneos, impressos e eletrônicos, entendidos como meios de difusão maciça (imprensa, rádio, televisão, cinema, publicidade, etc.) (DEBRAY, 1993, p.15).

“videoesfera” no capitalismo contemporâneo, no qual é “o audiovisual que faz a nação” (DEBRAY, 1993, p.91). No que se refere à caracterização da videoesfera e suas técnicas de transmissão, nos valem da contribuição feita pelos estudos de Gilbert Durand (2005) sobre a eclosão das imagens e ícones na atualidade (DURAND, 2004, p. 33-34):

A enorme produção obsessiva de imagens encontra-se delimitada no campo do distrair. Todavia, as difusoras de imagens – digamos a “mídia” – encontram-se onipresentes em todos os níveis de representação e da psique do homem ocidental ou ocidentalizado. A imagem mediática está presente desde o berço até o túmulo, ditando as intenções de produtores anônimos ou ocultos: no despertar pedagógico da criança, nas escolhas econômicas e profissionais do adolescente, nas escolhas tipológicas (a aparência) de cada pessoa, até nos usos e costumes públicos ou privados, às vezes como “informação”, às vezes valendo a ideologia de uma “propaganda”, e noutras escondendo-se atrás de uma “publicidade” sedutora (...).

As reflexões desses dois autores sobre o predomínio da videoesfera e suas implicações escolares remetem diretamente ao conceito de indústria cultural de Theodor Adorno e Max Horkheimer (ADORNO; HORKHEIMER, 1994).

As duas vertentes do pensamento contemporâneo são utilizadas para lançar luz nas contradições entre a comunicação de massa e a educação escolar. Para Régis Debray (DEBRAY, 19993, p. 259): “A crise contemporânea da escola nasceu, entre outros fatores, da distorção entre a lentidão natural inerente à instrução, que é maturação e eclosão, e a aceleração técnica das difusões ambientes”. É preciso salientar que tais contradições podem ser detectadas em várias sociedades: trata-se de um fenômeno de abrangência universal, sobretudo depois de 1945, data a partir da qual a televisão surgiu como um dos principais agentes da “socialização na contemporaneidade” (DEBRAY, 1993, p.116).

Em nosso trabalho utilizamos essa reflexão teórica para situar a particularidade histórica da sociedade brasileira, o conflito político e ideológico ocorrido no final da década de 1950 e 1980 entre os privatistas e os defensores da escola pública, laica e gratuita. Em especial, passamos em análise as afinidades pedagógicas entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

No conflito entre o nacionalismo getuliano e o entreguismo dos meios de comunicação de massa que já se apresentava desde a década de 50 entre os defensores da escola pública e os jesuítas representantes do ensino privado, reaparecerá na política regional do Rio de Janeiro representada por Chagas Freitas, velho coronel que dominou a política fluminense durante décadas. Daí também surgirá à oposição de Roberto Marinho contra o trabalhismo de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Escolhemos o Rio de Janeiro, ex-capital federal, como o foco

de nosso estudo porque foi lá que se delineou de forma mais acentuada o conflito entre mídia e educação pública.

## APÊNDICE 2

O caminho que percorremos nesta pesquisa teve como guia o método dialético, através do qual lidamos com as contradições e os interesses antagônicos existentes entre os projetos educacionais coletivos e os aparatos midiáticos privados da comunicação de massa. O método dialético “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza da sociedade” (MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M, 2012, p.110). O filósofo Heráclito de Éfeso, no final do século VI a.C, constatou que o conhecimento verdadeiro sobre o mundo (episteme) está no seu constante vir-a-ser. Com a sua celebre metáfora *ninguém pode se banhar duas vezes no mesmo rio*, explicou, de forma embrionária, o processo dialético no qual estamos inseridos. Foi a partir deste constante vir-a-ser que buscamos compreender a história e os fenômenos sociais e políticos ocorridos na década de 80 no Rio de Janeiro.

Empregamos na pesquisa dois dos principais procedimentos de cunho qualitativo, o histórico e o comparativo, os quais se baseiam em coletas de dados e análise dos conteúdos na observação direta. Estes procedimentos constituem-se a partir do estudo intensivo, no qual valemo-nos da percepção e dos sentidos para trazer à tona determinados aspectos da realidade educacional brasileira. Separamos o todo em questão (CIEPs + Rede Globo) em suas partes, para que dessa forma, na inter-relação entre elas, se tenha melhor compreensão do objeto analisado. Quanto ao procedimento histórico, os dados são abordados em uma perspectiva cronológica não-linear, ou seja, acompanhamos o objeto pesquisado (a comunicação de massa e a educação de tempo integral), através de seu curso evolutivo na história. Cotejamos os CIEPs de Darcy Ribeiro e a Escola Parque de Anísio Teixeira, enfocando a sua contradição política frente à comunicação midiática: a imprensa escrita e a televisão. O procedimento comparativo está associado intrinsecamente ao procedimento histórico no que se refere aos dados obtidos com pesquisa documental, analisando o presente a partir das experiências passadas e o que se sabe a seu respeito. Acrescente-se que tais procedimentos não ficaram circunscritos ao ver e ouvir, mas também em examinar criticamente os fatos e os fenômenos que pretendemos estudar acerca da educação brasileira a partir da década de 1950.

A pesquisa documental foi realizada nos seguintes acervos: Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil, Jornal O Globo, Correio da Manhã, Fundação Darcy Ribeiro e Fundação Anísio Teixeira, além dos sites Donos da Mídia e Observatório da Imprensa. Estas fontes documentais são constituídas de jornais (impresso e falado), materiais iconográficos, filmes,

entrevistas, gravações, depoimentos, livros, artigos e revistas científicas. A análise da parte teórica esteve concentrada nas obras de autores contemporâneos, a exemplo de Theodor Adorno, Ludovico Silva, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Régis Debray, entre outros. Nossa análise se constituiu da leitura dos jornais (impresso, falado e audiovisual) que assumiram posições contrárias aos projetos de educação de tempo integral criadas por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Diagnosticamos os motivos e os argumentos com os quais a comunicação midiática, principalmente a televisão, se opôs à implantação dos CIEPs no Rio de Janeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história da luta de classes (...) A luta do proletariado com a burguesia tem o caráter de uma luta nacional (...) O proletário de cada país deve primeiramente ajustar as contas com sua própria burguesia.*

*Karl Marx e Friedrich Engels – Manifesto do Partido Comunista.*

Os motivos pelos quais me levaram a elaboração dessa dissertação devem-se ao fato de: em nenhum momento da minha vida (até o quinto período na Universidade) me fora apresentado ideias e projetos políticos de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola; além da questão crucial, que delineou toda a escrita do texto: os porquês do obscurantismo que pairam sobre estas personalidades históricas que promoveram as políticas educacionais de grande valor para o nosso país.

Sou filho de professora dos anos iniciais e de pai com o quarto ano primário que, desconhecera e desconhecem como tantos outros brasileiros, o programa trabalhista de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Fui educado, desde a tenra infância, em instituições tradicionais de ensino público, ou seja, escolas de turno. Meus pais também. A vaga noção de educação em tempo integral que possuía era a da escola do CAIC, posterior à criação dos CIEPs, construída em Ubá, Minas Gerais, cidade onde nasci. O Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) foi construído em 1991 no governo de Fernando Collor, inspirados nos Centros Integrados de Educação Pública de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Vale mencionar que as escolas dos CAICs foram apenas inspiradas nos moldes dos CIEPs, no entanto, são totalmente diferentes deles, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto à distribuição do espaço físico. Nunca presenciei em meus círculos, familiar e social, debates acerca de quais escolas seriam melhores sermos educados, minha irmã e eu. Sempre aceitei a ideia de que: escola boa é a escola que libera os alunos mais cedo para irem para casa. Não imaginava a responsabilidade social da qual a escola integralmente faz parte, especialmente, no resgate das crianças do mundo das drogas e da criminalidade. O pior de tudo: por que minha família não votou no Brizola em 1989? Por que desejaram, assim como mais de 50% da população votante a época, Collor e não Leonel Brizola?

Os Centros Integrados de Educação Pública foram criados para assistir às crianças em tempo integral e cuidar da sua saúde, alimentação, cultura e lazer. Todos os ideais progressistas da Educação concentraram-se nessas escolas transformadoras da realidade social e bem diferentes das tradicionais escolas públicas que possuímos. O quadro, político-social, que se encontrava o país nos anos 80, exigia medidas urgentes que combatessem a fome e a desnutrição, a reticência e a evasão escolar, a marginalidade e a ociosidade dos meninos de rua, especialmente nos centros urbanos. Foi isso que motivou Leonel Brizola e Darcy Ribeiro a fazerem os CIEPs, pois sabiam que a classe nacional dominante tem apatia e usa da violência para sanar o problema destes indivíduos. Não queriam deixar as nossas crianças, o tesouro do país como dizia Darcy, à sorte dos pequenos delitos e às leis da burguesia.

Os CIEPs ofereceram Educação baseada no universo sistematizado do saber, mas, também, na cultura popular trazida pelo alunado, promovendo a cidadania para o exercício da democracia. Essa proposta educacional baliza o papel central da escola em nossa sociedade: lutar pela oportunidade e pela igualdade econômica de todas as nossas crianças, sem reproduzir a estrutura de classe desigual e privilegiada da Educação tradicional. Por isso Leonel Brizola e Darcy Ribeiro enfatizaram tanto que essas escolas deveriam priorizar, antes de tudo, os menos favorecidos. Essa ênfase dada por eles deflagraria grande resistência ao projeto, como pôde ser notada depois nas eleições subsequentes ao governo. Darcy Ribeiro perdeu as eleições para Moreira Franco em 1986. Os CIEPs ficaram estigmatizados como escolas para marginais e pobres que não tinham o que comer, ocasionando a sua rejeição por parte dos pais e mães das crianças matriculadas neles. As famílias foram seduzidas, incessantemente, pelo poder midiático que fez a cabeça de todo povo a favor do “Caçador de Marajás” em 1989.

A sedução e a deturpação dos projetos políticos de Leonel Brizola e de Darcy Ribeiro, promovida pela Rede Globo, não só afetou a população carioca mas como todo o país. Leonel Brizola não conseguiu chegar à Presidência da República em 1989. Foi pintado pela imprensa como terrorista, desordeiro e traidor, mas não como o líder revolucionário que era. Roberto Marinho e o chefe do Tribunal Superior Eleitoral, Francisco Rezek, armaram para as eleições de 1989, tal como anteriormente no episódio Proconsult de 1982, para que Fernando Collor disputasse o segundo turno com Lula, pois este seria mais fácil de ser derrotado. O poder da mídia foi mais forte do que as políticas transformadoras de Leonel Brizola e, fez com que a causa real de nossa luta, fosse tergiversada para o funesto delírio da burguesia: o lucro.

O atual momento dos CIEPs e de nossas escolas é de envergonhar a quem tenha o mínimo de probidade. As escolas estão sucateadas e os professores têm de lidar com os baixos-salários e a violência. Não se vê nada de concreto hoje no país, no sentido de uma Educação igualitária e em tempo integral, conforme o programa político de Leonel Brizola. Tudo o que se vê e ouve é um discurso demagógico, que os políticos e a classe dominante, usam para consolarem os menos favorecidos. Daí nasceu a necessidade de estudarmos a relação entre poder público e poder privado. Quais foram os fatores que obstaculizaram o desenvolvimento das políticas trabalhistas.

Constatamos nesta pesquisa que vários fatores determinaram a rejeição dos CIEPs no Rio de Janeiro, mas, sem dúvida alguma, podemos afirmar que o maior deles foi motivado pela Globo. Esta empresa tinha por dono Roberto Marinho, que no decorrer de sua vida, obteve desavenças contra Leonel Brizola. Essa inimizade se estendeu para todas as esferas da sociedade, tanto é que hodiernamente se ouve falar mais no projeto do Criança Esperança, Museu do Amanhã, faraônicos gastos por sinal, que no programa dos CIEPs. Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira já faleceram, no entanto, não devemos abandonar o legado que nos foi deixado por eles. Devemos perseguir este ideário se quisermos nos libertar das amarras da burguesia nacional, que impedem o curso natural da nossa história. O critério autêntico da educação, como queriam estes eminentes políticos e educadores, são aqueles que priorizam os interesses do povo. Contudo, não se pode alterar a existência do povo sem alterar os fundamentos desta existência, ou seja, deve-se agir sobre as bases econômicas, sobre as condições reais do trabalho para que, somente assim, a educação possa ser considerada como autêntica.

Sou partidário e defendo a ideia de construírem-se escolas públicas em tempo integral. Temos de reatualizar a função social da escola: cuidar e formar completamente as crianças para que os pais, sem condições de pagarem a Educação de seus filhos, possam trabalhar. Destarte, estas escolas devem passar os conhecimentos historicamente construídos, mas, também, possuir a dinâmica para reconhecer o ambiente social e cultural dos alunos que recebem. Elas têm de ser identificadas como lugares agradáveis e virtuosos, não como antros, guetos, barracos sujos e imundos.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M.. “O Iluminismo como Mistificação das Massas”. In: Lima, Luiz Costa (Org.), Teoria da Cultura de Massa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.
- Assembleia Legislativa do RS. Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004) / Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.
- BATISTA, Wagner Braga. Ensino On Line: vetor da reconfiguração de mercados periféricos. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002. Disponível:  
[www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002\\_anais/2002\\_NP10BATISTA.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP10BATISTA.pdf)
- BARBOSA FILHO, André. Gêneros radiofônicos. Os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BEZERRA, Marcelo A. A Educação Popular em Manoel Bomfim e Leonel Brizola. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.
- BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. In: A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro/Organizadora Marieta de Moraes Ferreira; Marieta de Moraes Ferreira...[et al]. Rio de Janeiro:Ed.Fundação Getulio Vargas; ALERJ, 2008. p.95-127. Texto disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Visitado: 22/09/2015.
- BOMENY, Helena (Org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas ; Bragança Paulista(SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001. Disponível em:  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6702/1223.pdf?sequence=1>.  
Visitado: 11/08/2014.
- BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi/Associação vermelho, 2009. Disponível em: [www.adalbertoprofessor.blogspot.com.br](http://www.adalbertoprofessor.blogspot.com.br). Visitada em: 22/07/2013.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRIZOLA, Leonel. *O ovo da Serpente 3*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 19 de janeiro de 1992. Disponível em: [www.leonelbrizolaneto.com](http://www.leonelbrizolaneto.com). Visitada em: 18/07/2014.

BRIZOLA, Leonel. *Direito de Resposta no Jornal Nacional de 15/03/1994*. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=ObW0kYAXh-8](http://www.youtube.com/watch?v=ObW0kYAXh-8). Visitado: 02/08/2014.

CALDIERI, Sérgio. Eternas Lutas de Edmundo Moniz. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: DINIGRAF, 2011.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CALDAS, Waldenyr. Cultura. São Paulo: Ed. Global, 1986.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. V.1. 5. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. In A era da informação: Economia, sociedade e cultura.

CURY, Carlos Jamil. A Educação Básica no Brasil. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Visitado: 15/08/2015.

CPDOC – FGV. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. In: *Anos de Incerteza (1930 - 1937) Universidade do Distrito Federal*. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal). visitado: 19/08/2014.

DEBRAY, Régis. **Curso de Midiologia Geral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DEWEY, John. *Vida e educação*. Tradução e estudo preliminar por Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1973.

DIEDRICH, Marlete Sandra. O continuum tipológico entre fala e escrita. In: III Seminário Nacional de Língua e Literatura, Passo Fundo: Editora da UPF, 2010, v. 1.

FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul. Canoas: Ulbra, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes... [et al. ]. A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj , CPDOC/FGV, 2008.

FREIRE, Américo; AZEVEDO, Flavia. Intervenção política, imprensa e democracia: Os *Tijoloços* de Leonel Brizola. Anos 90, Porto Alegre, v.18, n.33, p.15-40, jul.2011.

GARCIA, R. A. G. *A Reforma Educacional de Anísio Teixeira e o Papel do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Rio de Janeiro (1930-1935)*. Disponível em:

[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ID6672QIjJMj:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada8/txt\\_compl/Ronaldo%2520Garcia.doc+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ID6672QIjJMj:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/txt_compl/Ronaldo%2520Garcia.doc+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Visitado: 09/08/2014.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *História da educação brasileira*. Cortez. São Paulo-SP, 2003. Disponível em: [www.ebah.com.br/content/ABAAAANdAA/educacao](http://www.ebah.com.br/content/ABAAAANdAA/educacao). Visitado: 06/07/2014.

GORGEN, James. **Sistema central de mídia**: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil. 2009. 141 p. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOUENHEIM, I. ; HÉROUVILLE, Y. A Televisão. Mem Martins: Editorial Inquérito, 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As classes perigosas. In: GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GONTIJO, Silvana. O livro de ouro da comunicação. São Paulo: Ediouro, 2004

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1953.

GRECCO, Dante. Marconi X padre Landell. Scientific American. São Paulo: Duetto, 2006. Especial História no. 4. p. 74-81.

JUNIOR, Vilson Vieira. **Oligopólio na comunicação**: um Brasil de poucos. Observatório do direito à comunicação. Brasília: 2012. Nº de páginas: 05. Disponível em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=342&Itemid=99999999](http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=342&Itemid=99999999). Acesso em: 18/01/2015.

Jorge Ferreira. Queremismo, trabalhadores e cultura política: Soberania popular e aprendizado democrático. História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 1, junho de 1998. Disponível: <http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/28p69.pdf>. visitado: 18/09/2015.

Jornal do Brasil. Tijolaços: Coletânea de crônicas políticas escritas por Leonel Brizola publicadas no Jornal do Brasil nas décadas de 80 e 90.

LIMA, Venício Artur de; LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**: As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Edição: 439. Observatório da Imprensa. São Paulo: 2007. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo\\_eletronico\\_de\\_novo\\_tipo.pdf](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf). Acesso em: 13/12/2014.

LORÊDO, João. Era uma vez... a televisão. São Paulo: Alegro, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação : uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LENIN, Wladimir I. Sobre as greves. In: FELLIPE, Wilian (org.). As classes sociais no capitalismo. São Paulo: Ed. SUNDERMANN, 2008.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In HOLHFELDT, A.; FRANÇA, V.; Martino, L.C. (orgs.). Teorias da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fonte, 2001. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa.

MAÚRICIO, Lúcia Velloso. *Representações do jornal O Globo sobre os CIEP's*. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 34, no. 3, p.247-265, 2009. Disponível em: [www.luciavelloso.com.br](http://www.luciavelloso.com.br), visitada: 16/07/2013.

MCLUHAN, Marshall. Comprender los medios de comunicación: las extensiones del ser humano, Barcelona: Paidós Comunicación, 1996.

MIRA, Maria Celeste. O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'água/FAPESP, 2001.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Brasília, DF: UNESCO, 2001. Disponível em: [www.teoriadacomplexidade.com.br/textos/textosdiversos/SeteSaberes-EdgarMorin.pdf](http://www.teoriadacomplexidade.com.br/textos/textosdiversos/SeteSaberes-EdgarMorin.pdf).

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Revista Scielo. 2001, nº16. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a01>; visitado: 25/07/2014.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo, Brasiliense, 2003.

OLIVEIRA E SILVA, Arlette Pinto. A presença do educador na ABE. *Educação*. Rio de Janeiro, v.32, n.101, abr./jul. 2000. P.12-17; p. 12.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. Revista PCLA – Unesp, v.4, n.1, p. 1-9, 2002. Disponível em: [www.metodista.br/unesco/pcla](http://www.metodista.br/unesco/pcla).

PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições Sobre Educação de Adultos. São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

PINTO, Júlio e SERELLE, Marcio. Interações Midiáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RAMOS, Jorge Abelardo. *História da nação latino-americana*. Santa Catarina: Insular, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *A educação e a política. Carta: falas, reflexões, memórias*, informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro, Brasília, v. 5, n. 15, 1995b.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995c.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. Pedro Simon Ed.. *Grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *Carta: falas, reflexões, memórias*. Brasília, n.14, 1995a.

ROCHA, João Augusto L. (organizador). *Anísio em movimento*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

ROCHA, Marlos B. Mendes da. *Educação Conformada, a política de educação no Brasil 1930-1945*. Juiz de Fora: Ed: UFJF, 2000.

ROCHA, M. B. M. A compreensão anisiana do 'padrão escolar' brasileiro. *Acta Scientiarum. Education*. Maringá, v. 36, n. 1, p. 37-50, Jan-June, 2014.

SÁ, Fernando. Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet. Rio de Janeiro: PUC, 2002.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHAUN, A. *Educomunicação: reflexões e princípios*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SCHRAMM, Wilbur. *Comunicação de Massa e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1970.

SCHOLLAMMER, K. E. A procura de um novo realismo: teses sobre realidade em texto e imagem hoje. In: OLINTO, H. K. *Literatura e mídia*. Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2002. P.7-16.

SCHERER, D. Vicente [et.alli.] Memorial dos Bispos Gaúchos ao Presidente da República sobre a Escola Pública Única. Petrópolis: Vozes – v. 52 – maio de 1958. Disponível em: [www.publicacoes.inep.gov.br](http://www.publicacoes.inep.gov.br). Visitada em: 27/07/2013.

SILVA, Ludovico. **A Mais-Valia Ideológica**. Florianópolis: Insular, 2013. Tradução: Maria Ceci Misoczwy.

\_\_\_\_\_. **El sueño insomne**: ideas sobre televisión, subdesarrollo y ideologia. Caracas: Fundación Editorial El perro e la rana, 2009.

\_\_\_\_\_. **Contracultura y humanismo**. Caracas: Amanuense; Omegalfa biblioteca libre, 2009. Número de páginas: 104. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.omegalfa.es%2Fdownloadfile.php%3Ffile%3Dlibros%2Fcultura.y.humanismo.pdf&ei=bND5VM26FcTHsQS4->

[4LQDQ&usg=AFQjCNGzrgnANOXn7j3vA\\_ZDcTT8Ebsz\\_g&bvm=bv.87611401,d.cWc](http://4LQDQ&usg=AFQjCNGzrgnANOXn7j3vA_ZDcTT8Ebsz_g&bvm=bv.87611401,d.cWc).

Acesso em: 14/06/2014.

SILVA, L. *La Plusvalía Ideológica*. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de La Universidad Central de Venezuela, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. **Quem é o povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.

Digitalização de  
Cadernos do Povo Brasileiro - 2

[Exemplar Nº 2113]. Disponível em: [www.ebooksbrasil.org/elibris/povonobrasil.html](http://www.ebooksbrasil.org/elibris/povonobrasil.html). Acesso em: 13/12/2014.

STOCK, Suzete de C. V.. *Entre a Paixão e a Rejeição: um quadro histórico-social dos CIEPs*. Americana, SP: Gráfica e Editora Adonis, 2004.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **O Príncipe da Moeda**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1997.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *A Jangada do Sul – Getúlio, Jango e Brizola*. Editora: Casa Amarela, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Darcy Ribeiro a razão iracunda*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015.

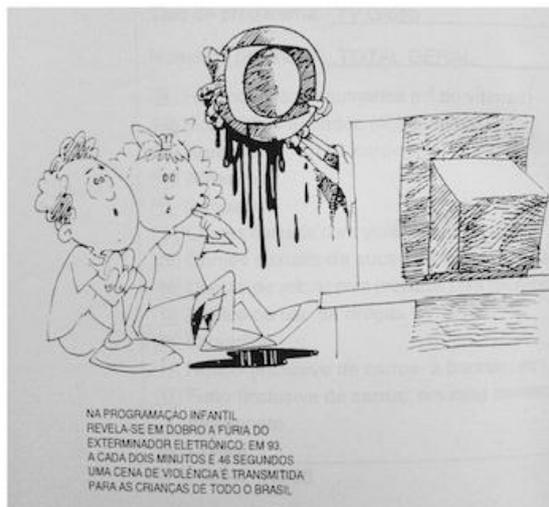
VÁRIOS AUTORES. *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Ed.: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: [http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro7/chama\\_indice.html](http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro7/chama_indice.html).

Visitado: 02/08/2014.

VÁRIOS AUTORES. Mauricio, L. V Org. *Educação integral e tempo integral*. Em Aberto, Brasília, v.22, n.80, p.1-165, abr. 2009. Disponível em: [www.publicacoes.inep.gov.br](http://www.publicacoes.inep.gov.br), visitada em: 12/07/2013.

WAINBERG, J. *Mídia e Terror: comunicação e violência política*. São Paulo: Paulus, 2005.

## ANEXOS



PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA	
Tipo de programa: TV Globo	Hora: _____
Nome do programa: TOTAL GERAL	Data: 5 a 11/1/92
56	Homocídios consumados (nº de vítimas)
188	Homocídios tentados (nº de vítimas)
400	Agressões (lesões corporais)
190	Ameaças
11	Sequestro
5	Crimes sexuais com violência ou ameaça
26	Crimes sexuais de abuso da inexperiência
60	Direção de veículo com prejuízos para terceiros ou sob efeito de drogas
12	Tráfico ou uso de drogas
50	Quadrilha
14	Roubo (inclusive de carros, à bancos, etc)
11	Furto (inclusive de carros, em lojas comerciais)
5	Estelionato
137	Outros
TOTAL GERAL 1.165	

Foto: Dossiê elaborado pelo governo Brizola em 1992 revelando a nefasta e sanguinária programação da TV Globo.



Foto: CIEP João Goulart na sua inauguração. Nos dias atuais (foto à esquerda), uma parte foi entregue ao Projeto Criança Esperança e a outra está completamente destruída. Situa-se no alto do morro do Cantagalo e a escola na incúria é vizinha de uma sede da UPP.

## Crianças dos CIEPs terão uma programação especial na TV

Daqui a alguns dias, crianças de 60 CIEPs de todo o Estado já poderão assistir na própria escola a uma programação de lazer cultural e informativo que está sendo transmitido de segunda a sexta-feira, de 6h45m às 8h, na TV Educativa. Isto será possível através de um convênio firmado em janeiro deste ano, entre a TVE e a Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, objetivando livrar a criança de qualquer imposição comercial, geralmente transmitida pelas emissoras de TV.

Para a execução deste projeto a Secretaria comprou para cada CIEP dois aparelhos de televisão, um vídeo cassete e uma antena externa, que já foram instalados em 18 dos 60 Centros Integrados. Os programas serão gravados todos os dias e exibidos às crianças em horários que serão determinados pelas diretoras dos CIEPs. Algumas escolas ainda estão dependen-

do da visita de técnicos, encarregados da manutenção dos equipamentos e orientação aos professores, para começarem a implantar, em caráter experimental, a nova programação.

A programação de lazer cultural e informativo será dividida em dois segmentos; um deles dirigido à crianças de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série, e outro à crianças de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série. Para os dois segmentos será exibida uma programação contendo curiosidades, esportes, música popular, conhecimentos gerais, havendo apenas diferenciação nos documentários, de acordo com a capacidade de absorção de cada segmento. Esta programação, que está sendo produzida pela TVE, será avaliada e selecionada por uma equipe de professores do Programa Especial de Educação, e depois repassado aos alunos. Grande parte do material que está sendo utilizado é proveniente de acervos cul-

turais de algumas emissoras de televisão.

A idéia de se fazer essa experiência inovadora nas escolas públicas partiu do Secretário de Ciência e Cultura, Darcy Ribeiro, para atender as necessidades curriculares dos CIEPs, visando o uso educativo da televisão sobre a criança, informando-a cada vez mais. Segundo Tatiana Memória, que está ajudando na implantação deste projeto junto ao Coordenador Audiovisual do Programa Especial de Educação, Antônio Faya, à medida que a programação for apresentada, será adaptada, atendendo as necessidades de cada CIEP.

Ainda dentro deste convênio, disse Tatiana, existe a idéia de se fazer um jornal dos CIEPs, contendo todas as programações culturais de cada um deles, como peças teatrais e jogos que se realizarão. Este jornal deverá ser feito pelo próprio aluno.





*Cartão-postal criado em pelo SEPE (Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro) em protesto ao governo Moreira Franco que destruiu a educação pública no Estado. Inúmeros CIEPS destruídos e abandonados, no último um viaduto de seis pistas esturpará o terreno do colégio, acarretando sérios riscos e prejuízos para a comunidade escola.*





Cardápio do CIEP						Cardápio do CIEP					
SEMANA A						SEMANA B					
Período: abril a agosto											
	Desjejum	Almoço	Lanche	Jantar	Ceia		Desjejum	Almoço	Lanche	Jantar	Ceia
2ª-Feira	Leite com chocolate Pão com manteiga	• Arroz • Feijão • Ovo mexido • Batatas cozidas ao molho • Suco de fruta • Pão • Melancia	Leite com baunilha	• Macarrão • Feijão • Carne refogada • Cenoura à francesa • Laranja • Pão	Mingau de fuba	2ª-Feira	Leite com chocolate Sanduíche de queijo	• Macarrão • Feijão • Ovo cozido • Cenoura à francesa • Suco de fruta • Pão • Laranja	Leite com groseira	• Arroz • Feijão • Filé de peixe ensopado • Batatas cozidas • Bananas	Mingau de aveia
3ª-Feira	Vitamina de mamão e biscoito	• Arroz • Feijão • Frango ensopado • Salada de beterraba • Suco de fruta • Pão • Banana	Leite com groseira	• Polenta • Feijão • Iscas de carne-seca • Abóbora em pedaços • Doce • Pão	Suco de fruta com biscoito	3ª-Feira	Vitamina de banana e biscoito	• Arroz • Feijão • Dobradinha/batatas cozidas • Suco de fruta • Pão • Mamão	Leite com melado	• Arroz • Feijão • Almondôgas ao molho • Salada de beterraba • Laranja	Suco de fruta Pão com manteiga
4ª-Feira	Leite com baunilha Sanduíche de queijo	• Macarrão • Feijão • Carne moída • Vagem em cubinhos refogada • Suco de fruta • Pão • Laranja	Leite com chocolate	• Arroz • Coração picadinho • Batata-doce com molho • Melancia • Pão	Mingau de aveia	4ª-Feira	Leite com baunilha Pão com manteiga	• Polenta • Feijão • Carne moída • Abóbora em pedaços • Suco de fruta • Pão • Doce	Leite com chocolate	• Macarrão • Feijão • Frango ensopado • Abobrinha refogada • Mamão	Vitamina de banana e biscoito
5ª-Feira	Leite com groseira Pão com manteiga	• Arroz • Feijão • Peixe ensopado • Cenoura à francesa • Suco de fruta • Pão • Banana	Leite com melado	• Macarrão • Feijão • Miúdos de frango ensopado • Vagem salgadas • Tangerina • Pão	Suco de fruta e biscoito	5ª-Feira	Leite com chocolate e biscoito	• Arroz • Tulu • Iscas de carne-seca • Couve à mineira • Suco de fruta • Pão • Laranja	Leite com baunilha	• Arroz • Feijão • Fígado em iscas • Purê de batata • Tangerina	Suco de fruta e biscoito
6ª-Feira	Leite com chocolate Biscoito	• Arroz • Feijão • Carne guisada • Abobrinha com molho • Suco de fruta • Pão • Mamão	Leite com baunilha	• Arroz • Feijão • Bife de panela • Rapinho refogado • Melancia • Pão	Leite com groseira Biscoito	6ª-Feira	Leite com groseira Sanduíche de queijo	• Arroz • Feijão • Miúdos de frango ensopados • Jardineira de legumes (batata, cenoura e vagem) • Suco de fruta • Pão • Banana	Leite com chocolate	• Macarrão • Feijão • Carne à paulista • Vagem salgadas • Melancia	Mingau de fuba
Sábado	Leite com baunilha Sanduíche de queijo	• Arroz • Feijão • Iscas de fígado • Batata doce refogada • Suco de fruta • Pão • Tangerina	Vitamina de banana e biscoito	• Arroz • Feijão • Ovo mexido • Apim cozido ao molho • Mamão • Pão	Suco de fruta Sanduíche de pasta de ovo	Sábado	Leite com chocolate Pão com manteiga	• Macarrão • Feijão • Carne ensopada • Abobrinha refogada • Suco de fruta • Pão • Tangerina	Vitamina de banana e biscoito	• Arroz • Feijão • Coração picadinho • Rapinho à mineira • Laranja	Arroz-doce e biscoito
Domingo	Leite com chocolate Pão com manteiga	• Macarrão • Feijão • Almondôgas ao molho • Cenoura em palitos • Suco de fruta • Pão • Laranja	Leite com groseira Sanduíche de queijo	• Sopa de feijão com macarrão • Carne e abóbora • Pão • Doce	Leite com melado Pão com manteiga	Domingo	Leite com baunilha e biscoito	• Arroz • Feijão • Filé de peixe ensopado • Purê de batata • Suco de fruta • Pão • Banana	Leite com chocolate Sanduíche de pasta de ovo	• Canja • Pão • Doce	Vitamina de mamão Pão com manteiga

**Observações:**  
 Os cardápios são planejados visando em conta:  
 • As principais carências nutricionais do grupo atendido  
 • A taxa etária dos alunos  
 • A faixa das hortaliças e das frutas  
 • O custo dos alimentos.  
 O teor energético médio destas cardápios é de 2.500 calorias, excluindo a complementação de ceia que é servida aos alunos-residentes.

Fonte: Instituto de Nutrição Annes Dias

*Leonel Brizola e Darcy Ribeiro sabiam que com barriga vazia a criança não ouve e não aprende. (Foto: Cárpio do CIEP)*

### Cardápio de 02 a 06/03/2015

2ª Feira <u>CAFÉ / LANCHE</u>	3ª Feira <u>CAFÉ / LANCHE</u>	4ª Feira <u>CAFÉ / LANCHE</u>	5ª Feira <u>CAFÉ / LANCHE</u>	6ª Feira <u>CAFÉ / LANCHE</u>
Biscoito salgado e suco	Pão com requeijão e achocolatado	Biscoito doce e iogurte	Pão com requeijão e suco	Biscoito salgado e achocolatado
<u>ALMOÇO / JANTAR</u>	<u>ALMOÇO / JANTAR</u>	<u>ALMOÇO / JANTAR</u>	<u>ALMOÇO / JANTAR</u>	<u>ALMOÇO / JANTAR</u>
Arroz, feijão, carne moída, salada de legumes  Opção: Macarrão	Arroz, feijão, iscas de fígado, couve refogada, salada de legumes  Opção: Macarrão	Arroz, feijão, carne picadinha com batatas, salada de alface  Opção: Macarrão	Arroz, feijão, filé de peixe, pirão, salada de alface  Opção: Macarrão	Arroz, feijão, coxa e sobrecoxa de frango, farofa doce (banana/maçã), salada de legumes  Opção: Macarrão
<u>SOBREMESA</u>	<u>SOBREMESA</u>	<u>SOBREMESA</u>	<u>SOBREMESA</u>	<u>SOBREMESA</u>
Goiabada	Banana	Mamão	Laranja	Doce de leite




Governo do Estado do Rio De Janeiro  
 Secretaria de Educação  
 Coordenação de Alimentação Escolar / Coordenação de Segurança Alimentar  
 COLÉGIO ESTADUAL PREFEITO MENDES DE MORAES  
**CARDÁPIO SEMANAL de 21/03 a 23/03/2016**

DATA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
<b>MANHÃ</b>	Arroz, feijão, isca de fígado e salada	Arroz, feijão, carne com aspim	Arroz, feijão, omelete com salada	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX
<b>TARDE</b>	Arroz, feijão, isca de fígado e salada	Arroz, feijão, carne com aspim	Arroz, feijão, omelete com salada	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX
<b>NOITE</b>	Arroz, feijão, isca de fígado e salada	Arroz, feijão, carne com aspim	Arroz, feijão, omelete com salada	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX



Cardápio das escolas nos dias atuais



ANÚNCIO PUBLICADO NOS JORNAIS DO RIO EM 04/03/85

# Crianças, sorriam.

## Começou o saneamento da Baixada.

Criança não entende rede de saneamento, mas sorri quando não está doente. É uma das grandes virtudes do saneamento e fazer cair, consideravelmente, o índice de mortalidade infantil. Menos doenças, mais sorrisos.

O Governo Leonel Brizola está inaugurando o Projeto Piloto de Saneamento Básico da Baixada em Vilar dos Teles, São João de Meriti.

É o passo mais importante para que toda a Baixada Fluminense, mais a cidade do Rio de Janeiro (zona oeste) e São Gonçalo, tenham sua rede de esgotos.

Elaborado pela SOMA - Secretaria de Estado de Obras e Meio Ambiente, através da CEDAE, o Plano para o esgotamento sanitário da

Baixada é uma nova e moderna concepção da engenharia.

Os moradores da Baixada, quadra a quadra, vão poder optar entre o coletor condominial e o coletor convencional, com ligação individual. O coletor condominial proporciona altos rendimentos com custos muito menores em suas instalações internas.

Agora, com Vilar dos Teles pronto, o Governo Leonel Brizola conta com a participação dos moradores da Baixada para agilizar o saneamento de toda a região.

Todos juntos trabalhando para que as doenças e a mortalidade infantil acabem. Para que as nossas crianças fiquem cada vez mais vivas.

**O Governo Leonel Brizola está inaugurando o Sistema de Esgotamento Sanitário de Vilar dos Teles.**

**SOMA**  
Secretaria de Estado de Obras e Meio Ambiente

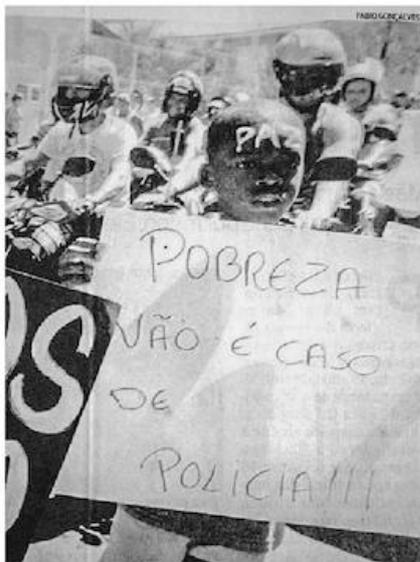
**GOVERNO LEONEL BRIZOLA**

*Leonel Brizola sabia que saúde quer dizer em primeiro lugar, comida e água limpa.*



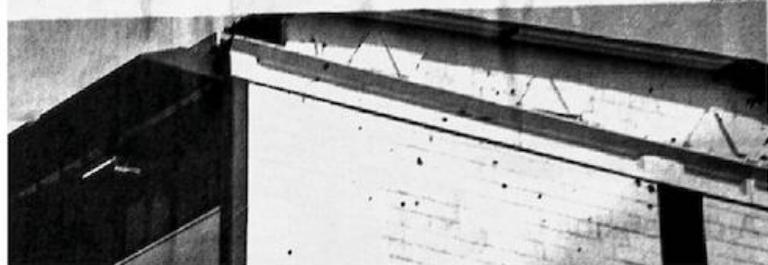
*Na primeira foto uma UPA (Unidade de Pronto-atendimento) invade o terreno do CIEP trazendo sérios riscos de contaminação e transmissão de graves doenças para a comunidade escolar. Além de adensar o terreno, impedindo o sol, o vento e o ar-livre que são os princípios básicos de uma arquitetura humanista e para a fruição do pensamento.*



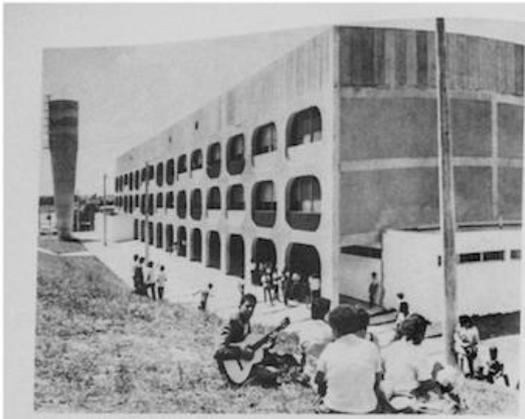


## Ciep ao lado de UPP perdeu metade dos alunos em três anos

Invidade na Nova Brasília tinha 1.300 estudantes em 2012, hoje são cerca de 600. PMs se abrigam na escola durante tiroteios. **PÁGINA 3**

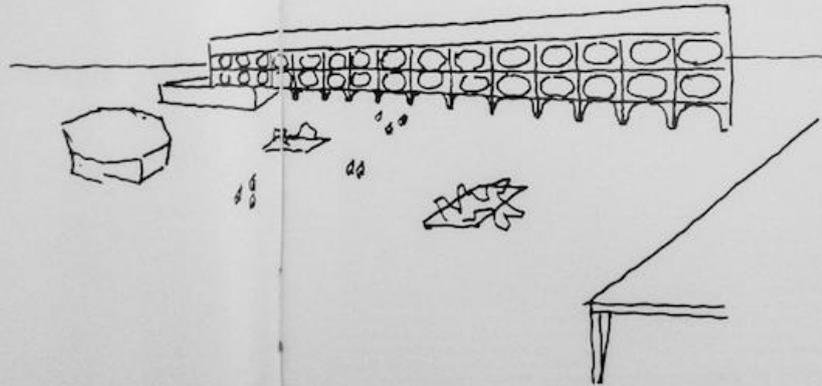


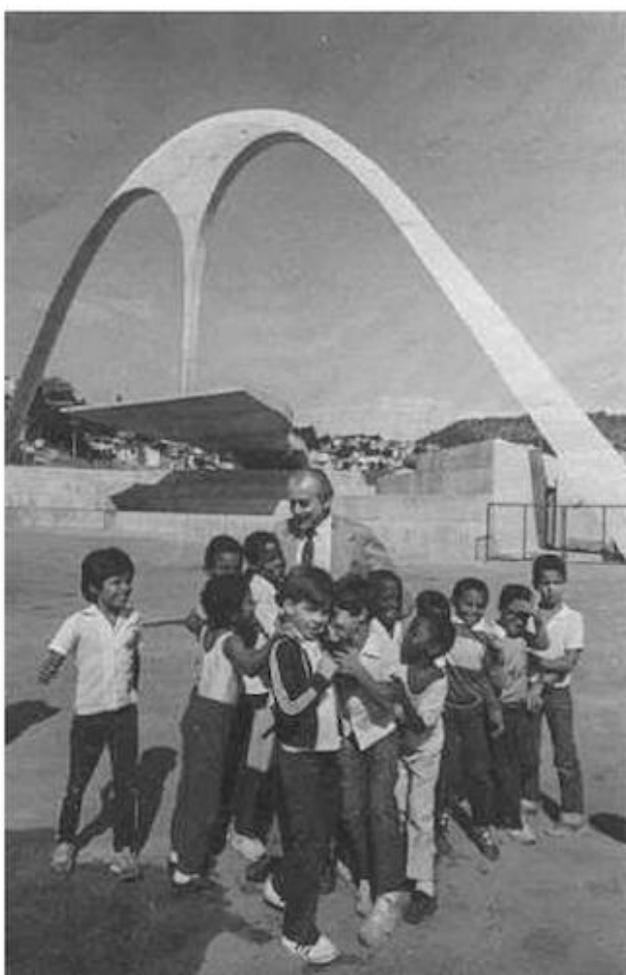
*Leonel Brizola sabia que pobreza não se elimina com pancada, por isso criou os CIEPs*



*Os CIEPs incorporam ao projeto educacional a arte de Niemeyer*

A construção dos CIEPs mudou a paisagem do Estado do Rio. O traço de Oscar Niemeyer pode ser apreciado por toda a parte, significando não só o melhor da arquitetura brasileira, mas uma integração cultural verdadeira entre escola e comunidade.

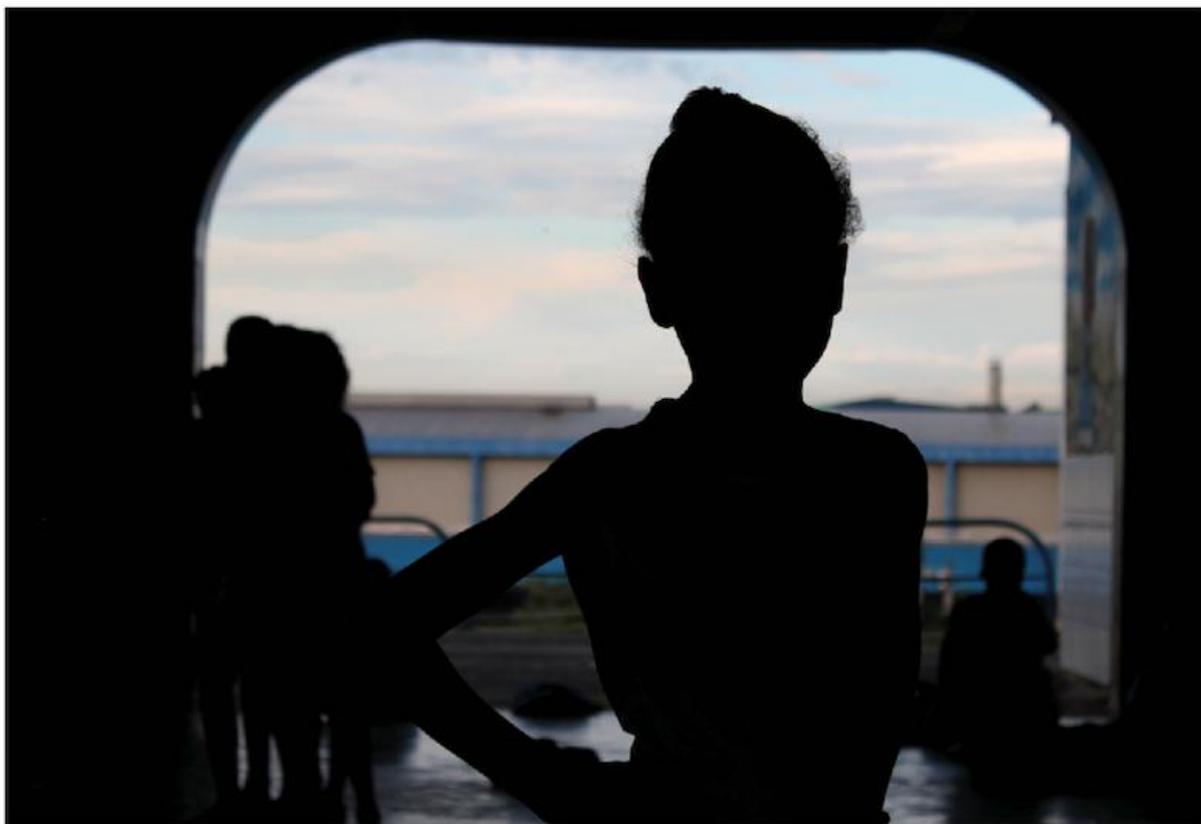






*O Sambódromo, além de palco do grande acontecimento da cultura brasileira, abrigava sob as arquibancadas 260 salas de aula, criando-se ali uma escola de tempo integral para 15 mil*

*alunos que funcionava durante o ano todo.*





*Leonel Brizola volta do exílio em 1979 e retoma o fio da história trabalhista.*



*"Nossos métodos são pacíficos, nossos caminhos são os democráticos. Mas que ninguém se engane: nós não iremos parar nunca, senão quando passarmos o Brasil a limpo, quando pudermos construir um país livre, justo e digno para nossos filhos e nossos netos. Vamos em frente, povo brasileiro; vamos em frente, em busca de nosso destino".*

**Leonel Brizola**

